



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**EDUCAÇÃO INFANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA: OS DESAFIOS DA
MUNICIPALIZAÇÃO PARA TRÊS CRECHES NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU**

JULIANA XAGAS DA SILVA BRAGA

Sob a Orientação do(a) Professor(a)
Dr.^a Anelise Monteiro do Nascimento

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra** em Educação, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ

Fevereiro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca
Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B813e Braga, Juliana Xagas da Silva, 1986-
Educação Infantil como política pública: os desafios
da municipalização para três creches na cidade de
Nova Iguaçu / Juliana Xagas da Silva Braga. -
Seropédica; Nova Iguaçu, 2024.
121 f.: il.

Orientadora: Anelise Monteiro do Nascimento.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2024.

1. Políticas públicas. 2. Acesso à Educação Infantil.
3. Atendimento em Creche. 4. Parceria Público
Privada. I. Nascimento, Anelise Monteiro do , 1974-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III.
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



TERMO Nº 204 / 2024 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.016784/2024-04

Seropédica-RJ, 28 de março de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

JULIANA XAGAS DA SILVA BRAGA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/02/2024

Membros da banca:

ANELISE MONTEIRO DO NASCIMENTO. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

LIANA GARCIA CASTRO. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

REJANE BRANDÃO SIQUEIRA. Dra. SEE (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 01/04/2024 08:04)

ANELISE MONTEIRO DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1544253

(Assinado digitalmente em 24/07/2024 11:19)

REJANE BRANDÃO SIQUEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 044.304.647-66

(Assinado digitalmente em 30/08/2024 11:34)

LIANA GARCIA CASTRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 099.751.347-00

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **204**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **28/03/2024** e o
código de verificação: **06bc829785**

AGRADECIMENTOS

Agradecer todos os dias pelas oportunidades que tenho faz parte de minha constituição como pessoa. Aqui seria somente mais uma oportunidade de ser grata pela chance de poder me desenvolver pessoalmente, e poder ajudar a pensar a construção de políticas públicas para a Educação Infantil da cidade onde nasci, fui criada e construí minha família.

Às vezes penso que sou movida a desafios, que são eles que me motivam a continuar. Assim, agradeço a Deus e ao universo pela possibilidade de tentar e conseguir superar mais esse desafio em minha vida.

A Professora Anelise Monteiro do Nascimento agradeço por me aceitar como orientanda, me encaminhar na vida acadêmica e por acreditar quando eu mesma não achava ser possível estar neste lugar.

Aos colegas do GRUPIS, agradeço a parceria de sempre, em especial para Rejane, Alessandra e Valéria pela paciência e carinho que sempre tiveram com minhas dúvidas de principiante. À Carla, agradeço pelo ombro amigo e escuta atenta nos momentos em que a ansiedade, medo e a dúvida bateram.

Aos profissionais que compõem a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ agradeço por sua existência e por possibilitar que centenas de jovens construam perspectivas de vida melhores a partir do momento em que ingressam neste espaço privilegiado de desenvolvimento e pesquisa.

Às professoras Liana Castro e Rejane Brandão pela carinhosa banca, e excelentes contribuições na construção desta pesquisa. Vocês já estavam neste projeto antes mesmo dele existir, quando incutiram em mim o interesse em mergulhar na pesquisa, através das aulas no curso de especialização.

À Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, que permitiu que esta pesquisa fosse possível. E as Diretoras das Creches pesquisadas que em meio às rotinas intensas de seus trabalhos sempre estiveram dispostas a contribuir com este trabalho.

Agradeço aos meus pais e meus irmãos por me fazerem ser mais forte diante das intempéries da vida e dos desafios que eu achava que não seria capaz de transpor. Ao meu pai Fávoro, agradeço a cada investimento que fez em minha educação, por cada ensinamento em relação ao comprometimento e a responsabilidade. Espero que se orgulhe do que me proporcionou. À minha mãe Kátia, preciso dizer que sou o que sou, pois você fez de mim assim. Era você quem estava do meu lado, segurando minhas mãos ou me pegando no colo enquanto eu gritava por quem não estava lá, você sempre estava lá e precisei me tornar mãe

para compreender o quanto você me amou e protegeu, e me protege até hoje. A quem não pôde estar lá, onde quer que você esteja, você também é fundamental por tudo o que me tornei. Você também merece meu agradecimento, pois você me constituiu e certamente, estaria bem feliz a me ver vencendo obstáculos.

Ao meu irmão Flavinho, meu parceiro de vida, que esteve comigo nos melhores e nos piores momentos e minha cunhada Tetê, por aturar meus desabafos eternos e me compreender profundamente.

Às minhas amigas, que me incentivaram a tentar, e depois que consegui nunca me deixaram desistir. Meu agradecimento a vocês, que nos momentos mais difíceis, onde o trabalho me sugava muito além do que eu poderia contribuir, onde eu achava que não seria capaz, vocês estavam lá, me ajudando, segurando a minha mão e me contagiando com a força de vontade e a sororidade de vocês.

Às minhas tias Cláudia, Clébia e Ana Linda, vocês são para mim referências, aprendo todos os dias com vocês. Vocês também fazem parte disso.

Ao meu companheiro de aventuras e marido Fabricio, obrigada por jamais me deixar desistir, por segurar todas as pontas quando precisei me dedicar a este trabalho. Eu te amo e você é tão responsável por este trabalho quanto eu.

Ao meu amado filho José, agradeço pela sua existência e pela paciência que tem aos seus 8 anos de vida, que compreendeu todas as vezes que não pude estar com você enquanto andava de skate na praça. Você é a razão disso tudo!

RESUMO

BRAGA, Juliana Xagas da Silva. **Educação Infantil como política pública: os desafios da municipalização para três creches na cidade de Nova Iguaçu**. 2024. 121p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

Este trabalho tem como objetivo investigar os desafios e os impactos da municipalização de três Creches Conveniadas na Cidade de Nova Iguaçu – RJ para as gestoras. Sua motivação inicial foi na pesquisa desenvolvida no curso de Especialização para a obtenção do grau de especialista da Educação Infantil. Na ocasião da especialização enquanto iniciava a função de Gerente de Educação Infantil da Rede Municipal de Nova Iguaçu. Dentre as funções do cargo: criar e monitorar as ações pedagógicas desenvolvidas na Rede. É um trabalho construído num campo que é ambiente que denota familiaridade, portanto carrega os desafios inerentes à dicotomia em relação à Gestora da Rede, *versus* a de pesquisadora estudante do mestrado. O estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa tendo como estratégias metodológicas: o levantamento de dados do Censo e da Secretaria Municipal de Educação; Assim como entrevistas semiestruturadas, realizadas com duas Diretoras das Creches que foram municipalizadas. O referencial teórico parte dos estudos de Hannah Arendt para discutir o conceito de público e privado, Mattos para discutir o conceito de bebês, assim como Lotta para identificar as Gestoras como burocratas de médio escalão. O texto está dividido em três capítulos: 1) Breve panorama da Educação Infantil na agenda política nacional, considerando, inclusive as políticas em desenvolvimento pelo Governo Federal na atualidade além de trazer os desdobramentos de tais políticas em âmbito municipal; 2) As Creches municipalizadas; 3) Os desafios para as duas Diretoras da municipalização das instituições e por fim, são apresentadas as considerações finais. Os dados indicam que o processo de municipalização, que transcorreu nos últimos quatro anos, ainda não está finalizado porque falta a regularização administrativa dessas instituições e adequação dos espaços à faixa etária da Creche. As falas das gestoras denotam um profundo comprometimento com o espaço por elas administrado e carregam elementos que nos fazem pensar sobre a necessidade de afirmar no âmbito dessas instituições os conceitos de bebês, infância, criança e Educação Infantil em consonância com a perspectiva dos documentos orientadores do Ministério da Educação.

Palavras chaves: Políticas públicas; Acesso à Educação Infantil; Atendimento em Creche; Parceria Público-Privada;

ABSTRACT

BRAGA, Juliana Xagas da Silva. **Early childhood education as public policy: the challenges of municipalization for three daycares in the city of Nova Iguaçu**. 2024. 121p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2024.

This work aims to investigate the challenges and impacts of the municipalization of three Convenanted Nurseries in the city of Nova Iguaçu – RJ for the managers. Its initial motivation stemmed from research conducted during the Specialization course to obtain a degree in Early Childhood Education. At the time of specialization, while beginning the role of Early Childhood Education Manager for the Municipal Network of Nova Iguaçu. Among the functions of the position: creating and monitoring the pedagogical actions developed within the Network. It is a work built in a field that denotes familiarity, thus carrying the inherent challenges regarding the Network Manager versus that of a student researcher in the master's degree. The study is characterized as a qualitative research with methodological strategies: data collection from the Census and the Municipal Education Secretariat; as well as semi-structured interviews conducted with two Directors of the Nurseries that were municipalized. The theoretical framework draws from the studies of Hannah Arendt to discuss the concept of public and private, Mattos to discuss the concept of babies, as well as Lotta to identify the Managers as middle-level bureaucrats. The text is divided into three chapters: 1) Brief overview of Early Childhood Education in the national political agenda, considering, including the policies being developed by the Federal Government currently as well as bringing the developments of such policies at the municipal level; 2) The municipalized Nurseries; 3) The challenges for the two Directors of the municipalization of the institutions and finally, the final considerations are presented. The data indicate that the municipalization process, which has taken place over the last four years, is not yet finalized because there is a lack of administrative regularization of these institutions and adaptation of spaces to the age group of the Nursery. The statements of the managers denote a profound commitment to the space they administer and carry elements that make us think about the need to assert within these institutions the concepts of babies, childhood, child, and Early Childhood Education in line with the perspective of the guiding documents of the Ministry of Education.

Keywords: Public policies; Access to Early Childhood Education; Daycare service; Public-private partnership.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo de unidades escolares - 0 a 5 anos e 11 meses.....	36
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Unidades Escolares que atendem a turmas de Creche.....	38
Figura 2: Panorama de matrícula na Educação Infantil no Brasil.....	54
Figura 3: Evolução das matrículas em creche.....	54
Figura 4: Evolução das matrículas em pré-escola.....	55
Figura 5: Matrículas na Educação Infantil em Nova Iguaçu.....	58
Figura 6: Quantitativo de crianças matriculadas em creches da Baixada em 2022.....	65
Figura 7: Fachada da Creche Colibri.....	67
Figura 8: Fachada da Creche Sabiá.....	69
Figura 9: Fachada da Creche Pardal.....	70
Figura 10: Localização da Creche Colibri.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB	Câmara de Educação Básica
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CF88	Constituição Federal de 1988
CGEI	Coordenação Geral de Educação Infantil
CNCA	Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COVID-19	Corona Virus Disease 2019
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI	Educação Infantil
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GRUPIS	Grupo de Pesquisa Infâncias de 0 até os 10 anos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
OP	Orientadora Pedagógica
OSC	Organização da Sociedade Civil
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PEE	Plano Estadual de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação

PROINFÂNCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PROINFANTIL	Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMIF	Secretaria Municipal de Infraestrutura
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
URG	Unidade Regional Governamental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO INFANTIL NA AGENDA POLÍTICA NACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU	23
1.1 A criança, as infâncias e o bebê neste trabalho.	25
1.2 Contextos das políticas educacionais nacionais: As principais estratégias para o atendimento na Educação Infantil.	28
1.3 Perspectivas para a Educação Infantil para o ano de 2024 e seus desdobramentos no município de Nova Iguaçu.....	33
1.4 O panorama nacional da política de parceria público privado e sua configuração em Nova Iguaçu	48
 CAPÍTULO 2 – AS CRECHES MUNICIPALIZADAS	59
2.1 A inquietude que mobilizou esta pesquisa	59
2.2 O processo de municipalização – Um breve panorama.....	61
2.3 O atual contexto das Creches municipalizadas.....	65
2.4 Expectativa e realidade: o processo de municipalização.....	71
 CAPÍTULO 3 - COM A PALAVRA: AS DIRETORAS: OS DESAFIOS DA MUNICIPALIZAÇÃO DE DUAS CRECHES	78
a) “Eu sou gestora de participar!”	80
b) “Você é Diretora de Creche? Molezinha né?”	84
c) “Eu quero mais”	90
3.1 A potência dos sujeitos deste contexto	94
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
 REFERÊNCIAS	104
 ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar os desafios e os impactos da municipalização de três Creches Conveniadas na Cidade de Nova Iguaçu – RJ para as gestoras. Sua motivação inicial foi na pesquisa desenvolvida no curso de Especialização para a obtenção do grau de especialista da Educação Infantil e teve sua continuidade recomendada, em nível *stricto sensu*, dada a sua relevância para o campo da Educação Infantil como política pública.

Na perspectiva da continuidade, inicialmente, se constituiria a partir de lacunas deixadas no trabalho anterior, como a questão da qualidade, por exemplo. Porém ao desenvolver as análises, buscando compreender desafios não superados nos 4 anos após à absorção emergencial dessas creches, o foco da presente pesquisa se voltou para o que se efetivou neste processo, como a potência das Diretoras neste novo contexto. Cabe destaque para a gênese da temática, que nasce em 2020, em minha experiência como recém-empossada, Coordenadora da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação em Nova Iguaçu.

É um trabalho que se configura como um desdobramento da monografia intitulada “Política e História – Um campo de tensões: a absorção de creches comunitárias pela rede municipal de Nova Iguaçu”, defendida em conclusão de curso de pós graduação para a obtenção do grau de especialista da Educação Infantil (PUC-Rio)¹. Desenvolvida com o objetivo geral de relatar analiticamente os processos e estratégias utilizados pela gestão do município de Nova Iguaçu para a absorção, de forma emergencial, de três creches conveniadas que, até então estavam sob a administração da Organização da Sociedade Civil, parceira Cáritas Diocesana² de Nova Iguaçu, a pesquisa teve como objetivo específico verificar em que medida essa absorção seria sinônimo de qualidade. Concluímos com a investigação que o objetivo geral foi atingido, visto que o processo de municipalização emergencial, considerando as narrativas dos participantes e a análise de documentos diversos, se consolidou. Porém, verificar em que medida essa absorção seria sinônimo de qualidade, não foi alcançado em razão da amplitude e aprofundamento necessários e as limitações do tempo de uma pesquisa de conclusão de curso.

Mas essa história não começou quando eu entro nela, ela me antecede. Começou muito antes de mim. Na busca por entrelaçar experiências profissionais e pessoais que acumulei,

¹ Educação Infantil: Perspectivas de Trabalho em Creches e Pré - Escolas

² Instituição vinculada à igreja católica e se caracteriza como uma entidade de promoção e atuação social com foco na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.

além de poder contribuir para minha comunidade, esta investigação tomou como tema central a estratégia de atendimento em Creches e Pré-Escolas por intermédio da parceria público privada na *Rede Municipal de Ensino do município de Nova Iguaçu*, se desdobrando em análise dos desafios encontrados desde a municipalização aos dias atuais, de forma emergencial, de 3 creches, no ano de 2019.

Cabe destacar que, o que hoje chamamos de parceria público privada com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), constitui-se historicamente como uma estratégia de financiamento público de instituições privadas, filantrópicas e/ou de cunho religioso para o atendimento educacional às crianças. Antes conhecidas como creches comunitárias, estas instituições têm esta nova nomenclatura (OSC) definida através da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014 que dispõe a respeito da parceria e é reconhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

O objeto dessa investigação, a municipalização de três creches, se insere no contexto das transformações das últimas quatro décadas, período em que a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica oferecida em creches e pré-escolas à crianças de 0 a 5 anos, entra na agenda de políticas educacionais no Brasil. Desde que promulgada a Constituição Federal de 1988, a criança brasileira é reconhecida como sujeito de direitos dentre os quais está o direito à educação desde o nascimento. Este documento, ao qual nomeamos Carta Magna da nação, em seu art. 227, assegura à criança e ao adolescente direito à vida, à saúde e à educação que até então nos eram negados. Incluo-me nesta afirmativa, pois nasci criança sem direitos assegurados e é aí que minhas experiências pessoais começam a se entrelaçar com o objeto de pesquisa recortado.

O acesso à educação pública às crianças que, como eu, nasceram antes de 1988, não era assegurado e, portanto, precarizado. Mas a elaboração da Carta Magna, do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (nº 9.394 de 20 de dezembro 1996) transformam o que antes era um “estado de coisas” em um “problema político” (RUAS, 2009, p.70) tornando a criança prioridade na agenda governamental.

A entrada das crianças na agenda governamental acompanha o desafio de regulamentar um atendimento que, por uma redistribuição de responsabilidades, estava sendo realizado até então pela assistência social e pela saúde. A definição de que o atendimento às crianças deveria ser de caráter educacional, trouxe consigo a necessidade de definição do papel da assistência, da saúde e da educação junto às crianças.

E foi neste cenário que cresci: numa meninice que acompanhou a tenra infância, à

reboque da transformação política do país e das mudanças na Legislação Brasileira. Lembro-me da divulgação do ECA passando na TV e nos Gibis explicativos que ganhei na escola para fomentar e dar visibilidade ao documento. Costumo dizer até hoje que *a infância brasileira é uma criança*, justamente pelos poucos anos que tivemos para que as políticas possam ser consideradas implementadas e consolidadas.

Cheguei ao ano de 2001, num contexto em que as políticas apontavam para a universalização da pré-escola, quando ainda cursava o primeiro ano da formação de professores em nível médio, na modalidade normal. Consequentemente, minha primeira experiência como adolescente estagiária na Educação Infantil, aos 14 anos de idade foi em uma pequena escola da rede privada, na cidade de Belford Roxo, na qual auxiliei professoras no recorte de “pena de índio” e “orelhas de coelho”. O estágio durou pouco e a angústia ao observar este tipo de prática já me acometia, eu nem sabia o porquê. Outras experiências, sempre na rede privada, vieram. Todas carregadas de significado profissional.

No ano de 2002 mudei-me de cidade, voltando a viver no local onde nasci, realizando meu sonho de menina, voltar a morar em Nova Iguaçu. Sonho de menina, pois vislumbrava nesta cidade o desenvolvimento e possibilidades. Sempre vivi na Baixada Fluminense e por sorte, tive professores que me incentivaram a conhecer nossa história como região. De Belford Roxo aprendi que, o que naquele momento era uma cidade de médio porte, com indústrias e grande comércio, antes era uma grande Fazenda chamada Velho Brejo.

De Nova Iguaçu, além das lições aprendidas na escola, havia as histórias que minha mãe contava de sua meninice. Histórias repletas de fantasia e significado. Ela nasceu na década de 60 e cresceu próximo à Vila de Iguassu Velho, berço de minha cidade. Brincou com artefatos oriundos do período em que pessoas eram escravizadas, entrou inúmeras vezes na Fazenda São Bernardino jurando de pés juntos que vira uma assombração, acompanhou cortejos fúnebres como quem ia a um grande evento.

Ah... Nova Iguaçu, que tantas histórias me deu para contar, tantas que me proporcionou viver... quantas memórias. Não poderia deixar de retribuir de alguma forma, mesmo que pequenina, tudo o que me possibilitou. Cresci junto com a cidade! Conhecida como cidade perfume, pois ainda no século XX, o perfume dos laranjais emanava encantando aos que passavam pela estrada de ferro. Hoje, os laranjais não existem mais, e a cidade que é marcada pelos desafios que cercam as grandes cidades, como a melhoria no saneamento básico, ampliação da rede de transporte público, diminuição da pobreza, aumento de vagas de emprego, e mesmo assim continua chamando a atenção pelo seu desenvolvimento e por se caracterizar como uma potência na Baixada Fluminense.

Foi nessa cidade potente que cursei os dois últimos anos de curso normal em uma escola tradicional da rede privada. Cabe destacar que ali nasceu o meu primeiro objetivo profissional, trabalhar nesta escola. No fim do ano de 2003, ao final do curso, algumas colegas foram contratadas pela referida escola. Diante da frustração da ausência de um convite, decidi me dedicar aos estudos do pré-vestibular. Após um ano de estudo fui aprovada para duas universidades públicas e pude escolher onde realizar a graduação.

No ano de 2005 iniciei como discente de Pedagogia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e durante o curso, me deslocava pelo território, através dos duros trilhos de trem, pois estudava no Maracanã e continuava morando em Nova Iguaçu. Foi ali que algumas de minhas inquietações e angústias a respeito da cultura escolar e das práticas pedagógicas na Educação Infantil emergiram, e muitas delas foram respondidas momentaneamente.

Em 2007, durante a graduação, meu sonho da época de normalista havia se realizado. Fui convidada a trabalhar como auxiliar na Educação Infantil na escola em que cursei o Ensino Médio na modalidade Normal - Formação de Professores, uma escola tradicional e muito conceituada da cidade. Durou pouco, assim como o estágio da adolescência na cidade vizinha. Diante de novos incômodos, questioneei. E por preferir um ambiente inquestionável, a Direção me demitiu do meu tão sonhado emprego. Eu não me encaixava. Ao chegar à aula da graduação no dia seguinte, meu professor de políticas públicas para a educação, meu conterrâneo, que conhecia muito bem aquele tipo de instituição, me perguntou a razão da minha tristeza. Respondi sobre a minha demissão, e ele agradeceu ao universo, dizendo que eu, de fato, não cabia naquele lugar. Indicou-me outra escola para trabalhar. Eu não sabia, mas ali começava a minha nova experiência na Educação Infantil.

Em 2008 tomei posse na carreira de professora na Educação Infantil de uma escola sociointeracionista, da rede privada de Nova Iguaçu. Uma escola que se configurava como um Centro de Estudos e Pesquisas, onde as crianças eram provocadas a refletir e se desenvolver de forma autônoma. O que eu não sabia é que eu também estava sendo incentivada a refletir sobre as práticas e sobre as concepções de criança e infância que tinha até aquele momento. No primeiro ano de trabalho, eu apenas cumpria o planejamento, inspirava-me no trabalho das colegas e pouco propunha. Foi nessa realidade que participei de centros de estudos nos quais conheci e me apaixonei pelo RCNEI. A partir desse documento entendi a criança como centro de todo o trabalho realizado na primeira etapa da educação básica e compreendi meu desconforto em relação às “penas de índio” e “orelhas de coelho”. Aos poucos meu incômodo com este tipo de prática começou a fazer sentido, as práticas eram diferentes de tudo o que eu

havia aprendido no curso normal. Fui apresentada à pesquisa na educação básica na *práxis*, vivendo o que estudava na graduação e em minha formação continuada em serviço.

Já como docente, acompanhei no ano de 2009, a promulgação da Resolução 005 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Neste documento pretende-se garantir às crianças currículos que sejam compostos por conjuntos de práticas que articulam os saberes que elas já têm, com os acumulados pela humanidade, além de propostas pedagógicas que os considerem como centro do planejamento e sujeito histórico de direitos, que se constrói na relação com o outro (DCNEI, 2009).

No ano de 2010, após aprovação em concurso público, tomei posse como Professora II no município do Rio de Janeiro. Durante cinco anos dividi minha carga horária de trabalho entre as redes privada e pública, aprendendo e vivendo as experiências que me constituíram como docente e pesquisadora e, dão origem a este projeto.

Em 2015 fui aprovada em concurso público e assumi minha matrícula como Professora II no município de Nova Iguaçu, cidade onde nasci, cresci e vivo até a presente data. Desde então atuo exclusivamente na rede pública, passando pelas funções de professora, coordenadora pedagógica, técnica pedagógica nas duas secretarias de educação às quais estou vinculada. No início de 2018, atendendo a um convite da Subsecretária de Educação à época, saí da docência e comecei a integrar a equipe técnico pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu. Inicialmente trabalhei no extinto Núcleo de Alfabetização, que funcionava como um setor de formação profissional voltado para o docente do primeiro ano de escolaridade.

Em 2019 quando atuei como integrante da equipe técnica de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), fui responsável pelas informações a respeito da Meta 5: *“Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino Fundamental”* (BRASIL, 2014). Nesta experiência pude compreender o quanto as estratégias traçadas são necessárias para o alcance das metas. Neste mesmo ano, pude acompanhar, mesmo que à distância, pois atuava como integrante da Equipe Técnica do Ensino Fundamental, o processo de municipalização de 3 creches, que até então eram conveniadas. Não havia muitas informações ou troca de experiências em relação ao processo. As informações eram restritas aos que, de fato, participavam do movimento. Algumas colegas de trabalho se desligaram da equipe naquele período e foram atuar como Diretoras e em outras funções nas unidades que agora, chamávamos de creches absorvidas.

Após dois anos de atuação nessa equipe, recebi o convite para coordenar a equipe de Educação Infantil pública de Nova Iguaçu. Aceitei, e em 2020, assumi a gestão do grupo.

Duvidando de minha capacidade técnica em fazê-lo, decidi retomar minha vida acadêmica na pós-graduação *lato sensu*, com o objetivo de ampliar e aprofundar meus conhecimentos a respeito da Educação Infantil. Ao longo do curso de Especialização em Educação Infantil: Perspectivas de Trabalho em Creches e Pré-Escolas, realizado na Pontifícia Universidade Católica no Rio de Janeiro - PUC-Rio, e de minha atuação profissional, comecei a conhecer diferentes políticas voltadas para a Educação Infantil. Mas as que diziam respeito ao atendimento para esta etapa da Educação Básica me causavam um incômodo muito parecido com aquele que sentia ao cortar “orelhas de coelho” e “penas de índio” enquanto estagiária, na adolescência. Como a Rede faria para proporcionar o direito ao acesso a tantas crianças diante do pouco número de vagas? Por que, ainda que não obrigatório, tão poucas crianças eram atendidas pelas creches municipais? Como funcionava a parceria entre Prefeitura e as Instituições representadas por Organizações da Sociedade Civil?

Aquele incômodo inicial estava justamente em perceber a complexidade das demandas e poucos subsídios para respondê-las. Esses questionamentos se transformaram num primeiro passo em direção à pesquisa. Logo eu, que não me via nesse lugar de pesquisadora. Logo eu, que acreditava que este caminho era *uma estrada em que todas as perguntas já haviam sido respondidas*. Acreditava que este caminho somente seria trilhado por outros mais experientes que eu, pois já havia pensado em tentar a colocação no Mestrado, mas nunca tive um questionamento que julgasse relevante e que motivasse uma pesquisa significativa. Diante da possibilidade de trilhar esse caminho de perguntas em busca de respostas, a pesquisadora que hoje escreve este trabalho dá o primeiro passo na caminhada da pesquisa.

Dois anos se passaram, nesse período construí minha identidade profissional na atuação na secretaria e foram apuradas as questões que, depois de terminada a especialização, me fizeram optar por seguir na vida acadêmica, me candidatando ao curso de mestrado.

Em um cenário no qual a minha atuação profissional se entrelaça com a vida pessoal e acadêmica, fui aceita no Mestrado Acadêmico na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e o presente trabalho integra as produções acadêmicas do Grupo de Pesquisa Infâncias de 0 até os 10 anos (GRUPIS), coordenado pela Prof. Dra. Anelise Nascimento, no Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, vinculado à linha de pesquisa Estudos Contemporâneos e Práticas Educativas (PPGEDUC).

Tendo em vista que o Ministério da Educação entende atendimento à primeira infância com uma ação complexa, justamente por compreender que a criança está imersa num contexto onde políticas se atravessam e se complementam, surge a necessidade de diferentes setores

governamentais e não governamentais se envolvem no atendimento em Creche. Assim, o atendimento à criança no Brasil configura-se “como uma ação intersetorial entre educação, saúde, assistência social, nutrição e proteção da criança” (BRASIL, 2011), mesmo sendo uma ação intersetorial, desde a década de 80 a CF88 determina a transferência da responsabilidade da Creche, e dos cuidados com a primeira infância para a Educação.

“... o processo de integração de creches e pré-escolas aos sistemas de ensino, no Brasil, situa-se no âmbito de uma política educacional que não dissocia educação e cuidado, que rompe com a ideia de atendimento assistencial, que se institui como direito público subjetivo do cidadão desde que nasce e que, portanto, responsabiliza o Estado pela obrigatoriedade de oferta numa ação complementar à família e à comunidade”. (MEC, 2011)

O atendimento educacional de bebês e crianças está presente na CF88, como direito público. A política de atendimento em Creches ainda representa um “estado de coisas”, pois embora esse direito esteja registrado no documento que rege as leis do país, o que está escrito não garante que a decisão se transforme numa ação. Assim a política de atendimento em Creches pode ser caracterizada, de acordo com (RUA, 2009), como uma demanda recorrente que “são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental” (RUA, 2009). É neste cenário, que se construiu esse trabalho e se justifica a pertinência de pesquisas que se voltam a analisar como esse direito vem se efetivando ou o quão distante estamos de sua efetivação.

Este trabalho se apresentou como resultado de uma pesquisa na qual realizei rotineiramente o exercício proposto por Da Matta (1978), de estranhar o que me é familiar. Ainda considerando minha atuação como técnica da Secretaria de Educação e Gestora da Educação Infantil do município o qual ocorre o estudo, nesta pesquisa, optei por um campo que denota familiaridade. Neste cenário, foi preciso compreender o processo de municipalização das creches como uma pesquisa que requer muito mais do que meu olhar de gestora que participou do processo, mas como pesquisadora que se munuiu de instrumentos para realizar esta análise utilizando um tratamento científico (LAKATOS, 2003).

Buscando desdobrar a pesquisa iniciada no curso de especialização, fundamentei-me nas averiguações deste, buscando conexões similares e/ou continuidades (TRUJILLO, 1974). Nesta perspectiva, a continuidade do estudo da especialização no mestrado se explicou porque busquei justamente conhecer as continuidades, mas compreendendo que as rupturas também

seriam encontradas, pois as mesmas fizeram parte deste processo. E quando as menciono, minha intenção foi compreender quais rupturas e continuidades eram essas e, em que medida contribuíram para a construção da identidade das agora nomeadas Creches Municipais, considerando os desafios, as potencialidades e os processos que se apresentaram durante o período da municipalização. Consequentemente, investigar os desafios e os impactos da municipalização de três Creches Conveniadas no Município de Nova Iguaçu – RJ para as gestoras, após 4 anos de início do processo de municipalização, se tornou o objetivo principal deste trabalho.

Para tanto no desenrolar desta pesquisa, apresentou-se uma discussão sobre uma estratégia de atendimento educacional aos bebês através da parceria público privada com as Organizações da Sociedade Civil. A pesquisa descreveu os principais aspectos do processo de municipalização que teve início em 2019. Além de investigar quais desafios ainda persistem para duas gestoras.

A reflexão deste trabalho contou como referencial teórico a respeito do panorama histórico e político da Educação Infantil os estudos de Kuhlmann Jr, Kramer e Mattos. Considerando que a pesquisa tomou como objeto de estudos, a creche, o conceito de bebê elaborado por Mattos foi assumido como fio condutor deste trabalho. Os estudos de Hannah Arendt serviram como fundamentação para discutir o conceito de público e privado, assim como Lotta para identificar as Gestoras como burocratas de médio escalão.

A priori este estudo teve sua motivação no ano de 2019, enquanto eu ainda trabalhava como técnica do Ensino Fundamental. Por atuar e me interessar sempre pela primeira etapa da Educação Básica, buscava me aproximar das equipes de Educação Infantil, tanto para alinhar o trabalho, quanto para saber das propostas de fato. Foi neste cenário que surgiram os primeiros questionamentos pessoais a respeito da municipalização. Além do incômodo com o gradativo apagamento da história do processo de conveniamento dessas três creches dentro da própria secretaria.

No contexto de formalidade, esta pesquisa proporcionou o levantamento de dados que evidenciam os desafios de cada uma das creches para a suas gestoras, como a questão da adaptação de espaços adequados à faixa etária, por exemplo. O reconhecimento desses desafios, além de possibilitar a categorização dos mesmos, permitiu o levantamento das similaridades e diferenças entre as realidades de cada um desses espaços e suas Diretoras. Essa pesquisa se inseriu no campo da Educação em interlocução com a área das ciências políticas, na tentativa de contribuir na resolução de problemas coletivos que se apresentam para o atendimento em Creche, além de apontar possibilidades para ajudar a resolvê-los.

Assim, este trabalho apresentou-se do tipo exploratório, pois buscou levantar informações e solucionar um problema a respeito de um fenômeno: a municipalização de três Creches no município de Nova Iguaçu. Soma-se a isso a perspectiva qualitativa na busca por compreender um fenômeno em seu caráter subjetivo.

Considerando o desenvolvimento desta pesquisa, sua essência qualitativa se confirma ao compararmos suas características com as cinco apresentadas em *Investigação Qualitativa em Educação*: “I - Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. O que supõe um contato direto e prolongado do pesquisador com o objeto, além de considerar a subjetividade com a qual o contexto é marcado; II - A pesquisa apresenta-se predominantemente descritiva - Os dados da realidade, por mais triviais que pareçam, são carregados de informações implícitas. Assim, o pesquisador deve estar sempre atento para todos os que emergem e podem contribuir para a compreensão do problema que está em investigação; III - Investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos - Processos estes que habitualmente se desenvolvem no cotidiano escolar; IV - Existe uma tendência da análise de dados indutivas - Processo em que as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando; V - O significado é de importância vital - O pesquisador vai alinhando seu foco na medida em que pesquisa se desenvolve” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 47-51).

A temática escolhida nesta pesquisa denota uma “abordagem etnográfica para o estudo de fenômeno educacional se depara com inúmeros desafios” (LUDKE, 1986), o que muitas vezes requer um recorte específico do objeto de estudo. Entretanto, para que o processo de pesquisa fosse iniciado, o foco foi delineado traçando uma espécie de funil para que pudessemos estreitar o recorte (LUDKE, 1986), de um plano inicial para verificar a qualidade dessas instituições para profissionais e famílias, delimitamos a investigação tendo os desafios apresentados pelas gestoras ao longo dos 4 anos de municipalização dessas instituições.

A primeira etapa da pesquisa compreendeu a revisão de literatura que foi adotada propondo um levantamento, não só para verificar o que se registra nos últimos anos relacionados à municipalização de creches, mas principalmente, para identificar as lacunas e questionamentos que não foram respondidos em outras pesquisas sobre essa temática. Relacionar as descobertas proporcionadas por outras investigações assim como utilizar os dados da pesquisa realizada na especialização permitiram tomadas de decisões que levaram ao recorte de investigação aqui apresentado.

As entrevistas permitiram construir uma ideia sobre a maneira como os sujeitos

interpretam os aspectos pesquisados. Inicialmente o foco deste trabalho foram as entrevistas mais livres e exploratórias, cujo objetivo foi a compreensão geral das perspectivas sobre o tópico, além de permitir ao entrevistado levantar pontos que porventura não tenham ainda sido observados como relevantes pela própria pesquisadora.

Para apresentar a pesquisa, buscando superar monismos metodológicos (BRANDÃO, 2010), esse texto foi dividido em 3 capítulos que trazem como estrutura uma abordagem que demonstra de que formas as políticas nacionais - macro, impactam as ações do município de Nova Iguaçu – micro, para a Educação Infantil. Tomando como referência os estudos de Brandão, 2010, superar os antagonismos metodológicos entre as abordagens micro e macro são necessárias, para que se possa compreender as relações entre o individual e o coletivo, considerando que ambos são complementares e não concorrentes.

Assim Inicialmente um breve panorama da Educação Infantil na agenda política nacional, considerando, inclusive as políticas em desenvolvimento pelo Governo Federal na atualidade traçando um comparativo com os desdobramentos dessas mesmas políticas para o município de Nova Iguaçu; Na segunda delas as creches municipalizadas; No terceiro capítulo os desafios para as duas Diretoras da municipalização das instituições e por fim, na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO INFANTIL NA AGENDA POLÍTICA NACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

Quando a estrada for longa e seu corpo fraquejar, quando não houver caminho nem lugar para chegar... É hora do recomeço. Recomece a caminhar.

Recomece / Bráulio Bessa

O marco para a construção dessa pesquisa é a municipalização de três creches em Nova Iguaçu no ano 2019, processo sistematizado no trabalho da conclusão da especialização em educação infantil que se desdobra nesta pesquisa de mestrado. Para a pesquisa da especialização foram realizadas entrevistas com as Diretoras de forma coletiva e com a Pedagoga representante da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu, que na ocasião era mantenedora das Creches que foram municipalizadas.

De acordo com a narrativa das diretoras entrevistadas na pesquisa realizada no referido ano, tal processo significou um recomeço para estas instituições, pois foram necessárias mudanças de grande porte para todos os envolvidos. Eram espaços que, embora se apresentassem com caráter educacional, exerciam um trabalho predominantemente de guarda e assistência, e desde que as creches migraram da administração da Assistência Social para a Educação, a mantenedora demonstrava desconforto com a nova configuração e responsabilidades como se pode verificar na fala de uma das integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação entrevistada à época da pesquisa de especialização: *“o padre queria que a creche fosse assistencialista, e a gente cobrava um trabalho pedagógico, isso é regra, está no edital. No termo que eles assinam quando decidem firmar a parceria.”*

A fala da integrante da Comissão foi endossada pela Pedagoga que representava a instituição à época que também demonstra em seus relatos a possibilidade por parte do Padre responsável de *“abrir outra creche para fins somente de guarda. Porém, essa possibilidade foi logo negada, porque eu entendo que uma creche não pode mais se prestar a serviços assistencialistas”*. Esses relatos representam as marcas históricas e os desafios da Educação Infantil no Brasil. A postura dos representantes da mantenedora demonstra a insegurança diante de um caminho desconhecido, um caminho cheio de desafios e possibilidades, assim como o caminho traçado na construção da Educação Infantil brasileira.

Neste capítulo, traçaremos um panorama da primeira etapa da Educação Básica na agenda das políticas educacionais brasileiras, bem como os desdobramentos de tais políticas na cidade de Nova Iguaçu, tomando como fundamentação para a organização deste os aspectos micro e macrosociais presentes nas contribuições de (BRANDÃO, 2010), que

defende que na “complexidade dos processos envolvidos nas relações e transformações sociais, estimulam tentativas de ligar os planos micro e macrosociais, os processos individuais ao sistema social mais amplo”. Neste cenário, ainda tomando como base os estudos da autora, a organização deste capítulo se dará considerando as políticas nacionais como macrosociais e as do município como microsociais. Aderindo a esta escolha, nosso objetivo é uma melhor compreensão entre o que é individual a nível municipal e coletivo em âmbito nacional, entendendo que as políticas nacionais reverberam nas ações e práticas nas políticas para a Educação Infantil em âmbito municipal.

O desenvolvimento destas políticas para a Educação Infantil, as concepções de bebês, criança e infância, e o trabalho que se desenvolveu com esta faixa etária ao longo da história deixaram consideráveis marcas na identidade das instituições de atendimento à crianças de 0 a 5 anos na contemporaneidade, por isso, fundamentada nos escritos de Kuhlmann Jr. refletiremos a respeito do desenvolvimento dessas políticas e seus impactos no trabalho em Creches e Pré-Escolas, além das contribuições de Nunes, Corsino e Didonet, a respeito da integração da Educação Infantil ao setor educacional, ratificando a educação pública e de qualidade como um dever do Estado e um direito das crianças

Mas antes de quaisquer ponderações a respeito da Educação Infantil trazemos em breves palavras um panorama do município de Nova Iguaçu e seus dados populacionais.

Nova Iguaçu é um município do Estado do Rio de Janeiro e está inserido na região metropolitana do mesmo, mais especificamente na Baixada Fluminense, região composta por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Nova Iguaçu, Nilópolis, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. É uma região populosa, correspondendo a 22,84% da população total do estado do Rio de Janeiro, compreendendo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o quantitativo de 3.651.771 habitantes no ano de 2010.

Nova Iguaçu possui a extensão territorial de cerca de 520km² e em 1997, através da Lei Complementar Nº 006 registrou o nome atual da cidade e a subdividiu em nove Unidades Regionais de Governo – URG’S que englobam a sessenta e oito bairros distribuídos conforme: Centro, Posse, Comendador Soares, Cabuçu, Km-32, Austin, Vila de Cava, Miguel Couto e Tinguá . Tal divisão ocorreu com o objetivo de descentralizar e oferecer serviços ordinários à população, que antes concentrava sua oferta no Centro da cidade.

A maior parte do território é recoberta por Mata Atlântica e possui duas áreas de preservação ecológica: a Área de Proteção Ambiental da Serra de Madureira e a Reserva Biológica de Tinguá, ambas consideradas pela Unesco como Reserva de Biosfera e

patrimônio da humanidade, respectivamente. Nessas regiões, por questões óbvias, não é permitida a construção e/ou criação de novos bairros.

De acordo com dados publicados pelo IBGE em 2020 o PIB da cidade era de 17.202.970,35 mil. A cidade apresenta vocação para atividades econômicas como agropecuária, comércio e indústria, sendo o comércio a principal via de arrecadação. A cidade conta com grande centro comercial que é referência entre as outras da Baixada Fluminense, além de comércios menores em outros bairros. No quesito indústria, abriga várias no ramo alimentício, cosmética e siderúrgica sendo referência no Estado. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, segundo o censo de 2010, é de 0,713. Nesta perspectiva o referido índice classifica-se como "elevado", porém abaixo da média estadual e nacional no mesmo período, que registravam, respectivamente, 0,761 e 0,727.

Em 2010, a população do município foi contada pelo IBGE em 795.212 habitantes, sendo o quarto mais populoso do Estado, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o segundo mais populoso da Baixada Fluminense, apresentando uma densidade populacional de 1517,9 habitantes por km². Ainda conforme o mesmo censo 52,1% se configura como habitantes do sexo feminino. Seus habitantes se dividem em áreas urbanas e rurais. Sendo que 98,9% concentram-se na área urbana.

Abriga uma população heterogênea, composta de grupos diversos como remanescentes de Quilombos, refugiados de outros países e assentamentos do Movimento dos Sem Terras, por exemplo.

Neste contexto, é considerável destacar que embora este trabalho toma como referência a projeção publicada pelo Observatório da Criança e do Adolescente³, em 2010 o referido censo publicou que a população na faixa etária de 0 a 6 anos no município era de 77.142 crianças, sendo 42.721 de 0 a 3 anos e 22.272 de 4 e 5 anos de idade.

1.1 A criança, as infâncias e o bebê neste trabalho.

“Além do aspecto construtivo do arcabouço jurídico e da política pública de educação infantil, importa – talvez com mais valor – perceber como se foi constituindo, no processo histórico, a noção de criança e de infância. Em última análise, leis e políticas são meios, instrumentos de ação; crianças são pessoas, sujeitos. Nelas estão a razão e o sentido da legislação e das práticas administrativas. É preciso encontrá-las em suas identidades, ser companheiras em suas trajetórias, entendê-las como

³ <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia> pesquisado em 23/12/2020 às 12h42.

coconstrutoras da sociedade que somos”. (NUNES, CORSINO E DIDONET, 2011)

A concepção de criança e de infâncias que hoje são amplamente divulgadas, nem sempre se caracterizaram conforme conhecemos. A criança apresentada neste trabalho é entendida como “pessoa de pouca idade, que produz cultura, e é nela produzida, brinca, aprende, sente, cria, cresce e se modifica ao longo do processo histórico que constitui a vida humana” (Kramer, 2010), e a infância está intimamente ligada à forma com a qual a criança está inserida e o seu papel nas formas de organização das sociedades, entendendo que estas são construções sociais e culturais constituídas por adultos antes mesmo do nascimento desta criança, configurando a infância como uma espécie de dispositivo que se sobrepõe a criança, delineando discursos e previsões a respeito do que é ser criança em diferentes de grupos sociais, além de atender a interesses econômicos e políticos através de normatizações em geral.

Partindo do cenário acima descrito, onde foram destacados os conceitos de criança e de infância em que se amparam este trabalho, cabe destaque e uma breve reflexão a respeito de tais conceituações nos documentos oficiais em âmbito nacional e municipal. Para tanto, os trechos apresentados abaixo são recortes das DCNEI e na proposta curricular municipal de Nova Iguaçu.

“Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.” (DCNEI, 2009)

“Nesse contexto de sociedade múltipla e plural, o princípio norteador do trabalho das escolas deve ser o sujeito em sua dimensão social como produtor de cultura, como ser imerso na história da humanidade e, conseqüentemente, como produtor de história. A aprendizagem e a construção de habilidades e comportamentos acontecem no cerne das interações sociais, por isso acreditamos que sejam caminhos coerentes com o que acreditamos como educação: o intercâmbio de experiências, o conhecimento prévio do aluno, bem como a valorização e a produção de cultura.” (NOVA IGUAÇU, 2020)

Considerando os dois destaques trazidos à reflexão, cabe informar que ao realizar a análise da proposta curricular municipal não foi encontrado um conceito de criança, mas de sujeito como um todo, conforme se pode verificar na citação acima. Em análise do contexto,

por mais que o conceito de sujeito se aproxime do que se define nas DCNEI, não apresenta uma definição específica de criança ou mesmo bebês, além de não mencionar nenhuma vez a palavra infância no referido documento. Tais ausências denotam que, ainda que seja uma conceituação que se aproxima dos referenciais legais, não trazer a conceituação de criança, bebê e infância demonstra pouca importância ou negligência para com o público atendido na primeira etapa da Educação Básica. Este documento data do ano de 2020, e já precisa ser repensado no que diz respeito às crianças até 5 anos e 11 meses, de forma respeitosa e garantidora de direitos.

Cabe destacar que, em estudo recente, Mattos e Nascimento (2019) realizaram revisão de literatura sobre como o bebê vem sendo constituído como categoria de Estudo na Educação Infantil. Embora a análise aponte para uma crescente nos estudos *sobre, para e com bebês*, assim como a interdisciplinaridade que atravessa essas investigações, esses estudos ainda ocupam uma fatia ínfima no universo das pesquisas da Educação Infantil. Este mesmo estudo aponta para um maior volume de produção acadêmica voltada para a faixa etária de 3 a 4 anos de idade e denuncia as marcas dos processos de escolarização nesta modalidade, justamente pela proximidade com a entrada no Ensino Fundamental, revelando por fim, que em grande parte, as pesquisas analisadas põe um holofote na produção do *aluno* e sua institucionalização, culminando numa menor produção a respeito da infância e seus atravessamentos. Em análise ao que foi verificado na proposta curricular municipal, os achados da pesquisa das autoras refletem na construção do referido documento justamente na ausência de conceituação de bebês, crianças e infâncias.

Em uma primeira análise faz-se pertinente destacar a questão enquanto pesquisadora das infâncias e da Educação Infantil, pois no começo deste desafio que é a Pós-Graduação, não me imaginava enveredando pelo campo da pesquisa com bebês, apesar de produzir um trabalho monográfico com foco na Creche como política pública, por algum motivo alinhar o presente trabalho aos bebês não era uma possibilidade. Talvez a escolha desta temática, que para mim era inesperada, se justifique pelas inquietações provocadas a partir dos dados apontados por Mattos e Nascimento (2019). Se o foco maior encontra-se nas crianças de 4 e 5 anos, a pesquisa com os bebês torna-se pouco explorada, portanto, é necessária em inúmeros aspectos, principalmente no campo das políticas de acesso e permanência.

Nesta perspectiva, cabe trazer à discussão o conceito de bebês que permeia essa pesquisa. Tal entendimento tem sido construído no diálogo entre pesquisas desenvolvidas pelo Grupis (UFRRJ) e pelo Grupo de Estudo e Pesquisa Bebês, Crianças e Infâncias em Contextos Plurais - GERAR (UFF), grupos que, em interlocução, desenvolvem projetos cujos

resultados ajudam a contextualizar o sujeito das políticas de acesso e permanência na creche, assumindo em concordância com Mattos (2018, p. 98-99) que “o bebê é o ser humano que inaugura à vida e altera o mundo com a sua chegada” e, conseqüentes demandas. Inicialmente está em dependência do outro para sua própria sobrevivência, mas possuem em sua subjetividade, mesmo que nos estágios iniciais, marcas definidoras que determinarão os contornos de suas ações em diferentes aspectos da vida em sociedade, pois é justamente no encontro com o outro que se dá o seu amadurecimento pessoal.

1.2 Contextos das políticas educacionais nacionais: As principais estratégias para o atendimento na Educação Infantil.

As primeiras instituições voltadas ao atendimento à Pré-Escola no Brasil foram registradas na década de 1870, Segundo Kuhlmann Jr. (1991), marcava-se, por ser um atendimento preponderantemente na iniciativa privada cujos principais representantes são o Colégio Menezes Vieira, em São Paulo, a Escola Americana e o Jardim de Infância Caetano de Campos. Assim surgem os primeiros espaços configurados como jardins de infância voltados às classes mais abastadas com o objetivo de atender crianças pequenas com propostas de cunho pedagógico. Cabe destacar que, neste contexto, a palavra “pedagógica” era utilizada com mero objetivo mercadológico, para que se pudesse marcar a diferença entre estes espaços e os chamados asilos e creches, que seriam responsáveis pelo atendimento às crianças das camadas mais vulneráveis da sociedade, atendendo aos filhos de mulheres que exerciam trabalho extradomiciliar. Neste cenário, as Creches tinham caráter assistencial, os jardins de infância, educacional (NUNES, CORSINO E DIDONET, 2011).

Vinte anos depois das Creches e Jardins de Infância, surgem novas iniciativas voltadas à pré-escola da classe popular. Eram iniciativas que se caracterizavam como assistencialistas, justamente por se configurar como alternativa a liberação da mão de obra nas fábricas onde as mulheres mães trabalhadoras precisavam que seus filhos pudessem ser alimentados e cuidados durante as jornadas de trabalho. Em seu estudo Kuhlmann Jr. lamenta a falta de maiores informações a respeito das rotinas nestes referidos espaços, porém percebe-se numa breve leitura, que havia uma grande preocupação com os cuidados que garantem a sobrevivência e à saúde dos atendidos, e destaca a preocupação com a alimentação e o atendimento médico.

Observando essa questão, por certo seria interessante fazer um apontamento baseado em minhas memórias considerando estes últimos 4 anos em que estive à frente da gestão do setor de Educação Infantil na rede. Apesar de este trecho do texto versar a respeito de um contexto

histórico do século XIX, as mesmas práticas e iniciativas assistencialistas ainda são sustentadas nas instituições até o tempo presente. Além disso, ainda há quem defenda o atendimento exclusivo às mães trabalhadoras, desconsiderando o direito das crianças conquistado na Constituição Federal de 1988.

Já nas primeiras décadas do século XX, tais instituições, marcadamente assistencialistas, começam um movimento em busca de se aproximar do trabalho realizado nos jardins de infância, o chamado *trabalho pedagógico*, em detrimento do trabalho assistencial característico dos asilos e creches. Embora o objetivo fosse melhorar a qualidade da oferta do serviço oferecido, a proposta educacional ainda não atingia os mesmos níveis. Por mais que apontasse uma intenção na busca por uma maior qualidade, uma educação voltada para a submissão ainda era a característica do serviço oferecido. Assim, se previa uma educação mais moral do que intelectual, voltada para a profissionalização. (KUHLMANN JR., 1991) e com o objetivo de “*contribuir para a formação de um povo forte e um país desenvolvido*” (NUNES, CORSINO E DIDONET, 2011).

Ações higienistas e de saneamento deram o tom institucional da década de 60, condicionando essas práticas às crianças de famílias mais vulneráveis. Neste cenário, a creche se apresenta como instrumento de intervenção e regulação social.

A educação compensatória é a característica principal das propostas públicas da década de 70 em que busca-se atribuir às carências em diferentes âmbitos do desenvolvimento a causa dos problemas educacionais, assim surgem influências de programas internacionais que defendem a Pré-Escola como fator primordial e determinante para que os estudantes tenham bom desenvolvimento escolar e, conseqüentemente, livres do fracasso escolar.

Em paralelo a luta pela garantia de direitos, o atendimento à primeira infância no Brasil passa pela transição que viria a se consolidar com a promulgação da Constituição Federal na próxima década, a partir da qual se inicia um processo de transição da responsabilidade da Assistência Social para a Educação (NUNES, CORSINO E DIDONET, 2011).

Durante um período de intensa mobilização e participação social na construção de um novo paradigma social e de com a garantia de direitos pela Constituição Federal de 88, as décadas de 80 e 90 foram marcadas por um valioso avanço legal que redefiniu os princípios da República e restabeleceu o Estado de Direito. Este quadro que vinha se constituindo, inseriu a criança num contexto de cidadania, garantindo-a como sujeito de direitos através do artigo 227. Com a elaboração e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente que ratifica tais direitos, além de se tornar referência na garantia de direitos específicos, consagrando um novo olhar a respeito da criança e do adolescente na sociedade brasileira. A

reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que define a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e atribui à ela o *“desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”* (BRASIL, 1996) o Lançamento do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil- RCNEI e a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI configuram-se como marcos referenciais para a primeira etapa da Educação básica, o que contribuiu com a construção da identidade do trabalho realizado na Educação Infantil, ainda na década de 90.

Os anos 2000, marcados pela promulgação do Plano Nacional de Educação que traz a Educação Infantil como temática já em sua primeira meta; pela aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, e a consequente entrada da Educação Infantil como uma das etapas atendidas pelo financiamento. Data desta década também o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA, programa do Governo Federal, instituído por Resolução, se configura como uma das ações do Programa de Desenvolvimento da Educação – PDE, com o objetivo de garantir o acesso e crianças a Creches e Pré-Escolas, através de obras de melhoria de infraestrutura, construção de novos prédios ou aquisições de mobiliário e equipamento; PROINFANTIL, programa do Governo Federal voltado especificamente a formação inicial do professor desta etapa. Aqui convém destacar o quão recente é essa política no contexto em que estamos discutindo este texto.

No final da década, as novas DCNEIs são promulgadas trazendo orientações a respeito do trabalho que se deveria realizar na Educação Infantil. Essas políticas são tão recentes que ainda há muito a se caminhar até atingir o objetivo da universalização prevista na Meta 1 do PNE, por exemplo. Passaram-se mais de 20 anos. Realizamos recentemente a etapa Municipal da Conferência Nacional Extraordinária de Educação, na cidade de Nova Iguaçu, para pensar em novos apontamentos para o próximo decênio do PNE e esta temática continua em evidência visto que, nem universalizar a Pré-Escola e nem atendemos à 50% das crianças brasileiras em Creches.

Neste trabalho, a década de 2010 será dividida em três etapas que representam 3 governos, Dilma Rousseff – segundo mandato, Michel Temer e Jair Bolsonaro. O segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, marcado no campo educacional pela promulgação da Lei nº 12.796, que altera a LDB 9394/96 trazendo a obrigatoriedade da matrícula de crianças de 4 anos de idade e a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular, além da republicação do PNE com vigência para os próximos 10 anos, trazendo novas metas para a

Educação Infantil.

No ano de 2016, o golpe ao governo de Dilma Rousseff, resulta em Impeachment, e na consequente ascensão ao poder de Michel Temer como Presidente do Brasil. No campo educacional o Governo Temer “representou o maior retrocesso dos últimos 70 anos ou mais”, diz Gaudêncio Frigotto (2018) em entrevista para a Revista Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Tal ascensão apontava para um governo marcado por políticas de retrocesso baseadas em políticas neoliberais e nas que foram nomeadas como: evidências científicas, desconsiderando qualquer possibilidade das políticas até então desenvolvidas terem sido pautadas na pesquisa e na experimentação. Uma asfixia no contexto de democratização da educação e uma ruptura da participação social que vinha se constituindo nas últimas décadas (UCZAK, 2020).

Nesta nova gestão muitas evidências oriundas de trabalhos realizados em outros países, com a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, inspirada em experiências da educação italiana, como uma política homogênea para contextos heterogêneos, num país com dimensões continentais e população diversa, desconsiderando a singularidade, principalmente na Educação Infantil, em que sua proposta já prevê o que deve ser alcançado. A atual proposta curricular municipal da cidade de Nova Iguaçu é construída com base na BNCC conforme se pode verificar no destaque abaixo:

“O presente documento tem como norteadora a Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC), homologada pelo Ministério da Educação (MEC), que possui caráter normativo e delibera aprendizagens essenciais para o desenvolvimento pleno do educando na Educação Básica e assegura direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BNCC, 2018)”(NOVA IGUAÇU, 2020)

A Política Nacional de Alfabetização considerou pesquisas e experimentos na Austrália, Estados Unidos e França, como se pode verificar no Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências, lançado em 2021. Este documento representou o maior retrocesso no contexto de Alfabetização e Letramento (NOGUEIRA, 2019), pois desconsiderava qualquer subjetividade, contexto histórico, político ou social vivido pelos estudantes e propunha uma espécie de manual de alfabetização, considerando como direcionador de trabalho o método fônico.

Falar dessa proposta me reporta à ocasião em que, em minha matrícula de professora do município do Rio de Janeiro, fui indicada como Embaixadora do Programa Alfa&Beto, e incluída em formações e oficinas relacionadas ao mesmo, que eram absolutamente baseadas

na PNA. Destacam-se as referências teóricas da política que, obviamente, não contavam com os nomes de Paulo Freire e Emília Ferreiro, que dispensam apresentação; e as instruções dadas em relação à postura correta de as crianças ao se assentarem e ao grau de inclinação adequado do lápis para que o treinamento acontecesse de forma eficiente. Naquele ano, questioneei pela primeira vez minha profissão e precisei da ajuda profissional de um terapeuta para continuar enfrentando o desafio.

Em 2018, após uma campanha baseada na apologia à violência e permeada de Fake News (MELLO, 2020), Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência do país. No princípio, seu governo já evidenciava despreparo e administração com crises intergovernamentais, (ABRUCIO, 2020). Um governo caracterizado por políticas antidemocráticas, numa postura dualista, autocrática e de muitos conflitos com os Governadores do país. Tais conflitos foram ampliados a partir do ano de 2020 com os efeitos negativos no combate à Covid 19, um período histórico inimaginável, que culminou com cerca de 700 mil mortos no país, resultados de confrontos e descoordenação, provocados pela falta de liderança da União, o que colocou o Brasil numa posição muito delicada no cenário internacional.

Em atendimento às políticas de distanciamento social, o consequente fechamento das escolas culminou no que talvez tenha sido o maior desafio da Educação Infantil brasileira: se já era desafiador desenvolver um trabalho pautado nas interações e brincadeiras dentro das escolas, como fazê-lo à distância? Como desenvolver um trabalho equânime considerando as desigualdades sociais e a falta de acesso da maioria da população ao direito à educação? A partir do momento em que precisa de um aparelho telefônico com internet para ter acesso à educação, este direito deixa de ser público e gratuito.

Também nesta década foi aprovado o novo FUNDEB que, na prática, aponta novos caminhos no financiamento da Educação Infantil utilizando, por exemplo, o Custo Aluno Qualidade, como referência para o investimento de verbas na primeira etapa da Educação Básica.

Por fim, ainda nos desdobramentos das políticas de retrocesso implementadas na década anterior, o estabelecimento do Plano Nacional do Livro Didático para a Educação Infantil surge como algo inédito e revolucionário, pois até então, nas palavras e no Twitter do Ministro da Educação à época, o Sr. Abraham Weintraub: *Pela 1ª vez, teremos livros didáticos para a Educação Infantil. Crianças da pré-escola terão contato com as palavras, a partir de 2022. Isso faz parte de uma grande mudança no ensino!* (WEINTRAUB, 2020). Tal afirmação desconsidera muito mais do que as políticas implementadas até então, ela desconsidera as crianças como sujeitos implícitos num contexto histórico político,

desconsidera-as como sujeitos sociais imersos e produtores de cultura. Esta fala representa o retrocesso e o despreparo destes gestores que, por 6 anos, delinearam e implementaram políticas na contramão de uma educação emancipadora.

No ano de 2022, após um período eleitoral permeado de violência e insegurança, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito para a Presidência do Brasil. Diante de um país devastado, que após as políticas, ou a ausência delas, de um governo que representa o retrocesso e incluiu o país no mapa da fome, do desemprego, da inflação aprofundando as desigualdades, além de colocar em risco a democracia e a soberania nacional, o agora Presidente eleito apresenta em seu Plano de Governo, além de uma proposta de redemocratização do país, a necessidade de reconstruí-lo através de políticas de desenvolvimento econômico, pois segundo o documento esta seria a principal responsável pela decomposição das condições de vida da população em âmbito geral. No tópico a seguir trataremos das políticas para a Educação Infantil do Governo Lula e apresentaremos os dados educacionais do município de Nova Iguaçu.

1.3 Perspectivas para a Educação Infantil para o ano de 2024 e seus desdobramentos no município de Nova Iguaçu.

“(...) acho que a ideia de estar num compromisso é exatamente a ideia de criar a possibilidade de um debate nacional por programas de formação continuada comprometidas com esta concepção de Educação Infantil que está nas diretrizes né? Porque a gente conhece a nossa história, a nossa história de pré-escola, a nossa história de curso livre, a nossa história de Creche assistencial né? E quando a Educação Infantil, na época pré-escola, era valorizada pela sua dimensão de preparação para o fundamental, né? Então as diretrizes, a concepção de Educação Infantil, a própria pandemia, com a suspensão do atendimento das escolas, mostrou que a contribuição da Educação Infantil é muito maior, é no desenvolvimento integral da criança, é na oralidade, é na narrativa, é na curiosidade, é na capacidade de interagir e interagir com o outro né? Então estamos no compromisso para retomar, para afirmar, para disputar esta concepção”⁴.

O trecho escolhido para a epígrafe deste texto é um registro das contribuições da professora Rita Coelho em uma *live* concedida ao canal Conviva Educação, através da plataforma Youtube. A socióloga mineira é referência nos estudos e discussões a respeito das políticas públicas voltadas para a Educação Infantil. Rita foi uma das articuladoras da criação do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), ocupou posições

⁴ Entrevista concedida em *live* pela professora Rita Coelho, transmitida através do canal da UNDIME na plataforma YOUTUBE.

estratégicas em diferentes funções definidoras de políticas para a Educação Infantil, além de atuar como Coordenadora Geral da Educação Infantil do Ministério da Educação/MEC de 2007 a 2016, função que exerce atualmente.

Em se tratando de políticas voltadas à Educação Infantil na atualidade, o Ministério da Educação – MEC, através da Secretaria de Educação Básica - SEB e da Coordenação Geral de Educação Infantil – CGEI apresentaram os seguintes Programas: Educação Básica Integral em Tempo Integral; Pacto Nacional Pela Retomada das Obras da Educação Básica, Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil; Programa Primeira Infância na Escola e, por fim, Compromisso Criança Alfabetizada. Nos parágrafos abaixo discorreremos a respeito dos mesmos, incluindo algumas contribuições do discurso da Professora Rita Coelho, Coordenadora da CGEI/MEC, em Live, realizada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, transmitida através da plataforma Youtube, no canal Conviva Educação.

O Pacto Nacional Pela Retomada das Obras da Educação Básica é um programa desenvolvido com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e prevê a retomada de obras paralisadas e inacabadas. A Educação Infantil é a etapa da Educação Básica mais impactada, pois segundo as informações veiculadas na referida Live, representa o menor percentual de obras de ampliação. Apesar de contar com cerca de 4 bilhões para este programa, atualmente uma Medida Provisória tramita e aguarda aprovação, colocando a possibilidade de Estados e Municípios complementarem o financiamento dessas construções junto ao FNDE, com o objetivo de também responsabilizá-los pelo monitoramento, fiscalização e conclusão de obras inacabadas.

O Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil transfere recursos financeiros da União para municípios com o objetivo de expandir vagas nesta etapa, até que elas sejam oficialmente computadas pelo Censo Escolar para recebimento de verbas do FUNDEB. A CGEI informa que recebeu do Governo Bolsonaro, o Programa fechado e com uma dívida de 52 milhões de reais para com os municípios. O programa se subdivide em dois: i. Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, que prevê a manutenção de turmas que tiveram obras concluídas recentemente e, ii. Programa Brasil Carinhoso que contempla a abertura de novas turmas em prédios antigos.

O Programa Primeira Infância na Escola, tem como premissa o financiamento de práticas que favoreçam o desenvolvimento de uma Educação Infantil de Qualidade. O

programa em questão foi criado pelo Governo Bolsonaro, e foi entregue à atual gestão de forma indefinida, pois embora tivesse sido anunciado em abril, regulamentado em setembro e com verbas distribuídas entre as escolas selecionadas em dezembro, o referido não apresentou em sua gênese, quaisquer regras, orientações ou trâmites a serem seguidos pelas Secretarias Municipais de Educação, ou mesmo pelas Unidades Escolares, visto que a verba era transferida diretamente a elas através do Programa Dinheiro Direto na Escola. Rita Coelho, Coordenadora da CGEI, informa que ao receber a gestão, sua equipe também recebeu como desafio criar as orientações de uso da verba e da criação dos Planos de Ação dessa política do Governo Bolsonaro.

No caso de Nova Iguaçu, tivemos 33 escolas selecionadas pelo Governo Bolsonaro que receberam as verbas e, de fato, as orientações de uso, eixos de trabalho e plano de ação só surgiram no ano de 2023, sob a coordenação da Professora Rita. A verba em questão contempla: i. Capital, onde bens de uso permanente podem ser adquiridos; ii. custeio, as quais garantem a compra de materiais de consumo e prestação de serviços. No final das contas este Programa vem em um período de transição e nos parece, pela ausência de orientação, que foi mais uma política de distribuição aleatória de verbas, em nome do Governo Bolsonaro do que um Programa que de fato foi pensado considerando as demandas da primeira etapa da Educação Básica.

O tema do financiamento das instituições que a Professora Rita Coelho caracteriza como um desafio a ser enfrentado em sua gestão, apresenta outro desdobramento no município de Nova Iguaçu. As instituições que fazem parte desta pesquisa, as que foram municipalizadas em 2019, não recebem as verbas que a professora defende para a qualidade na Educação Infantil. Não recebem a verba uma vez que elas não estão registradas. De modo que, para o Governo Federal essas instituições estão em um *limbo*, pois no que se referem a sua manutenção elas não recebem mais verbas de sua antiga mantenedora, quando vinculada à iniciativa privada, e nem recebem do Governo Federal. Como não possuem Ato de criação⁵ elas sobrevivem de uma receita que é encaminhada da prefeitura diretamente a elas.

Cabe, a título de breve esclarecimento para o leitor, que a referida verba é proveniente do Programa Dinheiro Direto na Escola em âmbito municipal e está vinculado à distribuição de verbas. Normalmente se dividem em verbas de *custeio e capital*, sendo a primeira delas usada exclusivamente para despesas da rotina diária, como pequenos reparos, ou seja, com a

⁵ Ato de Criação se configura como um Decreto, documento publicado oficialmente, que registra a abertura formal para o funcionamento de unidades escolares.

manutenção da instituição, e a segunda, pode ser utilizada com bens de uso permanente. No caso do PDDE Municipal essa verba é de custeio em sua totalidade, isso significa que a verba recebida, só contempla o gasto com pequenos reparos para a manutenção do espaço.

Se por um lado as Creches que são objeto dessa investigação ainda não estão incluídas nessas instituições que possam se beneficiar das verbas apresentadas pela professora Rita Coelho, a rede municipal de educação de Nova Iguaçu possui um amplo atendimento à Educação Infantil que será apresentado no tópico seguinte.

Atualmente a rede pública municipal é composta por 144 unidades escolares, divididas em 9 Unidades Regionais Governamentais – URG's, conforme se pode verificar na tabela abaixo.

Tabela 1: Quantitativo de unidades escolares - 0 a 5 anos e 11 meses

URG	Bairro	Unidades Escolares	Percentual
URG 1	Centro	27	19%
URG 2	Posse	17	12%
URG 3	Comendador Soares	11	8%
URG 4	Cabuçu	22	15%
URG 5	KM 32	21	15%
URG 6	Austin	15	10%
URG 7	Vila de Cava	12	8%
URG 8	Miguel Couto	12	8%
URG 9	Tinguá	7	5%
Total	144 Unidades Escolares		

Fonte: Tabulação própria com base nas informações fornecidas pela Secretaria de Educação.

Com base nos dados mencionados acima, pode-se verificar a maior incidência do atendimento à Educação Infantil no Centro, que representa 19% da cobertura da rede. Em contrapartida, a região de Tinguá, além de possuir menos unidades escolares, abarcando 5% das vagas da rede, possui prédios mais distantes quando considerado o território, demandando

outras políticas além das de acesso, como as de permanência, como o transporte escolar, por exemplo.

Para que se compreenda o atendimento à Creche no município de Nova Iguaçu, é indispensável apresentar um panorama do que se oferece hoje, como Rede de Ensino Municipal. Considerando o desempenho do atendimento do referido município em relação ao que o Plano Nacional de Educação que estabelece em sua Meta 1: *Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE*, possibilitará ao leitor compreender o tamanho do desafio posto.

Atualmente no que diz respeito ao atendimento em creches, considerando a temática deste estudo, na rede municipal de Nova Iguaçu, as vagas são oferecidas em espaços como: Escolas Municipais, Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs, Creches Municipais e Escolas geridas pelas Organizações da Sociedade Civil, em parceria. Para que seja um panorama mais abrangente possível, será incluído nos registros deste texto, somente o quantitativo de unidades escolares da rede privada que possuem atualmente autorização de funcionamento junto à Secretaria Municipal de Educação.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Secretaria de Educação.

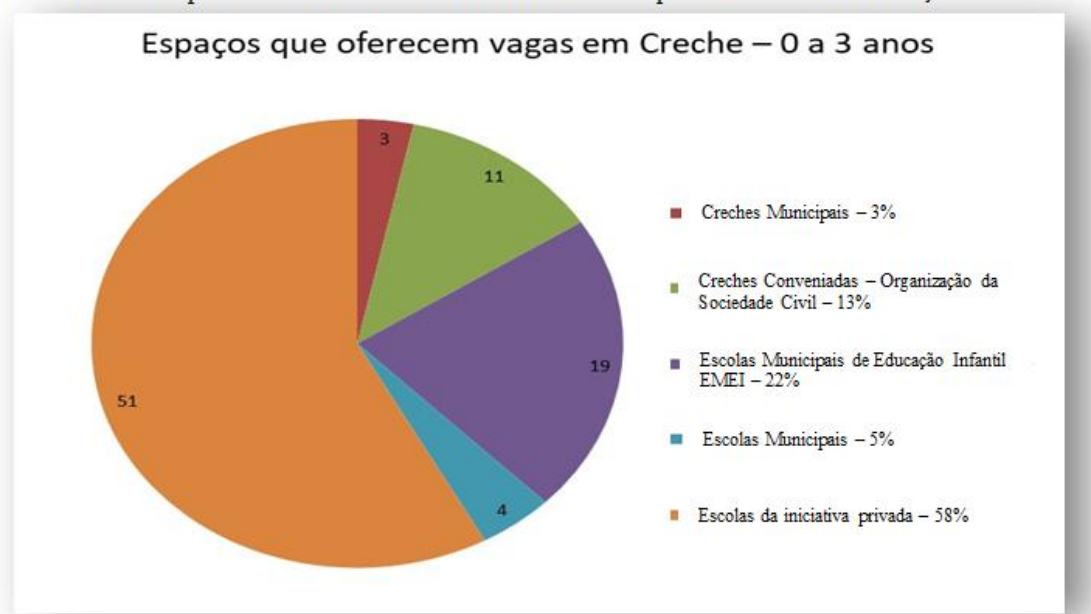


Figura 1: Unidades Escolares que atendem a turmas de Creche

Observando os dados no gráfico acima, pode-se verificar que a maior cobertura das vagas em Creches é ofertada pela iniciativa privada. Se considerarmos o somatório do atendimento das creches privadas e as OSCs, chegaremos ao percentual de atendimento de

71% da cobertura, ou seja, a Secretaria de Educação assume uma tímida fatia deste atendimento em sua própria rede.

Por se caracterizar como o maior município da Baixada Fluminense em extensão territorial e o segundo em termos de população, a divisão por URGs permitiria uma melhor distribuição e implementação de políticas nas diferentes regiões, de acordo com suas características e necessidades. Diante desse quadro cada URG se caracteriza da seguinte forma no que diz respeito ao atendimento.

Fonte: Tabulação própria com base nas sinopses estatísticas do INEP, (disponível em: gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica, acesso em 22/04/2022);

Unidades Escolares que atendem a turmas de Creche - 0 a 3 anos	URG 1	URG 2	URG 3	URG 4	URG 5	URG 6	URG 7	URG 8	URG 9
	Centro	Posse	Comendador Soares	Cabuçu	KM 32	Austin	Vila de Cava	Miguel Couto	Tinguá
Escolas Municipais	1	1	0	0	0	0	1	0	1
EMEIS	2	1	1	2	3	2	1	1	1
Creches Municipais	2	0	0	0	0	0	1	0	0
OSC's	2	4	0	1	2	0	2	0	0
Total de Unidades	7	6	1	3	5	2	5	1	2
Total de crianças atendidas	372	198	34	127	215	66	244	31	66
Demanda Manifesta	24	8	5	27	25	2	2	0	0

Cabe destacar que o número registrado como demanda manifesta refere-se às vagas requeridas pelos responsáveis que compareceram à Secretaria Municipal de Educação para fazê-lo e que este é o único tipo de registro feito pela Secretaria. As escolas promovem suas próprias listas, mas essa informação só é compartilhada com a Secretaria quando solicitado. Não há um sistema que registre ou unifique as informações a respeito da demanda, portanto, o número registrado nesta pesquisa é um recorte dos que buscaram o direito à vaga e não da demanda real da população de 0 a 3 anos da cidade.

Considerando a projeção da população de 0 a 3 anos de idade para o município no ano de 2022, Nova Iguaçu atende atualmente 1.334 crianças, isso representa um percentual de 6% desta população. Neste cenário há um déficit de mais de 20.000 vagas para que o direito subjetivo à educação da criança de 0 a 3 seja garantido. O desafio do acesso à Creche é enorme, e a parceria firmada através dos Termos de Colaboração, embora seja uma das estratégias de atendimento, não contempla a realidade dos bebês e crianças bem pequenas de Nova Iguaçu.

A política de acesso às vagas na rede é normatizada anualmente. Em 2023, esta ação foi amparada pela Portaria SEMED nº 174, publicada em 05 de dezembro de 2022. A Portaria

estabelece que normas e procedimentos para ingresso e permanência dos estudantes nas unidades escolares.

A Portaria 174 foi construída com base em diferentes registros que normatizam a educação em âmbito nacional. Dentre eles estão: o Parecer CNE/CEB nº24 de 05 de outubro de 2020 que dispõe sobre a possibilidade de organização de grupos, turmas ou classes, em instituições de Educação Básica; o Art. 208, I. da Constituição Federal e as Emendas Constitucionais nº 53/06 e nº59/09, normativas que tratam da estrutura e da ampliação do atendimento da educação obrigatória dos 7 aos 14 anos de idade.

Em uma análise a partir dos documentos que servem de base para a Portaria de Matrícula deste ano no município de Nova Iguaçu destaca-se a ausência de Diretrizes, concepções e apostas para a educação de crianças em creche. Essa ausência se coaduna com os dados produzidos nesta pesquisa que demonstra que a Creche ainda não é uma prioridade para o município, pois o município privilegia o crescimento da cobertura para pré-escola e, conseqüentemente, gera uma secundarização do atendimento da criança de 0 a 3 anos de idade.

A Portaria fornece critérios de preenchimento das vagas: às crianças e os bebês considerados legalmente pessoas com deficiência; Proximidade entre a unidade escolar e o domicílio dos estudantes; bebês e crianças com irmãos na unidade escolar; Transferências dentro da própria Rede, seguidos da Rede Estadual e por fim da rede privada; O último critério é a ordem de inscrição.

Dos critérios acima descritos destacam-se sete elementos que denotam fragilidade e contribuem para o debate e reflexão sobre o acesso à creche. O primeiro deles é o próprio estabelecimento de critérios que dificulta e impede o processo de democratização das vagas pelo simples fato de estabelecer seleção de alguns e exclusão de outros, ferindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, conforme o Art. 206, §1º da CF. Estabelecê-los significa assumir a ausência de vagas para todos e a ineficiência na garantia dos direitos básicos da população. Quanto menores as crianças, maior a exclusão. No caso desse município ainda há um outro agravante, a especificidade dos bebês de 0 a 2 anos sequer é considerado na Portaria de 2023. Tal lacuna foi diminuída na Portaria de 2024, que passa a considerar crianças de 2 anos de idade, mas os seus impactos não podem ser sentidos ainda no momento da escrita deste trabalho,

Outro elemento de destaque presente na Portaria de Matrícula de 2023 é a prioridade de atendimento à pessoa com deficiência. Este grupo possui, inclusive, um calendário próprio de matrícula, que acontece antes da ampla concorrência. Por orientação da Secretaria Nacional

da Pessoa com Deficiência, foi estabelecido no Plano Municipal de Educação, que a cada criança com deficiência matriculada em uma turma, duas vagas seriam bloqueadas e o limite de bebês e crianças da turma seria reduzido.

Em seguida a Portaria 174/2023 traz o quadro de matrículas que apresenta a distribuição do atendimento por faixas etárias.

Fonte: Diário Oficial (NOVA IGUAÇU, 2022).

Modalidade	Etapa	Ano de escolaridade/ Fase Escolar	Faixa Etária
Educação Infantil	I (Creche)	Infantil 3	03 (três) anos completos até 31/03/2023.
	II (Pré-escola)	Infantil 4	04 (quatro) anos completos até 31/03/2023.
	II (Pré-escola)	Infantil 5	05 (cinco) anos completos até 31/03/2023.
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	1º ano ao 5º ano de escolaridade	06 (seis) anos completos até 31/03/2023, para o 1º ano.
	Anos Finais	6º ao 9º ano de escolaridade	—
Educação de Jovens e Adultos - EJA	Fases Iniciais e Finais	I a IX	A partir de 15 (quinze) anos, conforme Art. 5º da Res. CNE/CEB nº 3 de 15 de junho de 2010, em caráter opcional. Obrigatório a partir dos 18 (dezoito) anos completos.

Observando o quadro cabe destacar que a idade inicial para o ingresso na Educação Infantil, de acordo com a Portaria é a partir dos 03 anos de idade completos até a data de corte. Neste cenário, embora a rede conte com turmas que atendem crianças de 2 anos, essa faixa etária não está presente no documento. Tal ausência pode indicar uma concepção que não inclui as crianças de até 2 anos como sujeitos de políticas educacionais municipais. Da forma como foi feito o documento de 2023 somente o último ano da Creche seria objeto de políticas educacionais. Se há um atendimento para 2 anos que não está presente na Portaria de Matrícula, pior ainda é a situação das crianças de 1 ano, além de ausentes na estrutura do documento, também não estão nas escolas do município. Os dados da pesquisa indicam que o município prioriza no seu atendimento o segmento da Pré-Escola. Como foi apresentado ao longo do texto, o atendimento a idades específicas, em detrimento de outras, como verificado neste caso, reforça a desigualdade de oportunidades na educação.

O terceiro ponto que merece destaque é que um dos critérios de acesso a vagas é ordem de inscrição, critério esse excludente, uma vez que o processo de matrícula ocorre de forma online. Segundo a própria Portaria é iniciado pela ampla divulgação através da publicação da portaria em Diário Oficial, propaganda em redes sociais, veiculação da informação nas unidades escolares e site próprio para o trâmite. Utilizando estes canais poderíamos dizer que esses canais atingem a toda população iguaçuana? A opção pela modalidade online desconsidera a desigualdade de acesso em decorrência do analfabetismo digital, falta de um aparelho celular ou mesmo de acesso às redes de internet das famílias mais vulneráveis.

Ressalta-se que a matrícula ocorre em dois períodos, a pré-inscrição e depois a matrícula efetiva nas vagas realmente existentes. Os dados da nossa pesquisa indicam que durante a fase de pré-inscrição algumas famílias procuraram diretamente essas instituições e receberam apoio informal das Diretoras. Ao longo deste trabalho, alguns dados da pesquisa serão apresentados, como a entrevista exemplificada abaixo. Cabe destacar que a metodologia utilizada neste trabalho será descrita em espaço oportuno neste texto. As duas entrevistadas discordam do procedimento indicado pela Secretaria de Educação para as matrículas, tal discordância aparece ao longo de uma das entrevistas e foi dita extraoficialmente por outra.

“Eu tô com muito medo dessa matrícula, se você quer saber. (...) no dia 18 sai a relação. Eu tenho responsável, porque eu tenho certeza que não vai olhar essa relação no dia 18.” (Diretora Cláudia⁶).

Embora discordam da forma que a política é conduzida pela Portaria, é no interior da Secretaria de Educação que as vagas são distribuídas de modo que elas só podem atender a essas famílias que procuram por vaga na porta da Creche quando sobra vaga da distribuição feita pela SEMED.

Em caso de sobra de vagas, essas retornam para as unidades escolares, assim as famílias que não possuem acesso à internet ou mesmo à informação, perdem a oportunidade de concorrer à vaga na escola desejada em tempo hábil, ficando com as vagas que sobram. Embora algumas delas ao procurarem como dito pelas nossas entrevistadas, já aparecem com a documentação. De modo que podemos acreditar que ao serem recebidas na escola pelas Diretoras e preencherem uma pré-inscrição elas acreditam que a vaga está assegurada.

Vamos chegar com o papel aqui no dia 8 querendo fazer a matrícula, como que ele está

⁶ Os nomes das diretoras das Unidades Escolares foi substituído intencionalmente, com o objetivo de preservar suas identidades.

inscrito? Aí eu é que vou ter que explicar mais uma coisa. Aí é um chororô, ela chora, ela se descabelava. Aí eu vou resolver isso com quem? Aí eu tenho que ficar mandando para a secretaria. Aí a secretaria manda de volta porque a diretora vai dar um jeitinho (...) No dia 8, em diante, é um período da matrícula. Então assim, quantas famílias eu não podia estar ajudando e recebendo?" (Diretora Cláudia).

Em relação aos documentos solicitados para a efetivação da matrícula, são solicitados todos os documentos pessoais e/ou do responsável para fins de identificação. Neste caso, não são solicitados documentos para fins de comprovação de vínculo trabalhista ou quaisquer tipos de comprovação de renda. Esse destaque se justifica em razão de observar, durante essa pesquisa, que outros municípios do país priorizam as matrículas de filhos de pais que trabalham ou possuem renda até determinada faixa, o que limita ainda mais o atendimento, tornando as condições de acesso cada vez mais desiguais.

Um quarto aspecto da Portaria é que ela deveria ser o documento que normatiza o número de bebês e crianças por turma, mas como ela começa com a faixa etária dos 3 anos só temos definição do quantitativo de bebês para a última turma da faixa etária da Creche deixando uma omissão sobre quantas crianças devem ser atendidas na turma de 2 anos, uma vez que no momento da escrita dessa dissertação o atendimento no município começa aos 2 anos. Na Pré-Escola a previsão é que as turmas tenham no mínimo 20 crianças e no máximo 25, lembrando que a cada caso de inclusão de pessoas com deficiência o número de vagas por turma é reduzido. Com base nesta informação pode-se verificar que não há distinção entre as turmas e suas respectivas faixas etárias, o que denota, mais uma vez, a ausência de políticas específicas para a Creche no município pesquisado. Como na ocasião essas matrículas eram distribuídas entre as unidades pela própria secretaria, foi possível observar situações como as narradas pela Diretora, fazendo referência ao início do ano de 2023, no trecho abaixo:

"Eu achei que esse ano foi muito mais difícil por conta do número de PCDs que a gente recebeu. Eu fui a primeira a me assustar porque a gente recebeu essa lista em janeiro, todo mundo de férias. Eu recebi para poder fazer a matrícula, né? E aí, num primeiro momento, você se deparar com nove crianças PCDs na turma de dois anos me assustou." (Diretora Cláudia)

Por fim, na Portaria de matrícula é mencionada a existência de uma comissão para orientação e supervisão do processo. Porém o documento, diferente de outras políticas do município, que ao serem publicadas trazem suas comissões, no caso desta Portaria de Matrícula o documento diz que a Comissão seria designada posteriormente pela Secretaria Municipal de Educação. A ausência de maiores informações da referida comissão dá margem

para questionamento da lisura do processo uma vez que não menciona quem ou quais são as atribuições desta comissão. Uma Comissão dentro deste processo indicaria a preocupação da Secretaria de Educação em averiguar suspeitas de fraudes, zelar pela transparência do processo e garantir o sigilo das informações pessoais da criança e de sua família.

Mais do que os itens presentes na Portaria de Matrícula que já tratamos, destacam-se algumas ausências, além da Comissão acima mencionada, que partindo dos preceitos da gestão democrática, deveria ser composta por um colegiado, envolvendo responsáveis, estudantes maiores de idade, representante de Conselhos Municipais, como o de Educação, por exemplo e membros da equipe técnica da Secretaria de Educação, ainda temos a ausência de uma lista de espera.

A ausência de uma lista de espera, apesar de não garantir o direito a todos, demonstra para a Secretaria um indicador do universo de atendimento a ser alcançado. De acordo com Falciano, 2014, conhecer o tamanho da lista de espera é fundamental pois “é este o número efetivo que irá nortear o planejamento de vagas para atender àquelas crianças que ainda não conseguiram entrar na rede de ensino” (FALCIANO, 2014, Pág 20). No desenrolar do processo de matrícula, são publicadas no Diário Oficial lista de contemplados pelas vagas requeridas. Ressalta-se que em nenhum momento do processo é divulgada uma lista dos interessados com sua classificação na lista de espera. Esta listagem deve ser divulgada dentro de cada unidade escolar, e não há uma regra definindo se deve ser impressa, online, ou outra forma. Diante de um contexto de ausência de informação, tal ação denota, mais uma vez, que não há um sistema que unifique as faltas ou que aponte a carência por região, por exemplo.

A conclusão que se chega ao realizar a leitura e reflexão a respeito da Portaria de Matrícula é que, os procedimentos acabam filtrando e tornando o processo de acesso às vagas desigual e segregador. Num país como o Brasil, num contexto de uma sociedade extremamente desigual, o estabelecimento de critérios, um atendimento formalizado nos documentos municipais a partir dos 3 anos de idade, desconsiderando crianças menores que esta faixa, uma acolhida de matrículas por ordem de inscrição, um processo de pré-inscrição *online*, uma portaria de matrículas que considera o mesmo número de crianças por turma em toda a Educação Infantil, a ausência da nomeação de uma Comissão e, por fim a ausência da divulgação de listas de espera, fragilizam um processo que vem para balizar e “arrumar a casa” enquanto não se tem condições de oferecer vagas a todos.

Retornando à fala da Coordenadora Rita Coelho em relação aos desafios atuais da Educação Infantil a professora trata do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA. De acordo com Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, é uma ação em regime de

colaboração entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal com o objetivo de garantir o direito à alfabetização de todas as crianças do Brasil até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, através da parceria com universidades públicas para a formação continuada dos professores da Educação Infantil ao Ensino Fundamental em relação à alfabetização. Atualmente se desdobra nos municípios através do programa Leitura e Escrita na Educação Infantil que se encontra na fase de manifestação de interesse, por parte dos professores, em participar.

Ao tratar da temática na live, a professora Rita Coelho se questiona: Por que a Educação Infantil foi incluída neste pacto se a alfabetização se configura uma tarefa do Ensino Fundamental? O assunto demanda tanta atenção que abarcou a maior parte do tempo reservado para a apresentação, segundo a coordenadora do CGEI, na Live. A Política Nacional de Alfabetização - PNA do governo Bolsonaro incluiu as crianças da Educação Infantil como uma etapa de pré-alfabetização, além de instituir o método fônico como modelo único para todo o país. Segundo Rita Coelho, na avaliação do atual governo essa inclusão é inadequada. Com a assinatura do CNCA fica revogada a PNA e suas determinações, mas garante-se o lugar da Educação Infantil neste compromisso nacional como um espaço de discussão, reflexão e disputas a respeito de concepções e do papel da Educação Infantil no processo de construção das crianças como sujeitos de linguagem.

Neste espaço, se pretende pensar no papel da Educação Infantil, principalmente no que diz respeito às práticas adequadas e nas concepções de linguagem. Em hipótese alguma a Educação Infantil deve ser atrelada a uma preparação para a alfabetização ou para o Ensino Fundamental, pois não existem nos marcos regulatórios da Educação Infantil metas no sentido de alfabetizar as crianças nesta etapa, sendo este um compromisso estritamente atrelado ao Ensino Fundamental.

Mesmo não abarcando este compromisso, os atores que atuam na Educação Infantil precisam reconhecer sua parcela de responsabilidade, pois a Educação Infantil pode desenvolver e contribuir para o percurso e oralidade da criança. Rita Coelho menciona ainda que ao adentrar em salas da pré-escola é possível constatar que as práticas desenvolvidas por professores nessas turmas nem sempre são as mais adequadas, muitas vezes buscam justamente alfabetizar, além de comprovar através de inúmeras pesquisas que demonstram essas circunstâncias. Com esses antecedentes, a Educação Infantil integra o compromisso na sua especificidade, justamente para buscar reverter essa condição histórica e errônea de ser preparatória para o 1º ano de escolaridade. O compromisso busca justamente enfrentar e desmistificar essas práticas de preparação, por isso as diretrizes do Programa serão

construídas com base nas DCNEIs, na oralidade, leitura, escrita com ênfase nas múltiplas linguagens, nas interações e brincadeiras e na centralidade do sujeito.

O MEC tem função de indutor de políticas. Numa análise das proposições apresentadas pela Professora Rita Coelho na *live* transmitida através do Youtube, observa-se uma considerável quantidade de ações, o que demonstra que o MEC está tentando cumprir seu papel. Algumas representam maior desafio para Nova Iguaçu, em especial para as instituições envolvidas na pesquisa que são creches que eram conveniadas, e desde 2019, entram num processo de municipalização. Olhando para as políticas do MEC de modo mais amplo e pensando na realidade de Nova Iguaçu discorrerei abaixo a respeito dos desafios do município na perspectiva dessas políticas.

Considerando o investimento e os desdobramentos da *Educação Básica em Horário Integral*, Nova Iguaçu conta hoje com cerca de 60.000 matrículas na Educação Básica, conforme informações da Secretaria de Educação. Ocorre que, assim como o panorama apresentado neste estudo em relação à carência da oferta de vagas na Educação Infantil, as unidades escolares que atendem ao Ensino Fundamental, também sofrem com os impactos das poucas vagas em relação à procura.

Neste cenário, de ausência de vagas para atender à obrigatoriedade, a chegada de um programa que tem o atendimento em horário integral como premissa, denota um forte impacto em termos de estrutura. As estratégias para a implementação de tal programa, precisam ser pensadas de forma a considerar a ausência de espaço físico, a carência de vagas e a necessidade de construção e/ou aluguel de novos espaços para a criação de novas unidades escolares. E mesmo que haja um investimento pesado na construção de novas escolas, essas são medidas em médio a longo prazo, que possivelmente, não seriam apontadas em tempo hábil para o cumprimento do programa criado como política da atual presidência. Neste cenário, a continuidade de tal política estaria sob ameaça e os investimentos para a finalização de obras não seriam garantidos.

Em suma, num exemplo bem simples, para que os cerca de 60.000 estudantes matriculados sejam atendidos em horário integral com condições mínimas, seria necessário oferecer espaço para 12.000 estudantes, o que atualmente, diante do quadro de atendimento seria inviável. Então em termos de atendimento em horário integral a questão estrutural de falta de espaço seria um desafio para a gestão pública de Nova Iguaçu.

Em relação ao *Programa de Retomada de Obras na Educação Básica*, fazendo um comparativo com a fala da Professora Rita Coelho em âmbito nacional e a realidade iguaçuana, a cidade conta atualmente, conforme já mencionado neste trabalho com 6 (seis)

obras de construção de creches com recursos do PROINFÂNCIA. Ocorre que, além de acompanhar uma morosidade na finalização das obras destes espaços no Governo Bolsonaro, pode se verificar, numa rápida análise no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, que de fato, as obras ficaram estacionadas durante o período mencionado pela Professora Rita. Durante a finalização deste trabalho, 2 (duas) das 6 (seis) creches foram inauguradas e as matrículas de estudantes do espaço já iniciaram. Tal contexto demonstra que o papel de indutor de políticas vem sendo exercido pelo MEC, exatamente da forma como foi apresentado pela Professora Rita Coelho, visto que, no primeiro ano de Governo do Presidente Lula, duas das obras foram finalizadas e inauguradas. Assim, considerando o contexto apresentado, o desafio para a administração pública iguaçuana está em finalizar as obras das 4 (quatro) unidades escolares que estão em processo de construção.

Cabe trazer à reflexão relacionada à construção de novos espaços um outro assunto pouco abordado por este trabalho: A carência de professores na Rede. Talvez pela região em que as creches, que são objetos desta pesquisa, estejam localizadas, este não se configura como um problema enfrentado pelas gestoras, conforme se pode verificar no trecho da entrevista destacado abaixo, mas se configura como um dos mais graves problemas da Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu.

“Se eu for fazer um comparativo com os colegas nesses desafios que foram acontecendo. Ah, falta de professor, né? Que muitas unidades ainda têm. Eu tenho que ficar quieta. Ficar com a minha boquinha fechadinha pra não deixar as coleguinhas chateadas comigo. Porque eu fui contemplada. Eu não tenho problema com o professor”. (Diretora Cláudia)

Uma rede que teve seu último concurso público realizado no ano de 2012, ou seja, mais de 10 anos, vem lidando com aposentadorias e com migração para outros municípios que oferecem concursos de ingresso com melhores condições de trabalho. Mas por que trouxe à discussão um assunto que não impacta diretamente às creches que são objeto deste estudo? A razão por trazer essa reflexão é simples, pois embora não impacte o trabalho nas três creches onde essa pesquisa foi realizada, a carência de professores impacta a grande maioria das escolas da rede, um exemplo disso, nos desafios que envolvem a Educação Infantil e os desdobramentos das políticas nacionais em Nova Iguaçu está o fato de que as duas creches inauguradas durante a finalização deste trabalho, ainda não possuem em seus quadros funcionais nenhum professor lotado nas referidas unidades.

De acordo com o panorama apresentado, a carência de professores é um dos maiores desafios aliados à construção de novas escolas. Porém, foi também aberto no final da

construção deste trabalho, o edital de concurso público para a educação que oferecerá mais de 2.700 vagas para diferentes cargos. Tal medida aponta, mais uma vez, que os desdobramentos das políticas nacionais, estão acontecendo de forma progressiva, induzindo e retomando políticas de desenvolvimento da educação.

Ainda trazendo à reflexão as políticas de manutenção da Educação Infantil, o *Programa Primeira Infância na Escola chega* ao município de Nova Iguaçu, conforme já mencionado no corpo deste trabalho. E atualmente o maior desafio relacionado a este programa é o fato de o mesmo consentir a 33 unidades escolares sendo que 134 atendem à Educação Infantil, e embora o critério de vulnerabilidade social tenha sido considerado, pelo Governo Federal, para a distribuição de verbas, equilibrar as relações e as cobranças das 101 escolas que não recebem a verba tem sido um desafio. Essas cobranças vão muito além da verba recebida, mas pela busca do reconhecimento de um trabalho realizado em meio a desafios do trato diário. E mais uma vez as creches, que são objeto deste trabalho, são diretamente impactadas. Supondo que todas as escolas da rede recebessem a verba deste programa, elas não seriam contempladas, justamente pela ausência de seu registro oficial, pela inexistência de seu ato de criação.

Por fim, trago à reflexão os desafios em âmbito municipal das políticas apresentadas pela Professora Rita Coelho, o *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*. Embora as primeiras ações desta política estejam chegando ao município no período de finalização deste trabalho, foi possível levantar o que há de mais desafiador em relação à implementação deste programa. Até o presente momento, a preocupação é a comparação entre o *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC* e o atual compromisso no sentido de valorização financeira do profissional, visto que o Compromisso firmado em 2012, garantia ao professor alfabetizador que aderir ao pacto uma bolsa de R\$ 200,00 mensais. Embora a referida bolsa tenha sido retirada do PNAIC no ano de 2017, foi um política que se tornou referência e fatalmente já começou a ser usada como comparação pelos profissionais que desejam aderir, e questionam se haverá bolsa para a formação no programa atual.

Tal questionamento exigiu da Secretaria de Educação a adoção de estratégias específicas, trazendo os encontros para a formação municipal, que pelas orientações do Governo Federal em relação a logística de organização seria aos sábados, para dias de semana, no horário de atuação do professor, configurando uma formação continuada em serviço. Desafio posto foi possível, neste caso, realizar pequenos ajustes para adequar a realidade do município e angariar mais adesões à política de formação.

Ao findar este tópico trazendo os desafios inerentes à educação iguaçuana é possível

observar que os mesmos se apresentam em diferentes níveis, sendo alguns possíveis de se resolver com pequenos ajustes, outras denotam o apoio de outras instâncias. Neste cenário, olhando de modo geral para os programas atuais do MEC como indutor de políticas, esses programas têm chegado ao município de Nova Iguaçu progressivamente, indicando avanços significativos para a educação, principalmente para a Educação Infantil.

No próximo tópico deste trabalho, realizaremos um panorama da parceria público privada, também considerando BRANDÃO, 2010 nos aspectos macro e micro desta política que vem se configurando como estratégia de atendimento na Educação Infantil por todo o país

1.4 O panorama nacional da política de parceria público privado e sua configuração em Nova Iguaçu

Em uma primeira análise, antes de começar uma caracterização da política, é oportuno definir alguns conceitos inerentes ao que é o público e o privado. A princípio, fundamentado no pensamento de Hannah Arendt, faz-se necessária tal distinção, pois a medida em que não se distingue tais “conceitos cada um de nós tem o direito de definir seus termos” (ARENDT, 2007) trazendo confusão e múltiplas interpretações, principalmente no que se refere à parceria entre o poder público e as OSCs. Segundo Arendt, o que é público remete a dois fenômenos: i. o primeiro significa que tudo o que é público pode ser visto e ouvido por todos; ii. o segundo é o compartilhamento da realidade do mundo, ou seja, o que é comum a todos. De acordo com a filósofa, quando a humanidade se interessa pelo mesmo objeto, mesmo com diferenças de proposições e perspectivas, o que é público transcende e se mantém geração após geração.

O privado tem sentido de privação, quando deixa de ser visto e ouvido por todos, resulta numa ausência. É nesta ausência que o homem privado se torna invisível, portanto, não existe. Para que seja visto e ouvido, é fundamental que tenha propriedade privada/riqueza, pois estas têm maior relevância para a esfera pública, garantindo-se a transferência do sujeito da vida privada para a vida pública e, conseqüentemente, a plena cidadania.

Ainda neste campo, pode-se afirmar também que público remete ao Estado, pois é função deste gerenciar e atender às demandas do povo. Já o privado é aquele que não está subjugado pelo Estado, possui autonomia em sua gestão e, na maioria das vezes, tem o lucro como consequência. O setor privado vem ganhando força com a globalização e ampliando seu campo de atuação em diferentes áreas, econômica, social e política.

No artigo intitulado *Formulação e implementação das políticas públicas em educação*

e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política, Arelaro (2007), aponta justamente a contradição do princípio da área educacional em relação à gestão democrática e participativa. Neste mesmo artigo a autora destaca que a participação social que é o núcleo da gestão democrática está limitada ao que é público, garantida pelo CF88. Essa limitação, segundo a autora, culminou em pesados embates políticos em que o pensamento pedagógico conservador e privatista sai vitorioso. O que valida a questão da autonomia de gestão do que é privado, demonstrando independência administrativa, embora, ao se submeter a um Termo de Colaboração fica subjugado, financeiramente, ao poder público.

Ora partindo do pressuposto de que se não é coisa pública, é privada, há um terceiro setor, que busca atuar nas lacunas e ausências do Estado na tentativa de sanar suas necessidades. Embora sua finalidade seja sem fins lucrativos, esse setor exerce influência na economia, nas políticas e nas comunidades de uma região. Este segmento vem se fortalecendo e ganhando espaço no Brasil. São normatizados através de Leis e hoje se configuram como um modelo de gestão como Organizações da Sociedade Civil, por exemplo. Para tanto buscamos no estudo desenvolvido por Fontes (1980), o conceito e a fundamentação para caracterizar essas organizações.

Segundo a autora, que sustenta suas considerações partindo dos estudos de Antonio Gramsci, a Sociedade Civil se assemelha a um grande organismo, como um conjunto de aparelhos privados marcados pela hegemonia, e configura-se como uma espécie de campo de lutas da sociedade moderna capitalista, historicamente vem sendo conceituada por diferentes filósofos e, ainda que a entendam sob óticas diferentes, há entre eles, um ponto congruente, a Sociedade Civil é o terreno dos interesses (FONTES, 1980). Gramsci, conceitua a Sociedade Civil através dos fundamentos da produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação pelo Estado, considera-a como um duplo espaço de lutas de classes, por vezes intra, outras entre classes, pois nela também se encontram as formas de dominação que se irradiam buscando convencimento daquele que é oprimido.

Gramsci explica a forma que as classes dominantes encontram para assegurar e manter os subalternos sob controle: O convencimento, ferramenta fundamental para que nas crises intra e inter classes, os dominadores continuem exercendo sua principal tarefa, a dominação, e na maioria das vezes, com o consentimento daquele que é subalterno, que normalmente encara essas relações como necessárias e legítimas.

As relações entre o que é público e o que é privado na educação brasileira tem origens históricas, mas é na década de 1990 que essas relações demarcam contornos importantes. Mas para estabelecer um cenário em que se compreenda, mesmo que de forma superficial, essas

relações, antes de tudo traçar um breve panorama é indispensável, consequentemente, da redefinição do papel do Estado. Para tanto, apoiada nos estudos de Peroni (2005), parto do pressuposto de que as políticas atuais de educação no país são consequências de uma perspectiva imposta pelo neoliberalismo e partilhado pela Terceira Via que sustenta o argumento de que a crise financeira e estrutural se encontra no Estado, não no modelo econômico do capitalismo.

Com foco na otimização de resultados e na racionalização dos recursos, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC se materializa o Plano Diretor da Reforma do Estado – PDRAE (BRASIL, 1995). Tal documento configurava-se como um novo modelo de gestão com foco na economia propriamente dita, impondo novos desdobramentos e soluções com o objetivo de superar a então crise fiscal do Estado. Crise que foi o fundamento para a legitimação da reforma do Estado. Implementado, o PDRAE, seguindo a lógica neoliberal, uma espécie de receita foi estabelecida para transpor o desequilíbrio econômico atrelado, na ocasião, ao Estado.

A privatização, a terceirização e a publicização foram estratégias adotadas na reforma do Estado, sendo a primeira delas a transferência para o setor privado das atividades lucrativas, que se tornou, com o desenrolar da história, em uma cicatriz do governo FHC; a segunda configura-se como a transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio; e por fim, a última delas que representa a transferência para o setor público não-estatal os serviços sociais e científicos, que o Estado já presta.

Ampliando nosso olhar a respeito do terceiro conceito, que é o de publicização, em 1998 são promulgadas leis pertinentes ao assunto, como a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que institui o Programa Nacional de Publicização e cria a figura jurídica das Organizações Sociais. A publicização é um conceito fundante desta pesquisa. Ao fazê-lo espera-se que os serviços sociais e científicos que o Estado presta, devam ser transferidos para, na prática, serem transformados em organizações sociais, isto é, um tipo particular de organização pública não-estatal, sem fins lucrativos, contemplada no orçamento do Estado através de contratos — como no caso de hospitais, universidades, escolas, centros de pesquisa, museus, etc (BRESSER, 2014). A reforma do Estado, propiciada pelo PDRAE denota contornos de uma administração gerencial, com nuances de controle social e características de mercado. Tal modelo de gestão com base em resultados, conforme se pratica no ramo empresarial apontou, naquele contexto político histórico, resultados eficientes, especialmente na educação pública. É neste cenário, que se introduz preceitos da gestão empresarial na esfera educacional pública, através das parcerias público/privadas.

Assim, o Terceiro Setor toma de assalto da sociedade civil uma das marcas de sua construção, que é o espaço historicamente constituído pelas lutas sociais, se configurando como um espaço que agrega organizações de atividades formais e informais, com ações voluntárias e individuais, formado por entidades que apresentam interesse político e econômico (MONTAÑO, 2005). E é nesta perspectiva que o Terceiro Setor delineia mudanças vultosas nas políticas sociais, justamente ao assumir, como sociedade civil, questões que, em sua essência, são responsabilidade do Estado (PERONI, 2022).

Esta conduta administrativa resulta na diminuição da ação e responsabilidade do Estado na oferta de políticas públicas essenciais à população, além de ser uma estratégia determinada a pequenos grupos. “A descentralização administrativa culmina na precarização ao transferir as responsabilidades e competências sem os recursos necessários para execução” (MONTAÑO, 2005). A afirmação de reconfiguração do estado capitalista está justamente na materialização da relação entre público/privado no Terceiro Setor. De acordo com PERONI (2006, p. 12): “com o público não-estatal a propriedade é redefinida, deixa de ser estatal e passa a ser pública de direito privado”.

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, implementado pela Lei nº13.019 de 31 de julho de 2014, estabelece o novo regime jurídico de parcerias entre a administração pública e as OSCs (PERONI, 2020). A principal mudança proporcionada foi o que antes, era tratado como conveniamento, de forma inadequada para a relação com a sociedade civil, agora é substituído por Termos de Colaboração e Fomento, com o objetivo de aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionados às OSCs e suas relações de parceria com o Estado. Além de legitimar a atuação das OSCs nas políticas públicas, possui abrangência nacional e, portanto, padronizar as parcerias, pois deve ser cumprida por todos os órgãos e entidades com o objetivo de promover uma gestão transparente justamente pelo uso de recursos públicos (MROSC/DF, 2018). Antes do MROSC, as esferas Estaduais não possuíam critérios explícitos, ou mesmo uma uniformidade na escolha das instituições conveniadas, o que tinha como principal consequência a insegurança e a incerteza nos processos.

A partir da Lei que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação, estabeleceu-se em muitos municípios brasileiros legislações próprias no assunto. Tal modelo configura-se como uma tentativa de superar duas questões que se apresentam neste contexto: as restrições orçamentárias que impedem a alocação de recursos para investimentos e o segundo como a possibilidade de o Estado passar de provedor para organizador, regulador e fiscalizador de

serviços. Segundo (EIRAS, 2008), é um modo de gestão que apresenta fortes marcas do neoliberalismo. Esta iniciativa está presente em diferentes setores, como na saúde, segurança e na educação, foco deste texto.

Na busca de resolver as lacunas no serviço prestado, muitos municípios tem lançado mão dessa onda liberal e firmam parcerias através de Termos de Colaboração para ampliar as vagas para a creche e pré-escolas e algumas fragilidades significativas são apontadas neste contexto.

A primeira delas se encontra no princípio da gestão democrática, que é garantido na CF 88 e limitado ao âmbito público. O que significa na prática, que o Estado vai financiar uma empresa privada com autonomia e controle de sua própria gestão (PERONI, 2020);

O caráter coletivo no processo de elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades também está em risco, pois não há, no caso de uma instituição privada, a garantia de participação da comunidade escolar;

O risco de hegemonização cultural e educacional, e a possibilidade de se atrelar objetivos educacionais com econômicos, dissipando a essência da escola e seu caráter educacional, também é apontado como uma fragilidade relevante (EIRAS, 2008);

E por fim, a prerrogativa da confessionalidade também impacta na presença do Estado como financiador de um projeto educacional religioso, já que a escola laica é assegurada somente à Rede Pública.

Ainda que todas essas fragilidades sejam apontadas, estudos apresentados no *Resumo Técnico* apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – (INEP, 2022), em sua divulgação dos resultados do Censo Escolar 2022 apontam para um crescimento da tendência desta estratégia. Atualmente no que se refere ao panorama de matrícula na Educação Infantil no Brasil:

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

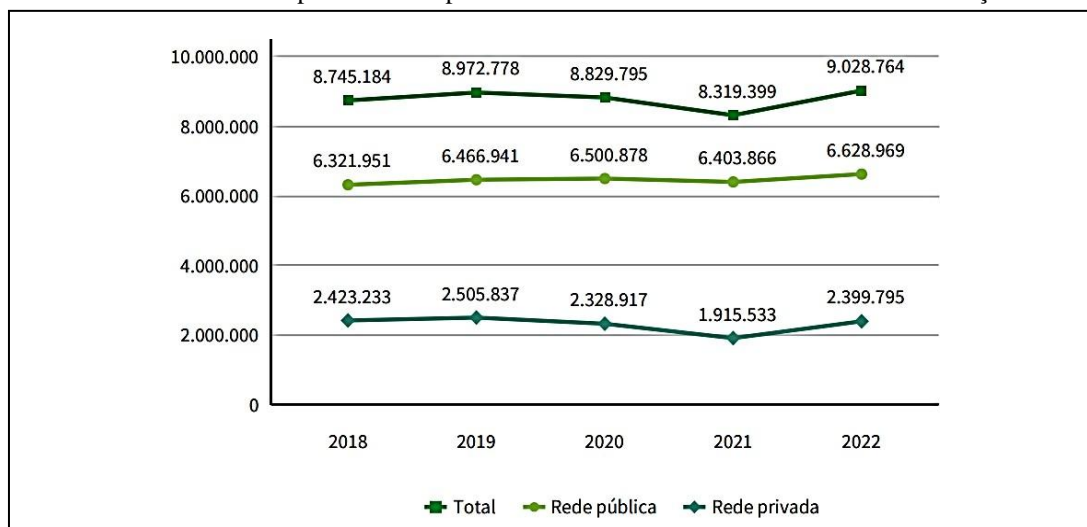


Figura 2: Panorama de matrícula na Educação Infantil no Brasil

Pode-se perceber que entre os anos de 2020 e 2021, houve uma queda de 5,8% das matrículas na etapa. Uma justificativa plausível para esta queda foi o distanciamento social causado pela Pandemia por Covid-19, o consequente fechamento das unidades escolares e atendimento remoto, que demandava como já mencionado anteriormente neste texto, condições financeiras e tecnológicas para que o acesso fosse assegurado. Ainda em análise do gráfico apresentado pelo INEP verifica-se um crescimento das matrículas de 8,5% em relação ao ano de 2021. Tal crescimento é engrossado, principalmente pela oferta de vagas e aumento de matrículas da iniciativa privada, que teve um aumento de 25,3%. Do montante deste percentual, houve aumento de 29,9% na creche e 20% na pré-escola. Já na rede pública o aumento geral representou 3,5%, sendo 8,9% na creche e 0,3% na pré-escola.

Fonte: Inep/Censo Escolar 2018-2022

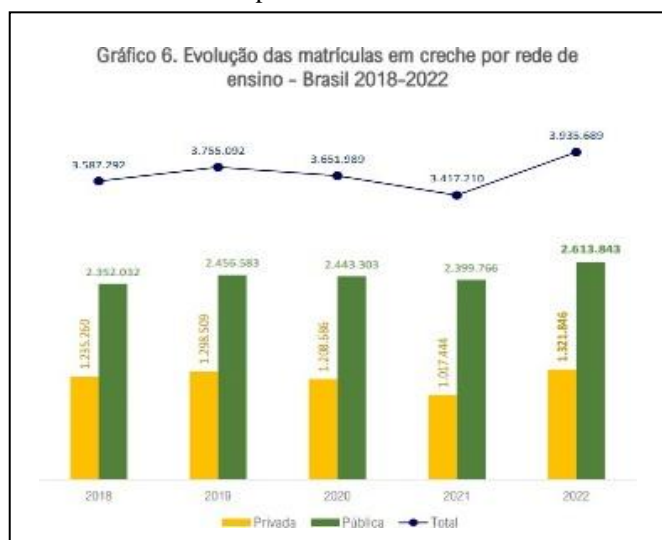


Figura 3: Evolução das matrículas em Creche

Com base nas informações apresentadas no resumo técnico em 2022, embora o atendimento em creche tenha atingido 36% das crianças da faixa etária no país, aproximando-se do percentual de atendimento em 2019, período pré-pandemia, denotando certa volta à normalidade no atendimento, para atingir a meta prevista pelo PNE, seria mister atender mais cerca de 1,1 milhões de matrículas. Assim, independente da defasagem causada pela pandemia, ainda estamos distante de alcançá-la. O Censo Escolar do ano de 2022 registrou 74,4 mil unidades escolares do tipo Creche no Brasil, sendo que 33,6% dos discentes contemplados por este percentual encontram-se matriculados em instituições da rede privada, e 50,7% deles estão matriculados em creches conveniadas com o poder público.

Fonte: Inep/Censo Escolar 2018-2022

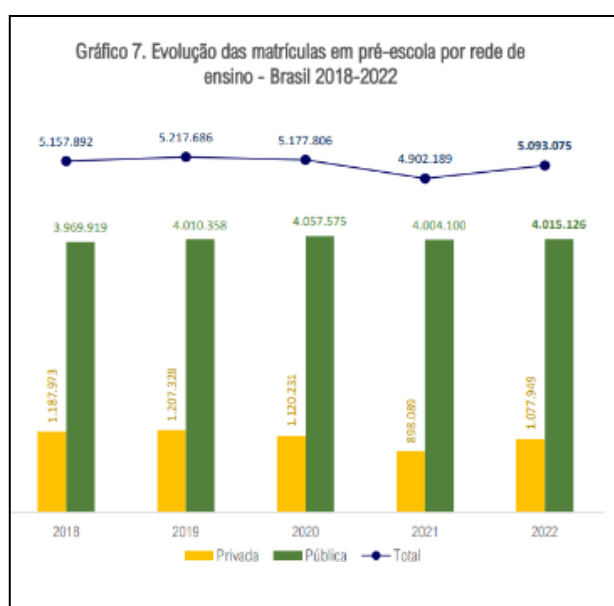


Figura 4: Evolução das matrículas em Pré-Escola

Apresentando o mesmo panorama da creche, a pré-escola também apresenta um aumento de 3,9% das matrículas no ano de 2022, após apresentar a redução de 25,6% entre 2019 e 2021. Em 2022, 21,2% dos discentes da pré-escola estavam matriculados em escolas privadas, sendo 166,7 mil deles, em escolas da rede privadas conveniadas pelo poder público.

Observando o cenário de matrículas na creche e pré-escola no Brasil percebe-se que, embora tenham registrado quedas em ambas as fases, o ano de 2022 aparenta ser um momento de recuperação, elevando os números e igualando-os aos de 2019. Ainda que tal aumento tenha sido registrado, faz-se imperioso lançar uma lente para ampliar e refletir a respeito do que parece ser uma caminhada em busca de atingir a meta 1 do PNE. Ocorre que quando esmiuçados, os dados apontam que a oferta de vagas se dá a grosso modo na rede privada, sobretudo nas instituições que estabelecem Termos de Colaboração com os

municípios barateando a oferta por parte do Governo e ampliando as vagas de forma questionável, em razão da qualidade do serviço oferecido em diferentes instâncias.

Diante do exposto, caminharemos agora nas veredas iguaçuanas conhecendo um pouco da cidade pesquisada através da parceria entre Prefeitura e OSCs, e será possível observar como o quadro nacional apresentado acima se reflete nas políticas públicas educacionais que são implementadas no município.

Antes de explicitar o funcionamento desta parceria, em uma primeira análise, realizar um destaque significativo neste contexto. Embora as contribuições deste tópico sejam fundamentadas numa Lei que é do ano de 2014, a parceria em questão não começa nessa data, e muito menos com a minha chegada neste campo de pesquisa. Esta história existe antes de meu interesse, diria que até antes de meu nascimento, se considerarmos as primeiras Creches Comunitárias e as lutas que travaram para que hoje estivéssemos aqui, discutindo esta municipalização. Porém, nesta pesquisa precisaremos focar no panorama histórico da atualidade, para que possamos estabelecer um recorte possível diante da proposta deste trabalho.

Em cumprimento à Lei nº13,019 de 31 de julho de 2014, para que haja uma parceria em conforme com a legalidade, são exigidos instrumentos e trâmites específicos, e quando a parceria é uma iniciativa do município, como é o caso desta, redige-se um Edital de Chamamento Público, amplamente divulgado em meios oficiais, para que todos tenham acesso à informações e oportunidades iguais de concorrência (MROSC/DF, 2018). Neste Edital de Chamamento, são estabelecidos critérios e condições para a escolha da entidade, de forma a tornar mais claros os objetivos pretendidos com a parceria. Alguns itens devem obrigatoriamente, segundo à Lei que fundamenta as parcerias, compor tal Edital (MROSC/DF, 2018). São exigidos por exemplo: Programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria; Tipo de parceria a ser celebrada; Objeto da parceria; Datas, prazos, condições, local e forma de apresentação das propostas, e no caso de uma parceria educacional, um plano de trabalho que contenha os aspectos pedagógicos do trabalho que será realizado.

Findado o processo de seleção, são utilizados os Termos de Colaboração. Este documento é um tipo de contrato, celebrado entre a Prefeitura e a OSC, adequado à realidade do município, envolve financiamento e se dá por iniciativa do representante do Estado, neste caso, Nova Iguaçu (MROSC/DF, 2018). Cada instituição que é aprovada no processo de seleção assina seu Termo de Colaboração e recebe um código exclusivo que a identifica.

Ao longo da parceria, o trabalho realizado é analisado pela Comissão de Monitoramento

e Avaliação, que mensalmente realiza visitas aos espaços e avalia, tanto os planejamentos que antecedem as solicitações de pagamento, quanto os relatórios que compõem a prestação de contas. Quando é preciso, atua orientando e solicitando o replanejamento do trabalho realizado.

O objeto de contrato desta parceria compreende o atendimento de crianças de 0 a 5 anos, em Creches e/ou Pré-Escolas em horário integral. Visa o desenvolvimento integral e integrado das crianças atendidas, obedecendo a metas estabelecidas que devem ser atingidas e comprovadas, através de evidências documentais todos os meses, e a cinco objetivos específicos que direcionam a parceria: *i. Assegurar a oferta e a permanência de estudantes em Unidades de Ensino na modalidade creche e pré-escola; ii. Garantir a qualidade das práticas de ensino e aprendizagem; iii. Estabelecer diálogo com as famílias e a comunidade; iv. Garantir o atendimento em período integral dos estudantes ao longo do ano letivo; v. Garantir o desenvolvimento das atividades pedagógicas por no mínimo de 200 dias letivos e 800 horas.*

No caso de Nova Iguaçu, o Edital de Chamamento nº 047/CPL/2018, rege a parceria nos últimos seis anos. Logo, as Creches que são objeto de estudo neste trabalho, antes de serem municipalizadas passaram pelo crivo deste processo, que Segundo a Secretaria de Educação tem como objetivo garantir a igualdade de competição entre as OSCs na busca do recurso público e proporcionar a seleção das melhores propostas em âmbito geral.

Nesta perspectiva os Termos de Colaboração na cidade, no ano da seleção contavam com 1.500 vagas distribuídas entre Creches e Pré-Escolas. Atualmente, além da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu, que era mantenedora das 3 Creches Municipalizadas, outras duas instituições declinaram em seus Termos de Colaboração ao longo da parceria. As crianças atendidas por essas 5 Creches, representavam cerca de 400 vagas que foram absorvidas pela Rede tanto na municipalização, quanto em absorções em unidades escolares já existentes. Atualmente os Termos de Colaboração com as OSCs atendem cerca de 1100 crianças. Diante do panorama de atendimento da Rede Municipal de Nova Iguaçu na primeira Etapa da Educação Básica, as vagas proporcionadas pelas OSCs representam 48% na Creche e 18% da Pré-Escola, o que representa um número robusto, principalmente no que diz respeito ao atendimento em Creche.

Embora o atendimento das OSCs abarque uma grande fatia no atendimento em creches, quando ampliamos a lente e observamos os dois segmentos da Educação Infantil, Creche e Pré-Escola, esse quadro se modifica, ficando a Rede Municipal com a maior fatia de atendimento na primeira etapa da Educação Básica. Considerando esse cenário e com o

objetivo de ampliar o debate trazemos a diante, um gráfico que disponibiliza a predominância do atendimento na primeira etapa da Educação Básica no Município de Nova Iguaçu em âmbito geral. Para tanto, foram considerados os dados levantados nesta pesquisa, estabelecendo um cruzamento entre os declarados pela Secretaria de Educação, em relação à rede pública, com os publicados pelo INEP, em relação às matrículas da iniciativa privada.

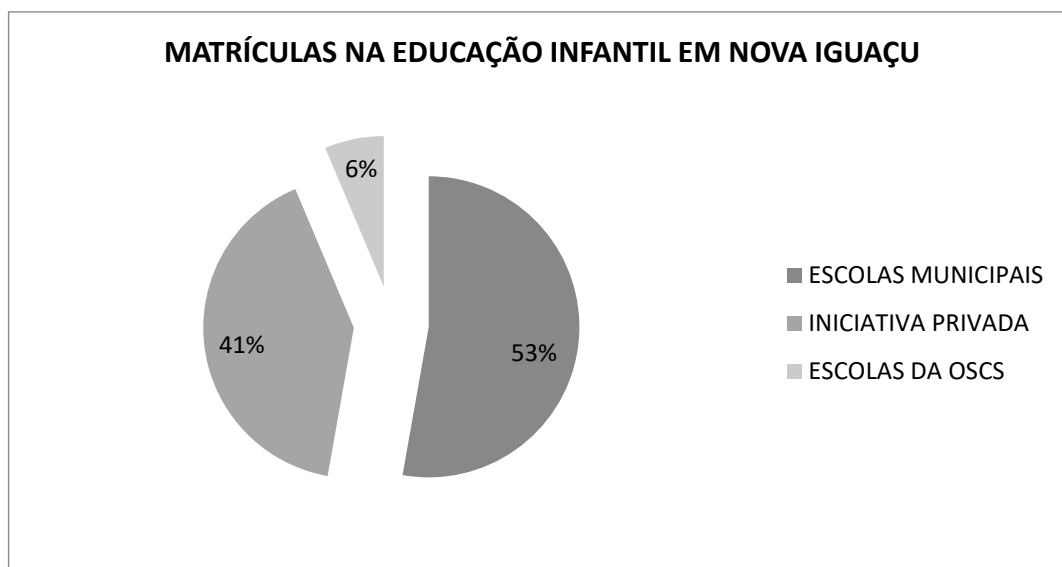


Figura 5: Matrículas na Educação Infantil em Nova Iguaçu

O gráfico apresentado, demonstra que o atendimento na cidade de Nova Iguaçu, no que diz respeito às vagas disponibilizadas ao atendimento à Educação Infantil, são oferecidas em maior parte pela iniciativa privada. E este panorama demonstra o tamanho do desafio do governo iguaçuano em aumentar a Rede para garantir aos estudantes o direito à uma educação pública de qualidade. Há de se considerar que o levantamento oficial do INEP não apresenta uma divisão por Unidade Regional Administrativa. Dados como estes, somente poderiam ser levantados com formalidade através de registro da demanda manifesta. Mas como tratado anteriormente neste trabalho, a Secretaria de Educação não realiza uma lista de espera, assim, não foi possível registrar oficialmente o tamanho do desafio por região.

Porém, considerando o crescimento demográfico da região, que recebeu nos últimos anos inúmeros empreendimentos imobiliários, tanto da iniciativa privada, quanto do Governo Federal, e a procura por vagas na região, se pode interpretar que a região de Cabuçu e KM 32, são regiões em que mais se precisa ampliar a oferta de vagas. Trazendo mais uma vez as contribuições de Falciano, 2014, enquanto houver mais crianças do que vagas, a universalização, que é uma meta prevista no PNE, não será atingida. Não conhecer o tamanho da carência, prejudica o planejamento para o alinhamento de políticas que ampliem o atendimento de forma eficaz de acordo com a região e a necessidade.

Na perspectiva de um olhar a respeito do atendimento realizado através da iniciativa privadas *versus* o atendimento em rede pública, retomamos as idéias de Hannah Arendt a respeito do preceito do que é público considerando os objetos de estudo desta pesquisa. Num cenário de emergência diante do rompimento de uma parceria, por parte da mantenedora, a municipalização não foi sinônimo de uma política pública planejada e pensada, mas sim foi forçada por um contexto emergencial. Tal municipalização proporcionou ao público atendido pelas creches que são objeto deste trabalho, o compartilhamento da realidade do mundo, ou seja, o que é comum a todos. Embora não exista um ato de criação e as consequências em relação a esta ausência sejam mencionadas neste trabalho, a chegada de ações e programas do Governo Federal no município faz com que a administração pública se mobilize no sentido de olhar, conforme Ruas, 2009, o “estado de coisas” transformando-o em um “problema político”, fazendo com que o problema político do atendimento em escolas para crianças até 5 anos de idade se tornem agenda no município.

No capítulo a seguir, conheceremos mais a fundo as creches que são objetos desta pesquisa, que migraram da condição de instituições mantidas por Organizações da Sociedade Civil que assinam um Termo de Colaboração com a Prefeitura, comprometendo-se a oferecer um atendimento educacional na Educação Infantil em horário integral com foco no desenvolvimento integral das crianças, para Creches municipalizadas que agora encontram-se sob a administração da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO 2 – AS CRECHES MUNICIPALIZADAS

2.1 A inquietude que mobilizou esta pesquisa

Ainda que tenhamos no país uma jovem Educação Infantil e a entrada dos bebês nas políticas educacionais apresenta-se como uma lacuna significativa diante do universo da primeira etapa da Educação Básica. Por isso, trazemos neste texto a reflexão desta política, principalmente no PNE, que é desmembrado nos PEEs e PMEs, considerando que, enquanto não houver a obrigatoriedade de atendimento à faixa etária de 0 a 3 anos, fatalmente esse público continuará não sendo prioridade para os municípios. Assim, como muitos municípios brasileiros, como visto no capítulo anterior Nova Iguaçu lançou mão de parcerias público privadas para ampliar as vagas em creches e pré-escolas e assim, chegou a atender, no último chamamento 16 instituições, deste conjunto, 3 mantidas pela Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu.

Foi no ano de 2019, ainda enquanto técnica de outra equipe da Secretaria de Educação, comecei a observar um movimento intenso de colegas sendo enviadas para unidades escolares para atuarem como professoras temporariamente. Cabe destacar que esta é uma prática comum nesta secretaria. Diante do quadro de carência de professores nas unidades escolares, somos cedidas para estas escolas para que os estudantes tenham seu direito à educação garantido.

Mas por algum motivo, naquela ocasião eu não fui escalada para ir às escolas. O que me trouxe certa desconfiança, visto que, eu sempre estava incluída nestes processos. Começo a levantar informações e diante do intenso movimento de colegas indo e voltando, *preparando folhinhas*, reclamando algumas vezes, descubro que somente as colegas que cumpriam 40 horas na Secretaria seriam encaminhadas. Confesso que senti certo alívio, pois além de eu cumprir 20 horas, não parecia ser uma experiência agradável, de acordo com os relatos que ouvia, mas me sentia incomodada de não ser chamada... Por que não eu?

Conforme os dias foram se passando, o assunto continuava velado, e um clima tenso se estabelecia no ar. Conversando informalmente com os colegas descobri que a *Creche da Cabeça* iria fechar e a Prefeitura iria assumir. Como não tinha nenhum outro tipo de informação, continuei observando de longe, tentando obter mais informações, sem sucesso. Em algum momento deste processo, sentada à mesa do refeitório durante um almoço, uma colega da equipe de Educação Infantil relata que não era somente a *Creche da Cabeça*, mas outras duas também seriam *absorvidas*. Continuo afastada do processo, observando de longe

o pouco de informação veiculada. Continuava tenso o clima da Secretaria.

Certa vez, ao me aproximar da sala de minha chefia para resolver algumas questões inerentes ao trabalho, encontrei uma das colegas enviadas à Creche para atender às crianças, conversando sobre o assunto, fiz sinal de que me afastaria, mas fui convidada à conversa. Assim, tive acesso de forma mais explícita aos acontecimentos. Minha colega se queixava, pois não tinha experiência com crianças pequenas e não se achava adequada para a tarefa. Na ocasião foi informado a ela que precisaria ficar independente de sua experiência. Cabe destaque para o contexto da colega, que acabara de receber um cargo e ter uma permuta aprovada. Isso significa que ela, recém-empossada de um cargo, exercendo dedicação exclusiva, precisou abrir mão de suas tarefas e de seu trabalho para ser inserida no processo de absorção de Creches.

Nesta conversa entendi que as tensões não estavam somente no meu ambiente de trabalho, mas também no chão da Creche e em suas comunidades, que não recebiam bem esta mudança repentina. Outras quatro colegas, conforme minhas lembranças, foram encaminhadas para os três espaços. Das cinco, apenas uma voltou para a SEMED, àquela que tinha o cargo e que faço o relato acima. Até hoje a colega em questão relata os traumas e tensões que viveu naquele processo e informa que se precisar viver esta experiência novamente, entregará o cargo e pedirá para voltar a qualquer unidade escolar que não tenha Educação Infantil. Do contrário de duas outras, que se tornaram diretoras das creches e encontram-se nesta função até a presente data.

Diante de tantas informações, às vezes veladas, e nada oficiais a respeito do processo, ocorre a mudança de espaço e inauguração da Creche Municipal Nossa Senhora da Cabeça em novo endereço. Tal inauguração aconteceu como um evento, que não participei, mas também soube do mesmo informalmente.

De maio de 2019 até janeiro de 2020, mês em que passei a integrar a Equipe de Educação Infantil como gestora, houve um *apagamento* desta história. Agora, como integrante da equipe técnica que englobava as Creches, senti-me na obrigação de compreender o que, de fato, aconteceu. Uma das minhas primeiras preocupações não só como técnica, mas como Servidora Pública são os registros e a memória. E para a minha surpresa, não havia no setor, nenhum registro desse acontecimento, que a meu ver, é um marco histórico da cidade, justamente por se configurarem, até então, como as únicas creches da Rede Municipal de Ensino.

E continua a minha saga, sigo sem saber o que de fato aconteceu para que as três creches fossem municipalizadas. As rotinas do trabalho se estabelecem e os afazeres do dia a

dia me afastam destes questionamentos, dentre elas foi me dada a tarefa de construir o Ato de Criação destas instituições, lá estava eu, caminhando pelas trilhas que acompanhava de longe, sem muitas informações, mas com obrigações a cumprir.

Com o passar dos anos, exercia as minhas funções, enquanto realizava o curso de pós-graduação. Ao findá-lo vem a necessidade de apresentar um trabalho de conclusão da especialização. Foi assim que decidi, de uma vez por todas, ir atrás das informações necessárias para registrar esta história e constituir a memória daquele momento histórico para que os que não tiveram acesso pudessem compreender o contexto da absorção.

Na ocasião entrevistei membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, as Diretoras das Unidades Escolares e a antiga Pedagoga dos espaços, que foi a única integrante da equipe da antiga mantenedora que aceitou falar. Assim, foram feitas as descobertas que sustentaram a gênese deste trabalho. E para que o leitor possa compreender o contexto atual e o objetivo desta pesquisa, faz-se cogente contextualizar esse processo naquele momento histórico da absorção. No próximo tópico explico os processos que culminaram na municipalização das três creches, que chamaremos a partir deste ponto do trabalho de *Colibri, Pardal e Sabiá*.

2.2 O processo de municipalização – Um breve panorama.

Antes de adentrar as veredas da municipalização, cabe informar ao leitor que este trecho, abordará questões jurídicas, e em consequência, serão trazidos documentos oficiais que fundamentaram o processo de municipalização. Por esta razão, neste tópico o texto toma como característica a dureza que as burocracias do processo exigem. Destaco também, que foi preciso me remeter às entrevistas e análises realizadas na pesquisa de especialização que motivou este trabalho, justamente para contextualizar o cenário atual dialogando com as informações levantadas anteriormente.

Para que os acontecimentos que culminaram na municipalização das três creches fossem registrados, consultei inicialmente a Comissão de Monitoramento e Avaliação, que acompanhou como equipe técnica este processo. Nesta consulta, pudemos verificar que no mês de fevereiro de 2019, as creches que compunham o Termo de Colaboração nº 008/SEMED/2018, mantidas pela Cáritas Diocesana foram consideradas não aptas para manter o atendimento educacional. Tal constatação é oriunda da decisão da Coordenadoria-Geral de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social, órgão vinculado ao Ministério da Educação, e pode ser verificada através do Despacho nº 01 do Diário Oficial da

União e foi publicado em 22 de fevereiro do ano de 2019.

Neste processo a mantenedora teve seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS cancelado. Embora o MROSC, define que tal documento não é condição *sine qua non* para a celebração da parceria, ao adaptar a sua realidade, o município de Nova Iguaçu estabeleceu como exigência para a celebração dos Termos de Compromisso a posse de tal documento. Destaca-se que a Comissão consultada na ocasião já relatava que a Cáritas Diocesana já demonstrava desconforto com a saída das Creches da Assistência Social, além de apresentar discordâncias significativas com a parceria.

Com o cancelamento do CEBAS no mês de fevereiro, a situação da instituição, que já vinha apresentando dificuldades em manter a parceria, se agravou. Em março, a mantenedora se manifestou através de ofício, encaminhado à SEMED e com cópia ao Conselho Tutelar de Vila de Cava, informando que suas filiais não mais funcionam no ano de 2019. A justificativa da Cáritas para o encerramento da celebração do Termo de Colaboração era que o valor da *per capita* não seria suficiente para manter o funcionamento do espaço financeiramente, além de não conseguir se adequar às mudanças estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, também conhecida como MROSC.

Diante da descontinuidade do atendimento manifestada pela Cáritas, da necessidade de manter este atendimento em cumprimento à Lei supracitada, da interferência e acompanhamento do Ministério Público e da comoção popular, no dia 19 de março de 2019, é publicado o Diário Oficial do Município o Decreto nº 1.558, a requisição administrativa da gestão das três creches que compunham o convênio e que atendiam naquele momento, 156 crianças de 0 a 3 anos de idade. Esta medida duraria até o prazo final do convênio ou até que novos parceiros assumissem a administração, mas até a presente data, as três creches municipalizadas continuam sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e duas delas, ainda se configuram como os únicos espaços para atendimento de crianças até 3 anos na Rede.

Desenrolando os acontecimentos do contexto, no mês de maio é assinado o distrato entre a Cáritas Diocesana e a Prefeitura de Nova Iguaçu. O documento que registra o fim da parceria chama-se Termo de Distrato, e no corpo do mesmo contém as razões para tal encerramento: com o cancelamento do CEBAS, a instituição passa a ser caracterizada como uma organização que oferta serviços socioassistenciais, vinculada exclusivamente à Assistência Social. No entanto, a atividade necessária ao Termo de Colaboração neste caso, deve ser exercida por entidades educacionais. Após a assinatura do mesmo, o Extrato do Termo de Encerramento, uma espécie de pequeno resumo, sem informações detalhadas, como

as razões acima descritas, por exemplo, foi publicado em Diário Oficial em 22 de agosto de 2022.

Ao optar por não renovar, a instituição desfaz seu conveniamento. Neste cenário de muitas tensões, mais de 150 crianças deixariam de ser atendidas, porém, de acordo com o MROSC, findada a parceria por parte da OSC, a Prefeitura é obrigada a manter o atendimento até o final do Termo de Colaboração celebrado entre ambas.

A encruzilhada estabelecida entre a Prefeitura e a Cáritas ganha outros personagens que se atravessam - o Ministério Público, que fiscaliza todo esse movimento e exige da Secretaria de Educação a obrigação de atender a essas crianças diante da desistência da mantenedora; e a comunidade escolar, representada por pais, responsáveis e associações de moradores que não renunciaram aos direitos das crianças sem lutar. Começa então um movimento permeado de desafios, rupturas e tensões entre os atores citados, beirando à quase agressão física e impactos profundos no trato diário com as crianças, o que certamente representaria reflexos na rotina habitual da creche e, conseqüentemente, na forma como as crianças respondem a isso.

Apesar de todos os desafios e conflitos, uma vez municipalizadas as 3 creches, a Secretaria de Educação que, inicialmente, tinha o compromisso de mantê-las através do pagamento de uma quantia por criança atendida e fornecendo a alimentação escolar, agora se vê diante de novos compromissos com as instituições. O processo de absorção que culminou na municipalização dos três espaços representou um desafio com grandes mudanças que envolveram: i. Mudanças de gestão, de educadores em geral, de espaços; ii. Revisão e atualização de conceitos, proposta pedagógica, dentre outras; iii. Além de se adequar a toda especificidade que permeia o trabalho com a Creche. Tudo isso levando em consideração o agravante de o município não gerir, até aquele momento, nenhuma instituição com essas características.

Se a escrita da monografia de especialização teve como objetivo evidenciar que o problema à época era municipalizar emergencialmente, atendendo à demanda do Ministério Público, ou seja, era uma questão estritamente jurídica, a questão que se desmembra a partir deste contexto histórico político é que municipalizar juridicamente não resolve o problema. Do contrário, esse processo se torna ainda mais desafiador e permeado por conflitos, justamente pelo contexto emergencial. É uma abertura a demandas inéditas para a administração em questão. Aqui denomino inéditas, pois esses desdobramentos só se colocaram como demandas com a absorção de fato.

Se por um lado, a Secretaria de Educação agora contava com 3 creches municipais e

poderia afirmar que estava trabalhando para atender à Meta 1 do PME, por outro, teria de fazer sua parte que agora, denota totalidade da administração. Descobrir e refletir a respeito de como isso tem sido feito nos últimos quatro anos, compreender quais os impactos para a própria Secretaria, Gestores, Professores e famílias, além de verificar quais desafios foram transpostos neste contexto torna-se o problema do presente estudo.

Em estudo recente sobre a realidade da região, Peres, Nascimento e Costa (2023) indicam que, no que se refere ao atendimento preconizado pela Meta 1 do PNE na Baixada Fluminense, percebe-se que a cobertura e atendimento em Creche se traduz em baixa cobertura na região. Tal constatação foi realizada através do cruzamento de dados do IBGE e INEP, comparando o número de crianças de 0 a 3 anos e as matrículas em Creche em cada município da região pesquisada.

Fonte: Peres, Nascimento e Costa (2023)

Localidade	Estimativa de crianças de 0 a 3 anos	Matrículas em Creche 2022	Percentual de atendimento (%)
Belford Roxo	25.257	5.582	22,1 %
Duque de Caxias	43.387	6.725	15,5 %
Guapimirim	2.809	975	34,7 %
Itaguaí	7.674	2.287	29,8%
Japeri	5.782	399	6,9%
Magé	14.162	4.433	31,3%
Mesquita	8.922	2.311	25,9%
Nilópolis	7.097	2.030	28,6 %
Nova Iguaçu	44.456	2.534	5,7 %
Paracambi	1.571	440	28 %
Queimados	8.184	532	6,5 %
São João de Meriti	20.545	3.842	18,7 %
Seropédica	4.614	683	14,8 %
TOTAL	194.460	32.773	16,85%

Figura 6: Quantitativo de crianças matriculadas em creches da Baixada em 2022

O estudo aponta que Guapimirim e Magé são os que compreendem maior cobertura no atendimento, tendo 34,7% e 31,3% respectivamente e, em último lugar, Nova Iguaçu,

município pesquisado, com 5,7%. As autoras concluem seu trabalho identificando que dos treze municípios pesquisados, cinco reduziram o quantitativo de vagas ofertadas em creche nos últimos anos, e Nova Iguaçu é um dos apontados. Destacam ainda que dados de outra pesquisa realizada pelo grupo considerando a mesma região geográfica indicam que este quadro de redução de vagas em creche é uma consequência da obrigatoriedade da oferta de vagas na pré-escola.

Ao sistematizar as continuidades, sejam elas frágeis ou potentes, e apontar rupturas e lacunas, este estudo pode vir a servir, não só como referência para este município, que avança timidamente diante do desafio que representa o atendimento de crianças em Creche, pois atualmente, incluindo à parceria com as OSCs, atende à cerca de 3% da população iguaçuana de 0 a 3 anos de idade, considerando a projeção populacional publicada pelo Observatório da Criança e do Adolescente, como também para outros municípios que ainda não atingiram o que se antevê na Meta 1 do PNE.

Considerando a relevância deste estudo no campo de políticas públicas para bebês e a necessidade de registrar um processo permeado por conflitos e tensões à época do ocorrido, o tópico a seguir se propõe a situar o leitor a respeito do atual contexto das creches municipalizadas.

2.3 O atual contexto das Creches municipalizadas

Atualmente as três creches, objeto de estudo desta pesquisa, encontram-se em contextos subjetivos em seus diferentes espaços. Na ocasião da municipalização, estas unidades tiveram um curto prazo para deixar os espaços da Cáritas Diocesana e ocupar seus próprios prédios, porém com a emergência do atendimento, foram colocadas em espaços inadequados para o funcionamento de uma creche, até então, de forma temporária. A primeira parte deste tópico abordará a descrição dos espaços e um breve panorama de atendimento de cada uma das três unidades escolares na atualidade. Esses dados foram produzidos a partir das visitas ao campo, fundamentada na análise de documentos diversos oriundos das publicações da Secretaria de Educação e das entrevistas realizadas com as Diretoras. O objetivo das entrevistas foi compreender a partir das narrativas das Diretoras quais os desafios da atualidade considerando que as mesmas encontram-se na gestão dos espaços desde o início do processo de municipalização.

Cabe destacar, considerando a dicotomia entre a *gestora x pesquisadora*, que já conhecia os espaços desde a municipalização, e olhava-os como gestora. Desde 2020, ano da

especialização, busco olhar como pesquisadora para esses espaços, sua administração e funcionamento. A pesquisa de campo ocorreu ao longo dos 3 anos em que se desmembraram a pesquisa, nestas ocasiões, realizava visitas aos espaços buscando observar as minúcias dos locais visitados, das falas dos atores, observava as crianças em seu fazer e as famílias nos momentos em que foi possível. Durante este período, foram realizados registros no caderno de campo e ao final, as entrevistas com as Diretoras das Unidades. Conforme já mencionado ao longo deste trabalho, os nomes das Diretoras dos espaços foram substituídos pelo sigilo necessário à pesquisa. Os nomes das Creches Municipais também foram substituídos pelas mesmas razões. A escolha de nomes dos espaços aconteceu durante uma reunião online com a Orientadora deste trabalho. Ao me fazer a solicitação de substituição, fiquei em dúvida do que escolher, quando um pássaro passou em minha janela, assim, o universo conspirou e os nomes escolhidos foram inspirados nos pássaros que mais gosto de observar de minha janela: Colibri, Pardal e Sabiá.

Alocada em um prédio de dois andares no Centro de Nova Iguaçu, construído em declive inclinado e abaixo do nível da rua, fica a Creche Colibri, que compartilhou até recentemente o prédio com outra unidade escolar.



Figura 7: Creche Municipal Colibri

Hoje, a Creche ocupa todo prédio, que é composto por: pátio de entrada descoberto onde fica uma casinha infantil, com piso de cimento, algumas jardineiras ao longo dos muros, à frente, uma pequena rampa e uma escada que levam ao interior do prédio; Ainda no pátio, à

direita de quem entra uma rampa íngreme em declive, leva até um pequeno espaço coberto, uma espécie de garagem, que abriga atualmente uma pequena cama elástica e algumas gangorras; Na lateral esquerda deste corredor, há duas portas que levam ao subsolo da casa: uma das portas leva ao almoxarifado e a outra à dispensa; Ao chegar ao fim deste corredor coberto, temos acesso a outro pátio em dois níveis: o baixo que as crianças utilizam como espaço de brincadeiras e o alto que serve como uma espécie de corredor de circulação, e ao fim deste pátio, um refeitório infantil e o banheiro dos funcionários; no nível superior do pátio uma escada de ferro leva ao “térreo”, visto que estamos abaixo do nível da rua, e ao segundo andar; Ao subir as escadas, ainda no que chamaremos de térreo há uma espécie de jirau que dá acesso à laje do refeitório. Neste espaço as crianças não acessam, mas é utilizado como solário para secar roupas, por exemplo; Há projetos de adequação ao espaço para que as crianças possam acessá-lo; Por fim, ainda nos fundos do espaço, há uma porta que leva à cozinha, que também fica no subsolo; E um corredor lateral que fica com bens inservíveis. No térreo, bem na entrada principal existe uma sala grande, com alguns móveis, um painel de árvore antigo decora a parede, alguns armários com material e a promessa de que aquele espaço seria uma brinquedoteca; Deslocando-se pelo corredor, é possível ter acesso a um banheiro infantil, composto por dois sanitários, um trocador e pia para lavar as mãos; três salas pequenas compõe o corredor e são ocupadas por turmas de creche; São salas com algumas mesas coletivas e cadeiras, além de material construído com as crianças expostos nas paredes, tanto das salas, quanto dos corredores. No segundo andar: ao adentrar ao espaço há uma espécie de sala dos professores, com uma mesa onde é possível tanto planejar, quanto tomar café; Este andar é dividido com paredes de *drywall*, onde a metade superior é composta de vidro, sendo possível enxergar o que acontece nos espaços; Assim, ele é separado em sala da Orientação Pedagógica, Auditório, Sala de Recursos e Secretaria. Também há no espaço um banheiro para uso de adultos.

A Creche Colibri atende atualmente 48 crianças, distribuídas entre turmas de 2 e 3 anos, em horário integral. Destas 48 crianças, 13 delas são laudadas se tornando público alvo da Educação Especial e Inclusiva. Este quantitativo de crianças com laudo demanda outras políticas para a adequação do atendimento, um exemplo disso foi a criação de uma Sala de Recursos que atende a estas 13 crianças e outras matriculadas na Rede na mesma localidade.

A Creche Sabiá fica no bairro da Figueira, próximo à Vila de Cava. Na ocasião da municipalização, o único prédio que tinha documentação adequada para a alocação era uma casa pequena, que sofreu adaptações e obras para receber as crianças e suas demandas subjetivas. A creche apresenta áreas distintas em seu espaço físico. No exterior, destaca-se um

pátio de 8 metros de comprimento por 2,5 metros de largura, como um grande corredor, coberto por grama sintética, é o local em que são realizadas as experiências e brincadeiras de área externa com as crianças. Apresenta um varandão que foi adaptado para o uso como refeitório medindo 7 metros de comprimento por 2,5 metros de largura, composto por mesas e cadeiras adequadas ao tamanho das crianças atendidas.

A parte interna, a creche é composta por três salas de aula. A sala Infantil 3B é a menor, com dimensões de 3 metros por 3 metros, enquanto as salas Infantil 3A e 2A possuem dimensões aproximadas de 4 metros por 4,5 metros cada. Todas compostas com mesas e cadeiras adequadas ao uso de crianças, estantes com brinquedos também podem ser verificados no espaço, assim como materiais de uso pedagógico.

Há, em no espaço dois únicos banheiros, que ainda não foram adaptados e possuem apenas um vaso sanitário em cada um. Esses banheiro são de uso coletivo e são compartilhados entre funcionários e crianças.

Em relação aos espaços administrativos, incluem uma área para secretaria e direção, com dimensões de 3 metros de comprimento, e um almoxarifado separado por paredes de drywall. A cozinha da creche é compacta, medindo aproximadamente 4,5 m², e é composta de itens básicos de cozinha de creche.



Figura 8: Fachada da Creche Sabiá

Até os dias atuais o panorama continua o mesmo, ou seja, não contempla o espaço e a estrutura necessária para um atendimento em Creche com suas especificidades. Apesar de continuar recebendo pequenas obras de melhorias para tentar se aproximar de um espaço

acolhedor estruturalmente falando. Apesar das tentativas, e inclusive da possibilidade dada do envio de respostas via áudio, não foi possível, entrevistar a Diretora da Creche Pardal em tempo hábil para ouvir os relatos e trazê-los como contribuição neste trabalho. Em relação ao atendimento esta Creche atende 40 crianças, sendo 11 de dois anos e 29 de três anos de idade, em horário integral. Das 40 crianças atendidas, três possuem laudo o que as coloca como público alvo da Educação Especial e Inclusiva, mas não demanda o estabelecimento de uma sala de recursos.

A terceira das unidades que foram objeto desta pesquisa, fica localizada atualmente no bairro Jardim Tropical, a Creche que ocupou por cerca de três anos, três salas de aulas de uma unidade escolar do município, o que causou desconforto e problemas de relacionamento, justamente por ocupar um espaço em que já havia uma dinâmica que não contemplava as necessidades de uma creche. Quanto a este espaço, algumas adaptações foram realizadas para atender às necessidades, o que resolveu parcialmente, visto que, o prédio foi pensado para o atendimento de estudantes maiores.

Do conjunto de creches, a única que mudou de espaço foi a Creche Pardal. O que parecia ser a solução de um dos desconfortos do trato diário trouxe outros problemas que antes, não existiam. Esta Creche ocupa atualmente um anexo de uma Escola Municipal, construído para abrigar Educação Infantil, de fato. Espaço pensado, plano, com boa estrutura e adequado ao trato diário e ao trabalho com as crianças atendidas, porém ocupa um anexo. E como tal, ainda existem conflitos entre as gestões dos dois espaços, justamente relacionados à delimitação e uso dos ambientes.



Figura 9: Fachada da Creche Pardal

Ao entrar no espaço, somos direcionados ao pátio de entrada, descoberto, com uma parte do piso cimentado, e a outro gramado. Neste gramado há um parquinho composto com

escorrega, gangorras e balanço. Segundo as normas técnicas destes brinquedos, são adequados para crianças a partir de 4 anos de idade; Ao lado direito de quem entra, um corredor bastante amplo, coberto e arejado, contempla um chuveirão e é utilizado como espaço de brincar; ao final do corredor, um amplo pátio coberto, ocupado por mesas e cadeiras de tamanho pequeno, este espaço também funciona como refeitório; Todas as salas e espaços ficam ao redor deste pátio. Há duas salas interligadas por um banheiro com estrutura para banho, que são utilizadas pelas turmas de 2 e 3 anos. Há um pequeno espaço, delimitado dentro do próprio pátio que é denominado *Cantinho da Orientação*, onde ficam alguns armários e materiais utilizados pela Orientadora Pedagógica; Uma espécie de tela vazada de metal separa o espaço da Creche com o da escola municipal. Para manter um pouco da privacidade, um tecido foi disposto na tela para impedir a visão; Do outro lado do pátio, um almoxarifado foi construído em *dry wall*, cerca de 2x2m² do pátio; há duas salas grandes e arejadas que abrigam as turmas de 4 e 5 anos. Estas não têm banheiro, então as crianças que ocupam essas salas utilizam o banheiro da unidade escolar. Por fim, uma sala da Direção, que tem estrutura de materiais e atendimento.

Com a efetivação da mudança, as turmas de pré-escola que já existiam na unidade escolar que fica anexa à creche migraram para este espaço e, consequentemente, para a administração da gestora da creche. Ora, se agora o atendimento é às crianças de 4 e 5 anos, não pode ser identificada como creche. E como não há um Ato de Criação do espaço, há uma contradição no atendimento. Embora a mesma ainda conste como creche nos registros da Secretaria, o que chamamos de Creche Pardal durante todo o processo de pesquisa, agora é chamada EMEI, e teve o atendimento ampliado em relação à faixa etária. O que no fim das contas, ao invés de ampliar o atendimento em creche, duas turmas de dois anos deixaram de ser atendidas em detrimento das turmas de pré-escola.

Neste cenário, atualmente a Creche Pardal ou Emei atende a 80 crianças, sendo distribuídas da seguinte forma: Infantil 2 com 13 crianças e Infantil 3 com 10 crianças, ambos atendidos em horário integral. As outras 54 crianças são distribuídas em turmas de infantil 4 e 5 em horário parcial.

Faz jus esclarecer ao leitor que atualmente, diante da contradição no atendimento da Creche somente as Creches Colibri e Sabiá atendem exclusivamente crianças de até 3 anos de idade na Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu. Porém, há no município outras unidades escolares que atendem a esta faixa, são elas: 02 (duas) Unidades Escolares de Campo, 02 (duas) Unidades Escolares Urbanas e 14 (Quatorze) EMEIs, a diferença é que este atendimento não é exclusivo da creche.

Quatro anos se passaram desde a municipalização até a construção deste trabalho. O contexto atual aponta a realidade do que se fizeram destas instituições em termos de estrutura, atendimento e construção de identidade. Neste sentido, o próximo tópico do texto vai tratar a respeito do que era expectativa e se tornou realidade, ou não, para estes espaços, fazendo uma ligação com os *Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças* (MEC, 2009).

2.4 Expectativa e realidade: o processo de municipalização.

O documento "Critérios para o Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças", emitido pelo Ministério da Educação (MEC), direciona as práticas realizadas nas creches, com foco específico na Educação Infantil. Ele é dividido em duas partes, sendo a primeira redigida pela pesquisadora Maria Malta Campos, intitulada "Esta Creche Respeita a Criança: Critérios para a Gestão da Creche". Este segmento apresenta diretrizes relacionadas à organização e operação das instituições, considerando as abordagens utilizadas na interação direta com os pequenos. O segundo segmento, chamado "A Política de Creche Respeita a Criança: Critérios para Políticas e Programas de Creche", elaborado pela pesquisadora Fúlvia Rosemberg, trata dos critérios associados às políticas, diretrizes, diversos programas e métodos de financiamento dessas instituições.

O documento aborda três áreas principais de conhecimento e ação: a realidade cotidiana das creches brasileiras que atendem crianças de famílias de baixa renda; estudos sobre o desenvolvimento infantil em ambientes fora do ambiente familiar, com foco nas interações e experiências das crianças; e, principalmente, discussões sobre os direitos das crianças e a qualidade da educação oferecida a elas.

O atendimento em Creches Municipais na Rede Pública de Nova Iguaçu representa uma minoria em relação ao todo da Rede, o que coaduna com a pesquisa de Costa, 2023, que sinaliza que o atendimento para os bebês na Baixada Fluminense é desigual em relação ao de crianças maiores, de 4 a 5 anos. A propósito, o estudo da professora realizou um levantamento do atendimento a crianças menores de 01 (um) ano na Baixada Fluminense, e somente 3 (três) deles foram de fato pesquisados, justamente por serem os únicos a realizar este atendimento, e Nova Iguaçu não está entre eles.

O estudo aponta os desafios da oferta, acesso e matrícula que são desafios inerentes ao atendimento da Educação Infantil iguaçuana, principalmente no que diz respeito ao atendimento em creches, pois esse atendimento envolve arranjos e formulação de políticas

estruturantes para a Educação Infantil. Políticas que envolvem muito mais que ofertas de vagas, mas profissionais da Educação Infantil, como também normativas e construção de espaços que se voltem para as especificidades do atendimento dessa faixa etária (COSTA, 2023).

Em se tratando de expectativas e realidades em relação às creches, a realidade talvez não seja o que se esperava há quatro anos. Em contrapartida, as creches continuam sob a administração da Secretaria de Educação, o que no contexto de atendimento que se verifica nos municípios da Baixada Fluminense, seria algo mínimo, mais vantajoso. Alguns desafios se mantêm novos chegaram, e nas narrativas das diretoras pode se verificar que o caminho percorrido até aqui foi permeado de tensões.

Ao serem questionadas a respeito dos desafios que tiveram de enfrentar desde que iniciado o processo de municipalização, ambas trazem em suas palavras questões que demonstram que trilharam um caminho visivelmente tortuoso.

“Não tenho ainda o meu ato de criação, mas o pouquinho que eu recebo do PDDE Municipal me sustentou, né, deu pra gente levar”. (Diretora Cláudia)

Porque, assim, o que a gente nota? Mudei de espaço. Não só os meus PCDs sentem. Os meus pequeninhos também sentem. Os outros que não são PCDs. Não todos, mas alguns sentem. É um espaço diferente, aí dá um certo medinho. Aí dá um chorinho que não... costumava chorar, mas chora, entendeu? (Diretora Cláudia)

Até porque eu acho que elas me conhecem, então sabem que... Eu falo pra elas, elas ajudam a titia a ajudar vocês, né? Quando alguém faz uma besteirinha, ou outra que eu acho que foge um pouquinho. E aí eu falo, vocês não fazem isso não, porque aí vocês não estão ajudando a titia...” (Diretora Cláudia)

... hoje eu tô nesse espaço, né, muita luta e cada um agora tem seu espaçozinho, evoluiu muito... (Diretora Clébia)

“...a gente acolhe de manhã, a gente dá cafézinho na boca, a gente dá o almoço, a gente põe pra dormir eu até me emociono porque esse ano um aluninho de dois anos me chamou de mamãe.” (Diretora Clébia)

Mesmo passando por tensões e dificuldades, das mais diferentes ordens, como se pode verificar nos destaques selecionados nas entrevistas realizadas, a tendência dessas mulheres é falar desses desafios usando o diminutivo. Talvez como um costume estrutural, por lidar com crianças pequenas numa tentativa de se aproximar do universo infantil através de uma comunicação infantilizada. Ou como se falar no diminutivo diminuísse o tamanho dos problemas e diluíssem os pontos que permeiam as questões da atualidade.

Dois tópicos emergiram das discussões que realizamos na primeira pesquisa e nesta, que

seria seu desdobramento: A questão do espaço e do currículo. Então para relatar o atual contexto destes espaços no que se refere às expectativas e realidades, enveredaremos por estes dois caminhos.

“Os profissionais responsáveis elaboram projetos de construção ou reforma dos prédios das creches que visam em primeiro lugar as necessidades, o bem-estar e o desenvolvimento das crianças” (MEC, 2009).

A questão dos espaços ocupados pelas mesmas ainda é ponto convergente de debates, questionamentos e problemas. Até mesmo pela Creche Pardal, que é a única que se mudou para um espaço estruturalmente pensado para a creche. Essa questão foi levantada no primeiro trabalho de pesquisa e continua sendo um foco de problema. Em relação à Creche Colibri, como já mencionado, qualquer pessoa que conhece as rotinas e a subjetividade de uma creche compreende que o espaço é inadequado para as dinâmicas da faixa etária.

“O pessoal do SEMIF que geralmente vem, por conta de obra para saber se tem que fazer, se não tem que fazer e tal. E assim, as perguntas, as falas são: nossa, mas o seu espaço é ótimo. Aí eu falo assim, ótimo? Como? Não, o senhor tá olhando?(...) Falar assim, cara, eu estou reclamando dizendo que o espaço não é legal. E as pessoas estão dizendo que é. Que eu estou no céu, que eu sou maravilhosa, que eu estou contempladíssima, que eu sou... E aí eu falo assim, como?” (Diretora Cláudia)

Segundo a diretora toda vez que alguém de outra secretaria, por exemplo a SEMIF, que se configura como uma espécie de Secretaria de Infraestrutura, chega para verificar alguma necessidade de reparo, dizem somente coisas positivas em relação ao espaço. Justamente por não conhecer as necessidades de uma creche ou mesmo comparar com outras unidades da rede que possuem estruturas mais precárias.

Na Creche Colibri, não há adaptação que se faça para que o espaço seja um promotor do desenvolvimento integral e integrado das crianças. O ideal seria uma mudança de espaço para um local que respeite os direitos fundamentais das crianças e proporcione à equipe oportunidades de planejar e executar propostas e experiências inovadoras, usando o espaço a favor do planejamento, partindo do interesse das crianças.

Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante. (MEC, 2019)

Em relação à Creche Sabiá, há também questões significativas em relação ao espaço. Tais questões aparecem inclusive nas falas das outras Diretoras que foram entrevistadas. A Creche em questão funciona em um prédio com estrutura adaptada, diria precária. Mas como

não foi possível à observação do espaço para esta pesquisa, este espaço não terá aprofundamento nesta etapa do trabalho. Mas trago para a reflexão um destaque feito pela diretora Cláudia, a respeito da Creche Sabiá, gerida por sua colega.

“É uma casa que foi alugada, ela fez ali umas adaptações, uns ajustes para receber, (...) Aí eu falei que louco! Ele falou assim, olha o espaço é muito pequenininho! Ela fez uma coisinha aconchegante e tudo, a Kátia⁷ vai pra cozinha, ela cozinha! Eu acho que ela não tem merendeira. Eu falei assim, a Kátia, louca! Então assim, é muita loucura, entendeu? É muita loucura. (...), eu falei assim Kátia, eu não sei se eu fosse Sabiá, ia depender muito talvez, muito boleto, (...), talvez o boleto me forçasse. Mas se eu conseguisse fazer um controle dos boletos, eu não sei se minha estrutura física, mental, suportaria.” (Diretora Cláudia)

Ao longo do período em que usamos para construir esse trabalho, foi possível observar a precariedade do funcionamento do espaço ocupado pela Creche Sabiá. Nas falas de Cláudia a respeito da administração da colega, ela relata inclusive o fato da diretora Kátia ir para a cozinha fazer as refeições. Embora não tenha tido tempo hábil de participar e responder a entrevista realizada, tais relatos são fato, e Kátia já contou em diferentes momentos, às vezes que precisou assumir diferentes tarefas na creche, justamente pelas carências que sofre. Além de se empenhar em parcerias com diferentes espaços e instituições para proporcionar experiências diferentes às crianças atendidas no espaço.

A Creche Pardal – EMEI – é a unidade que apresenta hoje uma melhor estrutura, pois é a única que se mudou para outro espaço. Aliás, uma estrutura muito boa para o atendimento em Creche. Mesmo assim, a unidade em questão possui seus problemas em relação ao espaço. Alguns deles, inclusive, já foram registrados no desenrolar deste trabalho. A proximidade com a unidade escolar da qual foi anexada é um deles. Inicialmente as instituições dividiam o mesmo refeitório, o que causou desconforto e questões de relacionamento entre as gestões dos dois espaços, o que foi facilmente resolvido com a adaptação de um novo refeitório para a Creche/EMEI, iniciativa da própria diretora, utilizando os recursos e materiais que tinha à disposição, mas a cozinha ainda é dividida.

De acordo com relatos da própria, esta proximidade causa uma falta de limites entre as unidades. Chamou a atenção desta pesquisadora um dos relatos da Diretora que afirmava que enquanto recebia uma visita da Secretária de Educação, a Diretora da outra unidade abre a porta da sala e entra, de forma apressada, buscando uma conversa com a Secretária. Além da

⁷ Foi dado à Diretora um nome fictício para a proteção de sua identidade.

cozinha dividida, as crianças do Infantil 4 e 5 também ainda precisam utilizar o banheiro da escola na qual é anexa. Em suma, embora tenha sido cumprida a promessa de um novo espaço, tal espaço, por melhor que pareça, ainda carece de adequações para que a, agora EMEI, possa construir sua identidade na nova estrutura com independência e autonomia.

“Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão”. (MEC, 2019)

Outra observação significativa em relação ao trabalho realizado atualmente são as alentadas marcas assistenciais deixadas pelo trabalho da Cáritas Diocesana. Este foi um ponto de debate em comum entre as Diretoras entrevistadas na monografia de especialização. No trabalho que motivou esta pesquisa, a ausência de um currículo construído com a *cara* das crianças, considerando sua subjetividade e diversidade foi apontada como uma questão grave entre as Diretoras. A construção do planejamento era em comum, e os adultos traziam temáticas que acreditavam ser interessantes para as crianças. Na ocasião apresentaram como exemplo o *Projeto Disney*, o qual aparentava ser superficial e representava uma cultura de hegemonia num espaço onde a diversidade precisa ser compreendida e incentivada.

Atualmente, as diretoras entrevistadas destacam a importância de construir suas identidades coletivamente com base nos documentos oficiais que direcionam o trabalho realizado na Educação Infantil, nos costumes e interesses de suas comunidades escolares. Demonstram compreender esse processo como uma construção conjunta, trazendo diferentes integrantes da comunidade escolar para contribuírem com a construção do Projeto Político Pedagógico das escolas.

“O programa para as creches prevê educação e cuidado de forma integrada visando, acima de tudo, o bem-estar e o desenvolvimento da criança”. (MEC, 2019)

Hoje os planejamentos em conjunto entre unidades diferentes já não acontecem mais. O trabalho atualmente deve se pautar na proposta curricular do município, considerando as crianças como centro irradiador do processo, porém nas narrativas, e nas próprias práticas pedagógicas desenvolvidas percebe-se uma forte preocupação com a construção coletiva, mas também com a guarda e amparo das crianças atendidas. Existe uma atenção, muito válida, aliás, na narrativa das duas diretoras entrevistadas, a respeito de oportunizar o atendimento de mais crianças e com uma defesa muito forte em relação ao cuidado. Ora sabemos da indissociabilidade do *Educar e Cuidar*, e é fundamental que se tenha propriedade em relação

a essas ações na Educação Infantil. Porém, no contexto no qual este discurso se apresenta me parece que há um peso maior no cuidado separado do educar, o que acaba por caracterizar esses espaços como espaço de guarda, e não de desenvolvimento integral das crianças.

Verifica-se, ao longo das observações realizadas *in loco*, que o trabalho muitas vezes é desenvolvido com forte interferência dos adultos, demonstrando muito pouco da autoria das crianças. Foram observados desenhos prontos, pintados pelas crianças com as mesmas cores, dando indícios de um direcionamento e intervenção na produção realizada.

Neste cenário, verifica-se uma preocupação maior do resultado que vai ser apresentado às famílias, do que o processo vivido pelas crianças e na validação de suas criações e produções. É considerável destacar que existe um comprometimento com o trabalho pedagógico, e uma preocupação com as crianças e seu desenvolvimento, mas também se percebe que esta preocupação, muitas vezes, parece não considerar que o trabalho é realizado com crianças de 2 e 3 anos de idade. O problema nesta conduta está em desconsiderar as especificidades que são próprias da Educação Infantil assim corre-se o risco de transformar este trabalho num mero preparatório para o Ensino Fundamental (NUNES, CORSINO E DIDONET, 2011).

“Paro na porta de uma das salas da Creche Colibri, a sala estava cheia de responsáveis e a Professora apresentava à eles os resultados do trabalho na reunião final. Sou apresentada como Gerente de Educação Infantil, os pais nem sabem o do que se trata... um silêncio se instala no ar e a Professora fica com a face vermelha. Meu olhar passeia pelas paredes da sala e um cartaz me chama a atenção: uma ilustração de um urso impressa e recortada, corações de papel pintados previamente pelas crianças, e depois recortados por adultos, compondo uma colagem com a seguinte frase: “Entre bater e morder eu prefiro abraçar”. (Anotações da pesquisadora no dia da entrevista)

A pergunta que me move ao ler esse cartaz nas linhas e entrelinhas foi: Para quem seria essa mensagem? Qual a finalidade dela? Será que esta equipe acredita que escrever uma frase como essa num papel e realizar uma colagem vai fazer algum sentido para crianças de 2 ou 3 anos? Ora acompanho o trabalho da unidade e sei que há trabalhos muito mais significativos e interessantes em âmbito geral. Por exemplo, em relação à mordida, a equipe tem um projeto com livros de literatura que envolve as famílias inclusive. A discussão posta aqui é que se realizam propostas e expõe trabalhos que pouco têm significados ou autoria das crianças. Este destaque aponta que a formação continuada a respeito do desenvolvimento de propostas que respeitem as crianças como centro do processo é necessária e urgente.

Em suma, se relacionarmos o atual contexto das Creches e EMEI, com o contexto de municipalização, observaremos que se modificou um hábito em relação à construção do

currículo e planejamento, e por mais que haja questionamentos em relação às práticas pedagógicas realizadas, existe uma mudança de postura e a construção da identidade de cada uma delas vem se desenvolvendo. E em relação ao atendimento, percebe-se que não houve evolução, do contrário, das 156 crianças de 2 e 3 anos atendidas à época da absorção, atualmente com a extinção de duas turmas de Creche em uma das unidades, a Rede atende a 111 crianças. O que é grave do ponto de vista de atendimento da população.

Nunes, Corsino e Didonet (2011) chamam a atenção para a distância entre o ideal e o real na garantia de direitos na Educação Infantil brasileira. Neste cenário, o município de Nova Iguaçu coaduna com tal afirmação. De um lado as leis e suas burocracias a serem cumpridas nos deveres do Estado, nos princípios, nas normativas e objetivos, em resumo, todo um arcabouço jurídico e legal. Do outro, a realidade nas quais as crianças são expostas, permeadas pela desigualdade de oportunidades, onde as que vivem em vulnerabilidade social e das camadas mais pobres, são excluídas do acesso à Educação Infantil, principalmente no que se refere à creche. Neste sentido, *reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais, para os sistemas de educação, é um desafio que se inicia na educação infantil* (NUNES, CORSINO E DIDONET, 2011).

Nesta perspectiva, fundamentada nos estudos de recentes de Nascimento & Arruda (2020), que através do levantamento de dados revelaram que a oferta de atendimento educacional aos bebês menores de 1 ano ainda não é prioridade na agenda governamental dos municípios da Baixada Fluminense, as perguntas que rondam a reflexão dessa pesquisadora são:

- Neste contexto, onde as crianças de 4 e 5 anos foram incluídas nas rotinas e na gestão de um espaço que funcionava como Creche, seriam os bebês e crianças bem pequenas prioridade?
- A importância que a faixa etária tinha, no contexto de municipalização em 2019, deixou de existir em detrimento da obrigatoriedade de atendimento da Pré-escola?
- Teria a comunidade escolar, que não é mais a mesma de 2019, “esquecido” do serviço público prestado às crianças de 0 a 3 anos até então?

São mais que perguntas, são questões que a presente pesquisa propõe como reflexão e que podem apontar respostas, ou novas incógnitas. Aliadas a estas perguntas, no próximo tópico deste texto, as narrativas das diretoras foram trazidas à discussão, categorizadas e possibilitou a análise e as considerações finais desta pesquisa.

CAPÍTULO 3 - COM A PALAVRA: AS DIRETORAS: OS DESAFIOS DA MUNICIPALIZAÇÃO DE DUAS CRECHES

“Eu acho que isso que me manteve, meu trabalho mesmo, a dedicação, e eu passo isso para a equipe. Eu falo o tempo inteiro, gente, tem que ter amor, tem que ter dedicação. No início foi difícil, porque cada uma pensa de um jeito, né? Nenhuma professora é igual. Mas hoje eu vejo que a minha equipe realmente trabalha em equipe. Hoje nós somos uma baita equipe, eu só tenho que elogiar elas mesmo, não tem nada o que falar”. (Diretora Clébia)

A elaboração deste trabalho contou com entrevistas, gravadas em áudio e transcritas, de forma individual. Esta escolha foi intencional, pois na pesquisa que motivou este trabalho, a monografia de especialização, tal encontro se deu de forma coletiva em que as Diretoras entrevistadas narraram suas experiências, que naquele momento histórico eram muito próximas. No contexto da atualidade, a decisão de entrevistá-las em separado se deu em razão dos caminhos que se separaram nesta história. Ainda que as mesmas trocassem informações e experiências diárias, ouvi-las em separado permitiu-me ponderar os desafios e histórias que permeiam cada um dos espaços de forma subjetiva.

As entrevistas foram presenciais ocasião em que pude visitar as unidades, observar sensivelmente seus espaços para que esta também pudesse fazer parte das reflexões que permeiam esta pesquisa. O roteiro de perguntas foi elaborado através de perguntas semiestruturadas e abertas, nas quais as Diretoras responderam questões relativas aos seus espaços, às relações interpessoais e suas ações como gestoras em âmbito geral. Como já mencionado anteriormente, somente foi possível entrevistar duas das Diretoras Cláudia⁸ e Clébia, Diretoras respectivamente das Creches Colibri e Pardal. Cabe destacar que as perguntas da entrevista realizada com as mesmas foram encaminhadas para a Diretora da Creche Sabiá, através de Whatsapp, mas a Diretora da Creche em questão não conseguiu respondê-las em tempo hábil para que pudessem fazer parte deste trabalho.

Cabe destacar a delicadeza do momento das entrevistas em que eu, gestora da equipe de Educação Infantil da Rede, chego despida deste cargo e deste olhar, e assumo o lugar de pesquisadora, que busca informações a respeito de um processo vivido pelas entrevistadas, e de certa forma, por mim mesma. Neste momento precisei exercitar o estranhamento do que me é familiar, buscando manter a parcialidade diante dos relatos e o olhar interessado de

⁸ Os nomes, Cláudia, Clébia e Kátia são fictícios e foram adotados para que a identidade das três não seja revelada.

quem quer ouvir a história narrada. Ao mesmo tempo, por mais que eu realizasse o exercício de estranhar e buscar a tal parcialidade, ali eu era para elas a Gestora da SEMED, e não a pesquisadora que acompanha o processo e se debruça na pesquisa. Por isso, uma tensão no ar era perceptível no momento da minha visita às unidades escolares. A descrição que farei agora em relação ao modo como fui recebida no espaço foram comuns às duas instituições. Cabe destacar primeiramente que ambas as Diretoras foram informadas que eu me dirigiria até o espaço para realizar as entrevistas.

Ao chegar ao espaço, sou recebida pelo porteiro das unidades, que me reconhece como representante da SEMED, embora não estivesse usando crachá, carro oficial ou qualquer outro símbolo que me vinculasse à Secretaria. O que pra mim, foi surpreendente, pois normalmente lido com a equipe técnica pedagógica. Então, pouco me relaciono com esses profissionais. Por fim, chego à conclusão de que a equipe foi preparada para a minha chegada. Embora os porteiros me dissessem para que ficasse à vontade, havia uma tensão no ar. Na medida em que eu entrava nos espaços, e era apresentada pelas Diretoras como *Gerente de Educação Infantil*, os funcionários e professores, arregalaram os olhos e ajustavam suas posturas em suas cadeiras demonstrando um nítido desconforto.

Eu me encontrava num ambiente familiar, onde era conhecida pelos integrantes da equipe como gestora, naquele momento, aos olhos de meus colegas Servidores, a sensação era de que a pesquisadora se torna invisível diante da presença da SEMED na escola. Por inúmeras vezes destaquei que estava ali, naquele momento como pesquisadora, o que aparece inclusive nas gravações e transcrições. Porém justamente pelo fato de nos conhecermos muito, percebo que algumas vezes havia uma necessidade de expor muito mais do que as perguntas realizadas contemplavam, numa espécie de desabafo por parte delas, relacionados a outros assuntos que não era a administração das Creches, por exemplo.

Ao iniciar a entrevista conversei com as diretoras a respeito dessa pesquisa, o que já era de conhecimento delas desde que esta temática foi definida, explicitiei que ela foi motivada a partir da monografia da especialização, a qual também participaram. Até então, não havia nenhuma expressão facial ou corporal que indicasse qualquer surpresa. O cenário se modifica a partir do momento que informo que neste trabalho, o foco são as Diretoras e suas potências diante de seus trabalhos. Nessa hora os cenhos franziram, denotando insegurança e certo incômodo de estar nesse espaço de protagonista.

Fui muito bem recepcionada e as atenções das Diretoras ficaram focadas exclusivamente em responder às perguntas realizadas. Ao sentar diante delas à mesa e solicitar autorização para gravá-las, sinto-me à vontade e parece que o *modo pesquisadora* foi

acionado, por mais que os olhos delas continuassem me vendo como SEMED. Começo as perguntas, como quem espera respostas prontas, e sou inundada de relatos e desabafos ricos de possibilidades diante do foco desta pesquisa.

Embora exista um roteiro pré-estabelecido, a entrevista semiestruturada me possibilitou realizar questionamentos diferentes para cada uma dessas gestoras, de acordo com suas diferentes realidades. Neste caso a entrevista com perguntas abertas representou uma valiosa ferramenta para alinhar os questionamentos. Seguindo um roteiro, foi possível ponderar as respostas recebidas, considerando até mesmo o que não estava previsto.

A entrevista foi composta por oito perguntas agrupadas em 3 (três) seções, para tanto, a primeira parte caminha pelas relações construídas com a comunidade escolar; na segunda, a gestão se destaca como temática e por fim, buscamos trazer à reflexão os desafios enfrentados no processo de municipalização que tem sua gênese em 2019 e se mantém até hoje, bem como, as perspectivas de futuro que as gestoras têm para seus espaços.

A partir das entrevistas o texto foi organizado nas seguintes temáticas: a) *“Eu sou gestora de participar!”*; b) *“Você é Diretora de Creche?”* e c) *“Eu quero mais”*.

a)“Eu sou gestora de participar!”

Nesta seção optamos por tratar das afirmações que se concentraram no universo das relações construídas no processo desde o princípio da municipalização. Relações com as famílias, crianças e profissionais das escolas dão corpo às reflexões deste trecho da pesquisa.

Durante a entrevista, as questioneei se ainda havia no espaço sujeitos que participaram do processo de municipalização desde o começo do processo. Pedi a elas que considerassem neste questionamento equipe técnica e familiares de crianças, pensando em como é a relação dessas pessoas com as creches atualmente. Neste cenário, as diretoras automaticamente dividem suas respostas entre o grupo de profissionais, nomeando as pessoas que estão desde o ano de 2019 e depois trazem as famílias em seus relatos. Com base em suas respostas, iniciaremos pela relação que se constitui com as crianças e com suas famílias.

Quando o assunto é família, ambas possuem relatos bastante interessantes a respeito de toda construção que se estabeleceu com este grupo desde iniciado o processo da municipalização. Relatam que primeiro tiveram de conquistar as crianças, para depois ganhar a confiança das famílias. Diretora Cláudia e Diretora Clébia afirmam que ainda tem famílias que acompanharam o processo de 2019 e ainda hoje, possuem vínculo com a escola, pois tem outros filhos que nasceram nos últimos anos e foram matriculados.

... as mães me abraçando, chorando e agradecendo pelo carinho e amor que os filhos receberam. E não querendo tirar daqui, perguntando se aqui terá o primeiro ano. (Diretora Clébia)

Elas aprenderam a confiar no nosso trabalho (...) e confiar o novo filho. (Diretora Cláudia)

E é talvez aqui que esteja a potência dessas gestoras: compreender as famílias como partícipes do processo de desenvolvimento integral das crianças de forma complementar com o trabalho da escola, conforme pactuado na CF88. Ao receber o reconhecimento e a confiança das famílias, ou melhor, ao valorizar isso, essas diretoras abrem caminho para a escuta e a participação das mesmas, configurando um princípio fundamental para a gestão democrática.

Sem dúvidas o trabalho de ambas não se limita às paredes do gabinete da direção. A frase que nomeia este tópico é de Diretora Clébia que relata que se aproxima das crianças e demonstra uma disponibilidade e participação ativa nas propostas e experiências realizadas com elas.

Eu participo no banho, participo do soninho, eu participo dos festivais, eu participo de tudo. Eu tiro meu sapato, eu ponho chinelo, eu vou para o chuveiro para dar banho nas crianças, eu troco fralda. Eu participo de tudo. A minha relação com elas é integral mesmo, em tudo. Eu não sou... Hoje, eu falo com toda certeza, eu não sou gestora de cadeira, que chega, eu entro na minha sala, sento e acabou. Eu sou gestora de participar. (Diretora Clébia)

Embora realize ações como os relatos acima, também aparecem na narrativa de Diretora Clébia apelidos dados às crianças e sanções que realiza com os mesmos.

(...) Com as crianças, sem comentários, meus chorõezinhos. Aí eu ponho pra dormir, brinco e ponho pra pensar quando faz coisa errada. Tenho a cadeirinha da Tia Clébia pra pensar aqui, mas que é raro. (Diretora Clébia)

A fala acima demonstra a concepção de criança que permeia o trabalho da gestora Clébia. Ao apelidar as crianças e propor sanções desconexas e questionáveis, a gestora demonstra não reconhecer a escola como um espaço onde a identidade individual e coletiva são construídas. Ao apelidar as crianças, além de permitir que outros adultos o façam, ela exemplifica as crianças que podem fazer o mesmo, desconsiderando seus nomes e suas identidades. A proposição de sanções como a *cadeira do pensamento* demonstra que a mesma, neste contexto, desconsidera as crianças como sujeito de direitos e produtoras de cultura, que podem tranquilamente discutir sobre suas ações e pensar em proposições conjuntas a respeito de seu comportamento e formas de resolver os conflitos. Este apontamento impacta diretamente nas possíveis políticas que podem ser construídas a partir deste trabalho: a política de formação continuada em serviço é urgente e absolutamente

necessária, tanto para educadores, quanto para gestores, que com a melhor das intenções, lançam mão de práticas descontextualizadas e que desconsideram o principal objetivo do trabalho na Educação Infantil, o desenvolvimento integral e integrado das crianças atendidas.

Neste mesmo contexto Cláudia também faz dois destaques em relação a sua gestão, o primeiro deles vinculado ao seu atendimento e acolhida das famílias. Relata a importância de conhecer as crianças e seus familiares para realizar um trabalho comprometido com elas. Ela destaca que as crianças são o foco, e que o relacionamento com as famílias é uma construção na medida em que as crianças são atendidas e respeitadas, conforme como no destaque abaixo:

Bom dá esse quentinho no coração de você saber que a gente conseguiu conquistar elas com o nosso trabalho, porque não foi assim, ah, néh néh com mãe, porque isso é uma coisa que eu também coloco muito pra elas logo de reunião de cara. Nosso foco aqui é a criança. Ele tá feliz, ele tá satisfeito, você tá chateado, o problema é você. (Diretora Cláudia)

Cláudia destaca algumas estratégias que aderiu para se aproximar das famílias, como o uso do WhatsApp como ferramenta, que teve sua gênese no período de afastamento social em virtude da Pandemia, e as vantagens de utilizá-lo. E por fim, versa sobre a necessidade de ouvir as famílias, ouvir quem quer dizer, pois às vezes basta desabafar. Assim, ela relata que vem construindo relações de respeito mútuo e colaboração com as famílias.

...depois da pandemia, quando terminou, nós optamos até por permanecer com um grupo de WhatsApp, mas já trazendo o pai para essa realidade de que vale o que está escrito, acompanha a agenda, está na agenda, você olhou a agenda? Chamando ele para essa responsabilidade. (Diretora Cláudia)

Acho que eu já tô acostumada a escutar... A escutar os problemas do povo, e tal. É isso. E aí a gente acaba mantendo essa ligação muito forte, entendeu? (Diretora Cláudia)

Também foi no universo de aproximação das famílias que aparece a figura da Diretora como burocrata de médio escalão conforme estudos de Cavalcante e Lotta (2015), como aquela que atua como representante na camada média da burocracia, isto significa que essa representante atuará como um elo entre as pontas da burocracia. Esta categorização é realizada através das narrativas das sujeitas, o que pode ser representada quando Diretora Cláudia relata o seguinte:

E aí eu falo sempre para elas, olha só, eu não devolvo vaga (...) E sempre eu tenho pais aqui, batendo no portão. O que eu Diretora Cláudia faço? Eu anoto e falo, se tiver desistência, eu ligo. Então você pode vir. E aí eu vou pela aquela ordem que tá ali. Dependendo do choro que tá aqui na minha frente. Pra eu trabalhar, não sei o quê! Tem isso. E aí eu sempre consigo ajudar essas mães de portão,

vamos dizer assim, que tentaram e não conseguiram. (Diretora Cláudia)

Com base na narrativa acima e em outras trazidas ao longo do processo de pesquisa pode-se destacar também o exercício da discricionariedade, pois a diretora “*tenta efetivar o que dizem as normativas, mas também busca sanar as demandas originárias da comunidade*” (COSTA, 2023). Em seus relatos apresenta uma preocupação a respeito do período de efetivação de matrículas após a matrícula *on-line*, realizando uma crítica à forma como as confirmações de inscrição vêm sendo realizadas e prevê a necessidade de tomar decisões na medida em que essas famílias possam matricular as crianças no espaço.

Por fim, as relações construídas com as crianças e suas famílias, embora permeadas de desafios, aprendizagem e algumas fragilidades, são pontos focais e relevantes na gestão destas mulheres. Ambas demonstram preocupação em ganhar a confiança das famílias e construir relações que denotem participação e comprometimento com a educação das crianças.

No que diz respeito aos profissionais, Cláudia relata tão longo de quase todas as perguntas a respeito de sua relação com as professoras e demais educadores do espaço. Narra cenários e situações onde exemplifica como resolve conflitos e determina limites bastante específicos e, algumas vezes, inegociáveis em relação ao trato com as crianças e possíveis intrigas entre profissionais.

Então eu não consigo ver um colega gritando, maltratando, ou sendo... de alguma forma agressivo com uma criança de dois, três anos. Se você não consegue administrar isso, o seu sentimento, porque raiva a gente tem, problema todo mundo tem, enfim, tá chateado, mas descontar na minha criancinha aqui, não. Então deixa ele ali fora, se você não consegue fazer isso, eu até prefiro que você me ligue e fale assim, Cláudia, hoje eu tô bem, não vou. (Diretora Cláudia)

Não adianta você vir me contar um negocinho achando que esse negocinho que você me contou... É uma verdade toda. Não suporto fofoquinha. E aí isso acaba dando uma equilibrada no grupo, porque elas não vão pra essa conversa de corredor, entendeu? Então assim, essa minha relação com elas, com a equipe, acaba sendo uma relação de confiança. Quando não existe essa confiança, eu acho que até as pessoas querem sair e tudo, mas como eu não tive nenhum problema desse... (Diretora Cláudia)

É nesta situação que ela relata dividir as demandas com a Orientadora Pedagógica. A Diretora Cláudia afirma que acredita ter um relacionamento de confiança com a equipe, que vem se estabilizando e consolidando, mas ainda há certa adequação em relação às estagiárias que não se adaptam às demandas do trabalho em Creches.

Em se tratando dos profissionais, ambas relatam que têm educadores que acompanharam todo o movimento, e que juntas compartilham um sentimento de construção, confiança e alinhamento profissional.

Hoje, depois de tudo que eu passei, eu me considero uma baita diretora, porque foram lutas e lutas. (Diretora Clébia)

No início foi difícil, porque cada uma pensa de um jeito, né? Nenhuma professora é igual. Mas hoje eu vejo que a minha equipe realmente trabalha em equipe. Hoje nós somos uma baita equipe...(Diretora Clébia)

Clébia relata ainda que sempre requer a participação de outros educadores que trabalham no espaço, como merendeiras e porteiros, por exemplo, para apoiar em decisões possíveis e alinhar o planejamento de ações, destaca o protagonismo das professoras no trabalho diário e estabelece uma relação de parceria entre as mesmas, além de levantar a necessidade de um bom convívio e empatia nas relações.

Elas são minhas atrizes principais. Eu sou a base, mas elas que completam a minha pirâmide. (Diretora Clébia)

Ao analisar as falas de ambas as diretoras em relação aos profissionais que fazem parte deste processo, tanto os que estão desde o começo, quanto os que entraram ao longo do caminho, denotam uma consciência, por parte das diretoras da importância dos educadores nesse processo, tanto na tomada de decisões onde a discussão é possível, quanto no fortalecimento da identidade da escola.

b) “Você é Diretora de Creche? Molezinha né?”

Neste tópico as questões que emergem ao debate são relacionadas à gestão. Importante destacar que as relações que aparecem como temática na seção anterior fazem parte da gestão como um todo, porém, para melhor divisão deste trabalho, foi necessário separar as temáticas para melhor logística de organização do texto. Neste cenário de assuntos relativos à gestão, refletiremos a respeito do que as mantém neste cargo, que embora a Rede tenha realizado o exercício da gestão democrática através da escolha das propostas de gestão por parte da comunidade escolar; As ações positivas da gestão; O ambiente das creches e a promoção do desenvolvimento integral e integrada das crianças e por fim, a participação da comunidade escolar nos processos de decisão relacionados às creches.

Para começar esta reflexão as questionamos em relação à razão pela qual elas acreditam terem sido mantidas no cargo. Ambas se remetem ao princípio do processo, lembrando quantas histórias já passaram. A diretora Clébia dá um longo suspiro e parece buscar palavras para responder ao questionamento. Parece, por um segundo, não encontrar palavras para responder. Mas responde e ainda narra falas das colegas da Rede que acreditam

que gerir uma Creche é uma tarefa fácil. Ela destaca a responsabilidade dessa função, e relata alguns exemplos de tarefas que realiza durante o dia e, curiosamente, ela não faz relatos a respeito da burocracia da função, mas sim do trato diário com as crianças.

Eu acho que o profissionalismo, o empenho, a dedicação, porque não é fácil. Às vezes eu escuto muito assim, ah, você é diretora de creche? Molezinha, não é?(...) porque a gente acolhe de manhã, a gente dá cafezinho na boca, a gente dá o almoço, a gente põe pra dormir eu até me emociono porque esse ano um aluninho de dois anos me chamou de mamãe (Diretora Clébia).

Embora sua fala seja repleta de carinho e cuidado, há de se tomar cuidado com esse discurso, justamente para não exprimir uma fala assistencial.

A diretora Cláudia apresenta uma fala mais próxima da burocracia da função, mas não se afasta hora nenhuma dos relatos utilizando as crianças e os acontecimentos com elas como referência em sua narrativa.

Mas, assim, eu acho que a gente faz a coisa com tanto carinho e com responsabilidade, principalmente, porque eu acho que isso é importante quando você tem o filho dos outros nas mãos, né? É muito sério isso. E aí, eu... nessa pegada aí, eu acho que isso me mantém. A responsabilidade que eu tenho...(Diretora Cláudia)

(...) eu me mantenho aqui porque de alguma forma o meu trabalho de gestora da frente (...), porque eu acho que o que faz acontecer são elas. Eu sou a pessoa que estou ali representando. Está sendo para rede, de alguma forma, satisfatório. (Diretora Cláudia)

Em relação à gestão administrativa dos espaços, mais uma vez ambas destacam nesta temática a importância da equipe que, nos bastidores, acabam por participar da constituição deste trabalho. O discurso em comum em favor de suas equipes, reconhecendo-as como parte fundamental do processo de construção da identidade e de um trabalho pautado na confiança. A diretora Cláudia narra a importância do diálogo entre as pessoas da equipe e com a Secretaria. Acredita que o diálogo evita problemas e são fundamentais na tomada de decisões, por exemplo. Ambas relatam que as decisões não são tomadas de forma individual, mas são colocadas em discussão entre todos os membros de suas equipes.

Nesta narrativa, quando trouxemos a gestão como pauta de conversa na entrevista, também foi destacado o fato de as Creches se configurarem como os únicos espaços de atendimento de crianças de até 3 anos na Rede e do quão impactante e delicada seria essa experiência que é nova para todas.

A gente está conseguindo levar a questão pedagógica, a questão de um desafio novo que é creche para o município. Porque a gente tinha as EMEIS integrais, mas aí tem um tempo já que deixou de acontecer, e aí veio o desafio de lançar as creches. (DIRETORA CLÁUDIA)

Segundo Cláudia a função que exercem é delicada pois também é delas a responsabilidade dessa administração como gestoras representantes da Secretaria de Educação, ainda que seja uma novidade essa administração para a Secretaria de Educação. Mais uma vez elas se enquadram no papel de burocratas de médio escalão, justamente por se encontrarem numa posição de mediação ou elo, elas não são a Secretaria, mas qualquer decisão que tomem a respeito do cotidiano da escola, pode impactar na imagem e na responsabilidade da Secretaria de Educação.

Continuando os questionamentos a respeito de suas gestões, questionei se acreditam que as ações realizadas em suas gestões impactaram de forma positiva neste processo, Diretora Cláudia e Diretora Clébia refletem a respeito do questionamento, buscam algo significativo para dizer. Engraçado, pois parecem fazer um esforço para encontrar algo significativo para relatar. No momento da entrevista, ambas parecem começar a responder de forma aleatória quando finalmente encontram algo que pareça se destacar diante de uma pessoa que está atuando como pesquisadora.

A Diretora Clébia mais uma vez se remete ao começo dessa trajetória e se lembra da ausência de currículo ou de planejamento no trabalho desenvolvido antes da municipalização. Faz menção à sua formação no Curso de Formação de Professores, o mesmo que fiz e mencionei na introdução deste trabalho, e relata que o que a assustava no primeiro momento era:

Quando eu assumi a creche não existia planejamento. Ela não existia disciplina. Ela não existia... nada, vou ser bem sincera, era muito difícil, parecia um depósito de criança. (Diretora Clébia)

A gente está assumindo uma Creche, são crianças pequenas, a gente não pode chegar, ó, vai lá, agora vai lá dar um banho, não, vamos planejar. Então eu montei uma rotina. (Diretora Clébia)

E assim começa a relatar as providências que tomou ao receber a responsabilidade da Creche e a gênese da construção de um currículo. Hoje, cerca de 4 anos após o desafio de assumir a gestão da Creche de forma emergencial, a Diretora Clébia acredita que a ação que se destaca em sua administração é a construção de um currículo, uma identidade do espaço. Para ela, não há trabalho coerente sem a constituição de um currículo baseado nos interesses de sua comunidade escolar.

O segundo destaque que trazemos para a reflexão é a fala de Cláudia, no qual ela relata a parceria com a Orientadora Pedagógica – OP – e como as duas exercem um trabalho que se completa, se equilibra, na atuação diante das especificidades do trabalho em Creche.

Então assim, sabe, eu acho que ying yang, essas coisas assim, somos nós, entendeu? Então isso é uma potência, porque se fosse diferente, duas malucas, ia dar ruim, né? (...) “Eu sozinha, não faço nada! (Diretora Cláudia)

Ao ouvir os relatos, me parece que as duas fazem uma divisão dos trabalhos de acordo com suas funções de fato: Diretora Cláudia com a parte burocrática e administrativa e OP com o trabalho pedagógico, de fato. E quando algo acontece além dessas fronteiras, ambas atuam na resolução. Assim, a Diretora Cláudia atribui ao trabalho de sua OP, junto aos professores e demais educadores como um ponto de seu trabalho que se destaca como potência na gestão administrativa da creche.

Ainda na perspectiva da gestão a questão do espaço que ocupam e suas organizações também vêm à tona nas entrevistas, assim, nas narrativas deste tópico foi observada uma maior manifestação de Diretora Cláudia, visto que é a que apresenta questões consideráveis em relação ao prédio que ocupa. Neste cenário, a questioneei se ela acredita que o ambiente da creche proporciona o desenvolvimento integral e integrado das crianças. Em resposta, Cláudia relata que sua equipe recebe muitos pedidos por matrículas e, na impossibilidade de receber mais crianças diante da limitação do espaço, ouviu de uma chefia da SEMED que a culpa seria delas, conforme relato a seguir:

Tá vindo do gabinete e a fala foi: O trabalho não tem culpa. A culpa é de vocês, que fazem um trabalho muito bom. E o nome da creche está na mesa do gabinete de governo. (Diretora Cláudia)

Considerando este cenário a Diretora Cláudia descreve inúmeros acontecimentos relacionados ao espaço e as severas limitações neste quesito. Narra que recebeu a visita de outra chefia da Secretaria, responsável pelas questões estruturais e que a mesma foi questionada pela OP a respeito da possibilidade de um novo espaço:

Aí a superintendente virou pra ela, já amarrou uma carinha falou assim, como assim? (...). A OP dando espaço, decente pra gente. Porque olha só: aí virou pra outra profissional que também era do patrimônio. (...)e tá grávida. E aí falou pra ela assim: fulana, você vai ter o seu filho. A OP estava lá, virada, agitada. Você vai ter o seu filho. Você confiaria o seu filho estudar numa unidade com dois aninhos, subir essas escadas aqui?(Diretora Cláudia)

A questão do espaço para a Creche Colibri é urgente, porém envolve instâncias superiores. Entendendo-me neste momento a posição de gestora, incluo-me na figura do

burocrata de médio escalão (LOTTA,2015), justamente por estar no meio de um cenário em que só posso ouvir a comunidade escolar e levar seus questionamentos à quem tem o poder de decisão, a Secretária de Educação. E esta é mais uma possibilidade de apontamento desta pesquisa, a luta por um espaço de qualidade, um espaço que beneficie e atenda as crianças com segurança e possibilite a proposição de experiências significativas e que culminou no desenvolvimento integral das crianças.

O Ato de Criação e as verbas do PDDE Municipal também foram assuntos abordados nesta resposta, as explicações referentes a cada um deles já foram explicitadas em tópicos anteriores, porém esse assunto retorna justamente para destacar que a verba em questão, que é usada somente para pequenos reparos. Mas seu uso também denota discricionariedade na medida em que pôde, através de uma liberação eventual, ser usado para construir uma rampa de acesso à cadeirante na recepção da Creche Colibri, conforme se verifica no diálogo abaixo entre um representante da Secretaria de Educação, responsável pelo patrimônio e Diretora Cláudia, buscando uma alternativa se resposta a um processo encaminhado pelo Ministério Público impetrado por uma responsável de uma criança cadeirante:

- *Tem como você fazer a rampa?*
 - *Falei assim: Então, mas a rampa é estrutura. E aí eu não posso usar.*
 - *Não pode sim. A gente vai fazer aqui, você vai poder sim. E o seu processo não vai voltar! Aí eu tive com os meus 1.372,00, que você sabe que não é só isso que gasta na rampa. Tive que fazer dois momentos, usar uma parte toda e um pedaço da outra, pra ele arrumar a rampa, botar o corrimão! (Diretora Cláudia)*

Nesta perspectiva, Cláudia e sua equipe levantam um desânimo diante da possibilidade de conseguir parceiros e receber doações se a estrutura física não contemplar os materiais recebidos, nem novas matrículas com vistas à expansão do atendimento.

Então é um espaço melhor pra gente. A gente tá aqui nesse espaço, que é um cubículo. A gente tá... quantas famílias batem no portão e a gente não pode atender? Vontade de trabalhar a gente tem. Ninguém pode dizer assim, ah, que elas são assim tão se escondendo, tipo fala que tem um grupo de alunos e tem outro? Não, não é isso não. (Diretora Cláudia)

No texto acima, a Diretora Cláudia narra uma resposta dada quando questionada pela integrante da equipe de Patrimônio relatada acima. Trouxe novamente este relato, pois a mesma traz o rotineiro pedido de vagas, tanto por políticos da região, quanto pela própria secretaria. Ao negar, e “devolver” a criança à Secretaria, ela convidada a resolver:

“Aí eu tenho que ficar mandando para a secretaria. Aí a secretaria manda de volta porque a diretora vai dar um jeitinho. Eles falam isso lá, tá?” (Diretora Cláudia)

Mais uma vez é colocado em evidência o papel do burocrata de médio escalão dotado do poder de decisão levando em consideração a discricionariedade.

Outra questão que merece destaque na narrativa em relação ao espaço é a antiga divisão do prédio. Este foi um desafio que permeia a rotina da Creche por, pelo menos, três anos. No andar térreo, ficava a Creche e no segundo piso, uma EMEI e ambas dividiam todas as áreas comuns. Há alguns meses atrás, um prédio plano, que havia sido utilizado como Creche da iniciativa privada, foi locado pela Secretaria de Educação. A Expectativa da Diretora Cláudia e, de toda a sua equipe, era que a Creche Colibri se mudasse para este espaço, que fica num quarteirão bem próximo. Para a surpresa de toda a equipe, a escola que se mudou para o espaço novo foi a EMEI, e a Creche Colibri se mantém no mesmo espaço, com os mesmos problemas.

Mas não fui à porta, porque não quis mesmo magoar o coração. Porque você acaba se sentindo desvalorizada. Poxa, você faz um trabalho tão legal, mas o valor não é visto né? Porque você continua no mesmo espaço, entendeu? (Diretora Cláudia)

Será que a gente não está sabendo olhar? Porque às vezes, eu me perguntava várias vezes, será que eu não estou sabendo olhar? Eu estou legal mesmo? (Diretora Cláudia)

No fim das contas, com o espaço inadequado sendo mantido e as visitas que chegavam elogiando a estrutura, a equipe começou a se questionar e a repensar seus próprios conceitos a respeito do espaço, demonstrando desconforto diante deste cenário.

No desenrolar da entrevista questionou ambas as diretoras a respeito de ações, em âmbito geral, elas acreditam que podem ser realizadas para a melhoria da qualidade das creches geridas por elas. À respeito da Creche Pardal, Clébia começa contando que coisas gostaria de realizar no espaço, mas faz questão de ser contundente quando informa que esses são apontamentos da equipe. Ela relata que nesta gestão ela sempre considera as vozes dos educadores do espaço.

Com professores, todo mundo junto, administrativo, até o pessoal da limpeza. A gente coloca que é e, assim, as merendeiras e o pessoal da limpeza passam pra gente a dificuldade deles e é dentro do nosso espaço, então isso a gente tem que adequar. O que foi ruim? Então vamos melhorar para 2024, igual agora a gente já está na conversão, né? O que a gente vai poder melhorar para 2024 que 2023 não deu certo? Até porque isso também é o objetivo de desenvolvimento da creche, né? (Diretora Clébia)

Embora ela destaque que “*está no céu*” em relação ao que tinha antes, ainda há

possibilidades de ajuste no espaço que ela e sua equipe acham que seriam relevantes: i. A construção/organização de um refeitório; ii. Uma melhoria no ambiente para descanso dos funcionários e professores; iii. Aumentar o número de salas de turmas; iv. Uma Orientadora Pedagógica em horário integral seria ideal para desenvolver um trabalho diretamente com os professores; Na ausência desta profissional, quem assume essa orientação é a própria Diretora Clébia.

Aproveito o ensejo para questionar como foi elaborado o currículo da escola e Diretora Clébia relata que todos os integrantes da escola foram incluídos nessa construção, inclusive o pessoal da administração, por exemplo. Todos que de alguma forma lidam com as crianças participam dessa elaboração. Informa que nesta escola existe abertura para ouvir e replanejar.

Já na narrativa de Diretora Cláudia, demonstrando sua preocupação com o processo de matrícula que se espera para 2024, afirma que a solução mais viável para a Creche Colibri, seria uma mudança de espaço de fato, inclusive pensando na expansão do atendimento da criança de 0 a 3 anos na própria Rede. Relata que a adaptação vem chegando e as famílias querem e devem estar presentes, o que agrava bastante na questão da logística do espaço.

No fim das contas a questão do espaço, que é absolutamente relevante, volta à discussão e reflexão e demonstra que ambas, incluindo a Creche Sabiá que não pôde participar da etapa de entrevistas, necessitam de ajustes de pequenos à grande porte para que a qualidade do direito seja assegurada.

Ao final dessa reflexão conclui-se que a gestão dessas diretoras vem se construindo com os desafios diários, e ambas buscam as contribuições de suas comunidades escolares para que essa gestão ocorra de forma democrática, dividindo responsabilidades e decisões possíveis entre os atores que integram a escola em diferentes papéis.

c) “Eu quero mais”

Nas entrevistas que realizamos, começamos os relatos trazendo a evidência os desafios que permeiam o processo de municipalização, optamos por trazer este tópico no final desta seção justamente para contrapor ou comparar com as perspectivas que as diretoras trazem em suas concepções e planejamentos para o futuro das instituições. O questionamento a respeito dos desafios, deu às diretoras margem para que pudessem falar sobre diferentes assuntos. As respostas foram longas e permeadas de questões que desenrolam uma história vivida nos últimos 4 anos.

Um dos primeiros assuntos que valem uma reflexão é o relato do desconforto com o desconhecido, neste cenário as diretoras tiveram como consequência o medo de não conseguir e a sensação de ser *responsável por uma invasão* uma vez que foram nomeadas para um cargo.

Relatam que na dificuldade enfrentada à época era difícil vislumbrar um futuro. Ambas relatam um crescimento, tanto no quantitativo de crianças quanto na referência que vêm se tornando. Atribuem o mesmo à construção de uma identidade positiva nas comunidades, ao fortalecimento da equipe que juntas se constituíram e de uma relação potente com a comunidade escolar.

... a gente veio nesse processo aí de 2019, quando a gente entrou, assumiu um grupo, onde a gente precisou ganhar esse grupo. Por conta de todas aquelas questões de encerramento, enfim, foi para eles abrupto, né? Mas eu acho que já existia um interesse do fechamento com a própria Diocese. Então assim, mas para eles era uma invasão. O grupo que estava, a gente estava invadindo a secretaria. E nós, enquanto funcionários, éramos o povo que ia maltratar as crianças. (Diretora Cláudia)

... em relação de 2021 pra cá, ela melhorou, vou botar, não vou botar 100% porque nunca está 100%, mas vou botar 80%, porque você sabia, né, eu estava em espaço emprestado,, a creche toda resumia em duas salas e eu tinha que ter três turmas em duas salas... (Diretora Clébia)

A Pandemia por Covid-19 aparece como um agravante do processo. Foi cogente lançar mão de estratégias diferenciadas para que o trabalho transcorresse num contexto de redução de danos. Assim, o que parecia negativo no processo acabou por se tornar uma ferramenta de aproximação das famílias com a gestão, e consequentemente, com o espaço. A criação de grupos de WhatsApp, utilizados à época, conforme já mencionado neste trabalho, como meio exclusivo de comunicação, se mantém atualmente como mais uma forma de recomendações e orientações, além de possibilitar uma aproximação das famílias com o trabalho da escola.

A localização da Creche Colibri, conforme se pode verificar na imagem abaixo, próxima do Terminal Rodoviário, da Estação de Trem e da Via Light a privilegia em alguns aspectos, mas pode ser dificultada em outros.

O espaço não possui carência de profissional. Diferente de muitas unidades da Rede, esta escola recusa professor e demais funcionários que buscam uma colocação no espaço justamente pela localização muito próxima do Centro da cidade.

Porque trabalhar no Centro todo mundo quer, o professor vai querer! Tem um monte que me liga! Quando descobre meu telefone, eu falo assim, porque eu fui em uma amiga? E aí eu vi o trabalho de vocês, aí queria eu trabalhar na Creche, tem vaga? Eu sou professora da Rede. Aí eu falo assim, gente, eu não tenho como. Recusando o professor. Tô recusando o professor! (Diretora Cláudia)

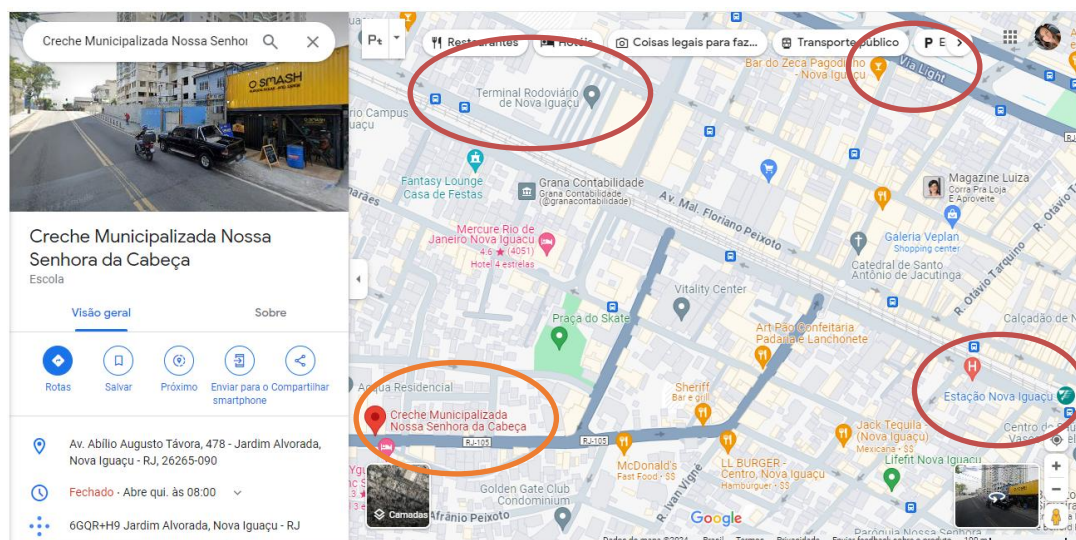


Figura 10: Localização da Creche Colibri

Em contrapartida, a mesma centralidade que chama a atenção de educadores que desejam trabalhar no espaço, também chama a atenção de responsáveis que buscam matrículas de seus filhos. Neste cenário, a matrícula de 13 crianças com deficiência representa cerca de 27% das matrículas do espaço. Partindo do pressuposto de que para cada matrícula de pessoa com deficiência, reduz-se duas vagas, a maior concentração de matrículas de crianças com deficiência diminui ainda mais a capacidade de atendimento da Creche.

Mas mesmo assim a gente ainda ficou com 13 crianças laudadas, PCDs na casa. Então aí foi um desafio trazer profissional de apoio à inclusão. Mas que, assim, eu não posso reclamar que as meninas lá do setor de educação inclusiva, elas foram... elas abraçaram, meio que é causa comigo, foram tentando, puxando, tanto que eu tenho duas, só uma sala que é comum, mas assim, eu tenho duas, nas outras duas salas, duas profissionais de apoio e inclusão (Diretora Cláudia)

Ainda considerando o questionamento dos desafios da atualidade o espaço aparece nas falas das duas Diretoras, porém este assunto será tratado em tópico adiante, justamente pela densidade que o mesmo engloba. Paralelo a ele, há a questão da ausência do Ato de Criação e, consequentemente a falta do INEP⁹, ou podemos dizer, até da existência desses espaços

⁹ O INEP atribui um código para cada unidade escolar do país. Esse código permite identificar de maneira unificada cada uma das escolas brasileiras, de acordo com o cadastro junto ao MEC, contendo oito caracteres numéricos e nenhuma letra.

oficialmente. Conforme pode ser verificado na narrativa destacada abaixo, sem o registro oficial da unidade escolar, as Creches configuram-se ainda como comunitárias, o que a coloca numa espécie de *limbo*.

Então assim, eu já falei assim, tô chata, eu só falo disso, parece até que eu tô só interessada em dinheiro, mas não é gente, porque na verdade a verba federal te dá uma outra linha de pensamento. Assim, de alguma forma eu passo a não depender só da prefeitura, que tem o seu dever. É, e existo, né? Eu tenho CNPJ, só. Eu não vou nunca mais ser comunitária no CENSO, porque a minha ainda é comunitária. Eu sou comunitária no CENSO. (Diretora Cláudia)

Em virtude da *não existência* oficial destas escolas, não existe a possibilidade de receber as verbas federais do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, por exemplo. Neste cenário ambas são contempladas com o PDDE Municipal, que compreende o valor de R\$2.372,00 mensais.

Muito mais do que o valor da verba recebida, não ter um Ato de Criação, um código do INEP coloca as unidades escolares e todo o trabalho desenvolvido num lugar que não favorece a consolidação de suas identidades. Uma sensação de incompletude aparece nas falas das Diretoras enquanto realizam suas narrativas, a frase “*eu não tenho um ato de criação*” aparece 6 vezes na entrevista com Diretora Cláudia e embora não seja explícita, Diretora Clébia também demonstra a dificuldade nas entrelinhas de seu discurso quando versa a respeito da verba recebida.

As perspectivas de futuro foram importantes apontamentos na monografia de especialização. Trazer esse questionamento da entrevista novamente foi proposital para que pudesse estabelecer um comparativo entre as falas à época do início da absorção e o que as diretoras apontam como perspectiva atualmente. Neste cenário, foi possível atribuir rupturas e continuidades nas falas das próprias diretoras. Assim, quando questionadas em relação às perspectivas de futuro para a Creche, tanto Diretora Cláudia quanto Diretora Clébia tecem considerações de âmbito geral, porém as em relação ao espaço, ocupam maior parte das narrativas das duas.

Então assim, eu penso, futuramente assim, Deus permitir, se eu pudesse ampliar assim, pegar um espaço bem grande e ter assim uma Creche, eu posso chegar a minha Creche em 200 crianças, né? Eu quero aumentar, sim, eu penso em uma aumentada, dar mais oportunidade para as crianças entrarem mesmo, ter esse carinho que as que já têm, as que não têm, nunca tiveram contato. (Diretora Clébia)

A meta é nova, em relação à pergunta realizada há quase 4 anos atrás e ambiciosa.

Atender a 200 crianças em Creche seria uma perspectiva bastante interessante, e não é impossível, visto que o Governo Municipal está em vias de finalizar a obra de uma das Creches construídas com verbas do PROINFÂNCIA. Esta Creche atenderá 188 crianças em horário integral. Quase a meta pretendida pela Diretora.

A diretora Cláudia se permite sonhar em sua resposta, relata um cansaço e um gasto de energia em pedir um novo espaço há tanto tempo. Mesmo que o aumento de espaço signifique mais trabalho e a mesma quantidade de valor financeiro em troca de seu trabalho, segundo ela, o que lhe cabe agora é sonhar:

É pensar num primeiro ponto, que a gente poderia, até junho, quem sabe, né? No próximo ano de 2024, ganhar um espaço novo. (Diretora Cláudia)

Narra também que gostaria do Ato de Criação para demarcar a existência da Creche de fato, e poder modificar seu nome para um nome laico, já que, ao final da entrevista ela relata que não concorda com o nome ainda utilizado pela Creche, justamente pelo caráter laico que deve ser mantido, por mais que não se incentive ações religiosas nas práticas pedagógicas entram em contradição com a escola laica estabelecida nos marcos oficiais da educação. O Estado é laico, portanto, toda e qualquer repartição pública deve caminhar dentro do princípio da laicidade, sendo a escola um espaço público e, por conseguinte, devendo ser laica, o que denota a urgência da substituição do nome de tais instituições. E na impossibilidade da mudança de espaço, ela já *sonha* com uma cobertura na área da frente e um controlador de trânsito para os horários de entrada e de saída.

Já entreguei para Deus e falei assim, não vou pedir mais, porque eu estava achando que eu estava virando chata. Entendeu? Porque eu chegava cadê meu ato de criação, e aí, ato de criação, ato de criação, gente, eu não tenho ato de criação. (Diretora Cláudia)

No próximo tópico trataremos a respeito dos destaques positivos, das potências observadas nessas administrações, como as gestoras vêm sustentando esse processo desde o ano de 2019 além de destacar as dificuldades que as mesmas elencam na atualidade.

3.1 A potência dos sujeitos deste contexto

Ao categorizar as narrativas das Diretoras e realizar as observações durante o processo de pesquisa, foi possível refletir a respeito de práticas que reverberam de forma positiva. Talvez estes sejam os motivos para que estas diretoras continuem em seus cargos,

administrando estes espaços que são tão imbricados de especificidade.

Cabe destaque para o processo consultivo para a escolha de Diretores que ocorreu na Rede Municipal de Nova Iguaçu no ano de 2023. Na ocasião, as comunidades escolares tiveram a possibilidade de escolher as melhores propostas administrativas apresentadas pelos candidatos à gestores em suas unidades. Foi um processo realizado em diferentes etapas, com a participação intensa da comunidade escolar, que pode decidir através de um Fórum, os critérios para a candidatura, documentado e com todas as etapas publicadas em atos oficiais, o que fez com que o processo fosse amplamente divulgado. Neste cenário, das 144 escolas, 11 unidades escolares não participaram deste processo, por diferentes motivos: ausência de chapas candidatas, irregularidade no processo ou ausência de Ato de Criação foram alguns dos motivos que motivaram a suspensão dos processos nesses espaços.

As Creches Municipalizadas não participaram do processo consultivo justamente por ainda não terem seus Atos de Criação, o que já foi discutido em tópicos anteriores neste trabalho. Assim, as Diretoras dos espaços que são objeto desta pesquisa se mantiveram nos cargos à frente da administração de suas unidades por indicação da Secretária de Educação. Cabe informar ao leitor, que as outras instituições que tiveram processos suspensos, tiveram novas gestões indicadas pela Secretária de Educação de forma temporária, até que seja possível se realizar novos processos consultivos. Trago essas informações a este tópico para que entendamos que se em outros espaços escolares indicações de novas gestões foram feitas e nas Creches, as mesmas gestoras se mantêm desde a absorção, significa que as mesmas vem realizando um trabalho significativo e bem visto pela SEMED.

Se configura como um trabalho permeado com acertos e erros, como o de qualquer outra administração escolar. E isto pode ser verificado nas narrativas das próximas gestoras, que relatam suas tentativas e erros na busca de realizar o melhor trabalho possível. Essas Diretoras vem realizando um trabalho árduo, cheio de minúcias e subjetividades. Suas unidades escolares possuem características bastante específicas no desenvolvimento das rotinas do dia a dia. Alguns colegas apontam que *gerir a Creche é mais fácil pois não se tem uma preocupação com o IDEB*, frase comumente ouvida nas reuniões entre gestores da Rede. Essas pessoas desconsideram as responsabilidades dessas Diretoras no que diz respeito a se caracterizar como o primeiro espaço em que a criança é inserida após o grupo familiar, e desconsideram também o momento político histórico pós-pandêmico que vivemos, em que as crianças conviveram durante a maior parte de sua vida com adultos, ou em ambientes e situações que não favorecem o desenvolvimento e a socialização dessas crianças.

O trabalho com elas e com suas famílias requer um olhar atento e uma escuta sensível

para que se possa realizar experiências empáticas e de excelência na medida em que se consideram os sujeitos. Não destaco este ponto em detrimento do trabalho de unidades escolares de Ensino Fundamental que tem maior foco na escolarização, este processo faz parte! E as crianças destas unidades também passaram pelos desafios da pandemia, sofrendo as implicações de acordo com suas idades. Mas também não se pode deixar essa frase dita, e redita por outros colegas sem refletir a respeito de suas implicações e destacar a potência dessas gestoras neste contexto.

Das potências visualizadas no processo desta pesquisa o acolhimento, a escuta e o lugar de fala dado às famílias é um ponto de destaque na gestão. Trago luz a este assunto pois verifica-se que assim, a equipe vem construindo uma relação de confiança e consolidando um trabalho respeitoso. Quando elas afirmam que o foco é nas crianças e as famílias são consequência, elas atendem ao pressuposto da própria Carta Magna, que assegura os direitos das crianças em diferentes abrangências. Embora sejam poucas as crianças que tenham acesso a este serviço público, em relação à população iguaçuana até 3 anos, as que são atendidas nestes espaços vivem uma experiência respeitosa no sentido da garantia do direito.

Outro aspecto que é relevante trazer à reflexão é a administração de fato. As três recebem pouco mais de R\$2.000,00 para realizarem as manutenções necessárias em seus espaços e adquirir o que é imprescindível ao funcionamento. É um valor ínfimo diante do desafio que é posto. E mesmo assim, essas mulheres conseguem distribuir esse dinheiro de forma minimamente possível para sustentar esse trabalho. A publicação do Ato de Criação é urgente, não só para garantir a existência desses espaços, mas para que possam acessar as verbas e os programas do Governo Federal, melhorando consideravelmente a qualidade do serviço oferecido nessas unidades.

A relação com as professoras também é um ponto de destaque nesta história. Diretora Cláudia e Diretora Clébia se colocam numa posição de quem não trabalha de forma solitária ou mesmo numa postura autoritária. Neste cenário, as professoras e demais educadores são colocadas como participantes do processo de construção do trabalho da escola, prova disso é a participação na construção dos currículos e a chamada à responsabilidade no dia a dia. Esta conduta coloca essas gestoras como administradoras de fato. Demandar e empoderar sua equipe, dividindo responsabilidades possibilita a construção de um trabalho coletivo e um entendimento de que a escola não pertence ao gestor, mas sim, à comunidade escolar.

Ao questioná-las a respeito dos desafios que permeiam o trabalho na atualidade, as diretoras trazem diferentes perspectivas a respeito de seus espaços. Para Cláudia, *a ausência de um Ato de Criação*, conforme mencionado algumas vezes no decorrer deste trabalho, é o

maior desafio, visto que essas creches existem num contexto de informalidade na Secretaria, porém não existem oficialmente para o Governo Federal, trazendo consequências financeiras e na construção da identidade do próprio espaço. Já para a Clébia, o principal desafio hoje, é alinhar o trabalho dos professores para que possam fazer um trabalho coerente e próximo, configurando uma marca da Creche Pardal.

No fim das contas, essas mulheres receberam a responsabilidade de um segmento novo numa Rede de Ensino, vindo da iniciativa privada, com marcas e características muito fortes de um atendimento assistencial, com uma comunidade escolar exaltada diante dos entraves e tensões da municipalização. Enfrentaram, alguns meses depois desse processo inicial, uma pandemia, em que tiveram de repensar o trabalho realizado à distância de forma responsável para com as crianças de 2 e 3 anos de idade e suas famílias, num contexto de perdas financeiras e pessoais, num contexto delicadíssimo. Assumiram essa responsabilidade em espaços inadequados ou improvisados que são adaptados e temporários, desde 2019. Administram estes espaços com uma verba irrisória. Além das questões banais e corriqueiras das rotinas diárias na administração de uma unidade escolar. Essas mulheres são potências! Elas sustentaram este trabalho de forma dedicada e sensível. Construíram as identidades de seus espaços e ganharam o respeito das famílias e da própria Secretaria através de muito trabalho e responsabilidade.

Na próxima seção serão trazidas algumas contribuições e reflexões da pesquisa, inclusive das fragilidades que foram verificadas ao longo do processo.

Algumas falas e observações foram realizadas a partir da escuta das narrativas das Diretoras, essas narrativas serão trazidas à reflexão neste tópico do texto que serve, para que seja possível construir políticas públicas com foco na formação continuada, com o objetivo de alinhar uma proposta de trabalho respeitosa para com as crianças e para as próprias gestoras.

Observa-se nos discursos de ambas as diretoras uma tendência a usar o diminutivo na narrativa em diferentes aspectos, porém chama-nos a atenção tal uso para se referir a problemas.

Com os responsáveis, assim, nunca tive problema. A gente sempre tem um ou outro que quando você vê que precisa daquele puxãozinho de orelha porque o filho está abandonado. (Diretora Clébia)

Talvez elas não se deem conta disso. Talvez seja uma repetição de padrão. Talvez seja uma tendência a repetir um contexto histórico de minimizar *a escolinha dos pequeninhos*, como se tudo o que tivesse relação com a Educação Infantil pudesse ser minimizado ou

infantilizado através do diminutivo.

Pode-se verificar na narrativa de Diretora Cláudia uma preocupação com a forma com que as crianças são tratadas pelos educadores, demonstrando um cuidado com o jeito de falar e acolher no ambiente, que é estranho às rotinas das crianças que estão começando a jornada escolar. Esta conduta demonstra cuidado, preocupação e proteção das crianças.

Diretora Clébia também demonstra em suas falas, os mesmos cuidados e verbaliza o amor e carinho que demanda à seu trabalho, porém, me parece que, na tentativa de se aproximar das crianças, mesmo que tenha a melhor das intenções, o uso de apelidos, como o faz quando diz “*meus chorõezinhos*” é pejorativo e desrespeitoso com as crianças. Talvez também seja fruto de hábitos e costumes antigos e estruturais. Passei pela mesma formação de Diretora Clébia no Curso de Formação de Professores em nível médio, e era muito comum ver as professoras da escola, ou mesmo inspetores e diretores, educadores em geral apelidaram os estudantes, isso era comum. Aliás, até hoje nos referimos aos inspetores com apelidos. Não estou justificando o uso do apelido, do contrário, o condeno veementemente, porém é preciso compreender que a Diretora Clébia os utiliza de forma estrutural, sem a intenção de ofensa, tentando se aproximar e demonstrando afeto, por mais pejorativo que seja.

A sanção, como o uso da “*cadeirinha da Tia Clébia*” ultrapassa muitos limites em relação ao trato diário com as crianças. Esta é uma prática retrógrada, que em nada ajuda no desenvolvimento da criança. Quando eu tinha 4 anos, existia a “*cadeirinha do feio*” na minha turma de Jardim de Infância. Nunca me sentei nela, mas já fui testemunha de como isso só trazia vexame e humilhação. Em nada contribui com o desenvolvimento da comunicação da criança ou com o entendimento de que ainda não era sua vez de brincar com o brinquedo que tirou a força do amigo, por exemplo. A quem serve a “*cadeirinha da Tia Clébia*”? Mas uma vez digo que não estou aqui para condenar atos, mas para trazê-los à reflexão. Se uma criança de 2 ou 3 ou qualquer idade se desorganizar a ponto de sentar na “*cadeirinha da Tia Clébia*”, fazê-lo, resolveria a questão? A diretora Clébia comenta em suas falas que há dias ruins para as professoras, e que neste dia ela tem a sensibilidade de compreender, de abraçá-las... Por que não usar as mesmas estratégias com as crianças?

Ainda percebe-se também tanto nas narrativas de Diretora Cláudia, quanto de Diretora Clébia falas marcadas por ações assistencialistas. O que já foi discutido neste texto, mas não se pode deixar de destacar como fragilidade. As Creches foram municipalizadas justamente para garantir o caráter educacional do espaço, isso dizendo a grosso modo. E quando este movimento acontece, ao invés de as Equipes representantes da Secretaria assumirem uma postura de defesa da Creche como espaço do *Educar e Cuidar*, me parece que diante do

contexto, elas reforçam costumes e falas assistenciais e compensatórias. É preciso cuidar dos discursos e das práticas para não fazer da Creche um espaço de guarda.

Tais condutas mencionadas acima demonstram não compreender as crianças como sujeitos de direito, que devem ser chamados pelos seus nomes; devem ser *educados e cuidados* e precisam do apoio até que consigam resolver seus conflitos de forma independente e autônoma.. As crianças são inseridas na escolaridade justamente para se desenvolver integralmente, e qual o nosso papel como educadores neste sentido?

Nosso papel como educadores é de uma vez por todas entender essa criança como sujeito de direitos que o são, considerando seus saberes, seus quereres e suas especificidades sem subestimar suas capacidades ou o trabalho que se deve desenvolver com elas. Devemos nos entender como mediadores, parceiros mais experientes que podem e devem apoiar e incentivar para que as crianças construam a habilidade de se comunicar ou resolver seus conflitos da melhor maneira que sua pouca idade permita. Nosso compromisso deve ser com o desenvolvimento pleno das crianças que estão sob nossa tutela e guarda.

De todas as fragilidades levantadas neste trabalho, a mais grave não está sob a responsabilidade da Diretora Cláudia ou Diretora Clébia, mas sim da própria Secretaria de Educação. A conduta em questão foi o fechamento de duas turmas de Creche que eram atendidas em horário integral em detrimento do atendimento de duas turmas de Pré-Escola que já existiam em outra unidade escolar. Ou seja, reduziu o atendimento, que no início da municipalização era de 156 crianças e agora, as três Creches atendem a apenas 111 crianças de até 3 anos de idade. Mais uma vez, a questão da não obrigatoriedade do atendimento em Creches sofre um impacto pesado. Talvez essa conduta se dê em razão das seis Creches que serão inauguradas. Porém independente das vagas que possam abrir, reduzir vagas num segmento recentemente criado em detrimento de espaços que ainda não inauguraram não resolve o problema de imediato. E o que parecia ser o princípio de uma caminhada para cumprir a Meta 1 do PNE, acaba por dar um largo passo para trás.

Lidamos com a Educação Infantil, a primeira etapa da Educação Básica. Um segmento amparado por Leis e que prevê, como principal trabalho atender as crianças como sujeitos de direito, com foco no seu desenvolvimento integral. Mas ao mesmo tempo, lidamos com uma certa imaturidade dessas Leis diante de um contexto histórico que a precede, favorecendo uma política assistencial, compensatória e/ou preparatória para o Ensino Fundamental. Talvez, pautados nestes contextos, muitos educadores ainda carregam em suas estruturas uma tendência a minimizar este trabalho e os problemas relacionados a eles, justamente pelo atendimento da criança pequena até os 5 anos de idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou descrever os processos implicados da política pública de municipalização de 3 Creches no ano de 2019. Até então, esses espaços eram mantidos pela Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu, instituição parceira do Município no atendimento de Creches e Pré-Escolas. A pesquisa foi realizada no ano de 2023.

A primeira informação relevante que deve ser destacada é que estas 3 Creches, eram, até meados de 2023 os únicos espaços que atendiam exclusivamente crianças de até 3 anos na Rede Municipal de Nova Iguaçu, este foi o primeiro recorte de pesquisa. Nos meados de 2023, uma das Creches fechou duas turmas de 2 e 3 anos, e começou, em atendimento às ordens da SEMED, a atender turmas de Pré-Escola deixando de ser uma Creche. Foi levantada como hipótese inicial neste trabalho que o processo de municipalização estaria permeado de inúmeros desafios, alguns deles, já conhecido por esta pesquisadora, justamente por já ter descrito esse processo inicial no caminho na pesquisa de especialização. Na busca de aprofundar os conhecimentos em relação a este processo, essa investigação tem como objetivo refletir que desafios são apresentados e como os atores envolvidos se destacam na execução de seus papéis como personagens ativos neste cenário.

Os dados apresentados, foram levantados através de análise de dados demográficos de número de matrículas, visitas realizadas aos espaços e entrevistas semiestruturadas com as Diretoras de duas das três Creches. O trajeto dessa análise considerou também a análise documental, onde foi possível investigar o funcionamento das parcerias público privadas, por exemplo. Muito mais que uma ação emergencial, a municipalização das Creches representou um esforço da Secretaria de Educação do município no sentido cumprir o que se determina no MROSC, e manter esse atendimento até a presente data denota este esforço. Porém, por maior que seja este esforço, o atendimento das crianças até 3 anos ainda está longe de atingir a Meta 1 no PNE.

A parceria público privada foi a primeira categoria de análise apresentada nesta pesquisa, onde pode se destacar como é que se configura seu funcionamento e a manutenção dessa parceria no atendimento em Creches e Pré-Escolas.

Também foi realizada uma análise a respeito dos critérios de matrícula na Rede, através da Portaria de Matrícula apresentada, neste caso, publicada ao final de 2022. Esta investigação evidenciou que quando se determina critérios de acesso, significa que não há vagas para todos e que é preciso usar esses critérios para que se tenha um ranking de quem entra primeiro. Além dos critérios, a matrícula on-line reforça a desigualdade social na

medida em que se necessita de um celular com acesso a internet para efetivar a matrícula. E, por fim, a ausência de uma listagem unificada de estudantes na espera de vagas, ou mesmo um sistema que concentre estas informações torna o processo turvo e desigual.

Fazendo uma espécie de cruzamento de dados entre a parceria com as OSC's e a oferta de vagas do Município, chega-se à conclusão que uma grossa fatia do atendimento da Educação Infantil encontra-se sob a responsabilidade das instituições parceiras, principalmente no que se refere ao atendimento de crianças até 3 anos de idade em Creches.

Dentre as diversas pesquisas relacionadas ao atendimento de crianças em Creche na Baixada Fluminense, que apontam para um atendimento com foco na obrigatoriedade da Pré-Escola, trazer um olhar para a Creche, em específico para os desafios ainda vividos por 3 Creches oriundas da parceria público/privado, se caracterizando atualmente como os únicos espaços da Rede Pública Municipal de Nova Iguaçu que atendem a crianças de 0 a 3 anos, denota a relevância deste trabalho.

Nesta pesquisa descrevemos o desenrolar de uma política emergencial de atendimento ocorrida no ano de 2019 e trazemos à reflexão as mudanças, permanências e desafios que atualmente permeiam esses espaços. Ainda que a ação emergencial tenha ocorrido para garantir a permanência de 156 crianças na Creche, o que se percebe atualmente é que alguns desafios apontados à época permanecem e outros são inclusive, agravados. Como a própria oferta de vagas nos 3 espaços, que hoje contemplam 111 crianças na faixa etária da Creche.

Inicialmente o foco desta pesquisa eram os desafios enfrentados, mas no desenrolar da investigação observamos que as Diretoras, que eram as mesmas desde o processo de municipalização, exerciam um papel fundamental sustentando este trabalho. Então o que inicialmente se delineia como uma pesquisa para compreender um fenômeno, se volta para a investigação da ação de sujeitos imersos neste contexto e como os mesmos, que também são responsáveis pela implementação desta política, sustentaram o processo que se desenrolou até aqui.

Os dados produzidos através das entrevistas demonstram o quanto as Diretorias envolvidas neste processo, se envolvem e contornam as questões das rotinas diárias para a manutenção de funcionamento e no atendimento a essas crianças e suas famílias. Através das visitas e entrevistas foi possível categorizar que desafios são esses, as continuidades e rupturas do processo que se delineou até aqui.

O referencial teórico escolhido considera o processo de transferência das Creches da Assistência Social para a Educação, o que deixou marcas bastante específicas nesses espaços e nas práticas exercidas neles até hoje. Ainda que municipalizadas, ainda é possível perceber

nas narrativas das Diretoras uma certa confusão entre o tênue limite entre o *Educar e Cuidar*, e práticas que se configuram como assistenciais ou compensatórias. Em contrapartida, as mesmas explicitam a necessidade de criarem seus próprios currículos e suas identidades partindo das realidades de seus sujeitos.

Pode-se concluir que diante de uma rotina diária cheia de incertezas, que essas servidoras demonstram um domínio a respeito das estruturas de seu trabalho e um profundo conhecimento de sua comunidade, ainda que recentemente imersa nela. As experiências que adquiri nos últimos quatro anos são combustíveis para decisões que demonstram seu comprometimento com seu trabalho e com a comunidade que atende. Neste cenário, algumas tomadas de decisões realizadas por estas mulheres buscam a adaptar-se e a seu trabalho às regras estabelecidas pela própria Secretaria, e também atender às necessidades de sua comunidade, o que as coloca no lugar de burocrata de médio escalão.

Assim como o vultoso trabalho realizado pelas Diretoras em seus espaços, suas atuações, em diferentes âmbitos, garantiram uma construção que vem se consolidando ao longo dos anos. Essas mulheres são responsáveis por sustentar esse processo permeado por desafios nestes últimos quatro anos. E por mais que relatem que foram atendidas, em muitas situações tiveram de resolver sozinhas, ou com suas próprias equipes. Muitas vezes, se dizem desamparadas nas ações da Secretaria de Educação, como pode se verificar na narrativa da Diretora Cláudia que relata *o gasto de energia e a desistência em pedir um novo espaço*. Diante dessa ausência, num segmento novo e cheio de especificidades, essas mulheres desenvolveram um trabalho respeitoso e autônomo.

Ao findar esta investigação e conhecer mais a fundo os desafios que minhas colegas enfrentam, meu sentimento, como gestora da rede e, assim como elas, uma burocrata de médio escalão, é de impotência e ao mesmo tempo de alegria. Alegria por colocá-las num foco positivo, num espaço de escuta. Que diante de um contexto permeado por conflitos desde sua gênese, pude exercer o acolhimento e reconhecimento de seus trabalhos e dos desafios diários que enfrenta. E de impotência, justamente por não ter autonomia para apoiá-las em questões que estão além de minhas possibilidades como membro representante da Secretaria de Educação. Este trabalho não se configura como uma crítica ao trabalho dessas Diretoras, mas como espaço de reflexão e discussão, onde possibilidades de caminhos para desenvolver um trabalho a partir de suas falas, de suas necessidades pode ser construído em conjunto, estabelecendo políticas que atenderão às especificidades de cada um desses espaços.

Na semana final de escrituração deste trabalho, obtive a notícia como Gestora da Rede, da inauguração de 2 das Creches construídas com recursos do PROINFÂNCIA, isso significa

um aumento de quase 200 vagas exclusivas e em horário integral para a Creche. A boa notícia é que uma delas abrirá vagas para crianças de um ano de idade, que é uma faixa etária que ainda não é atendida pela Rede Pública. Ainda não há previsão de atendimento dessa faixa nos documentos que regem a Educação Infantil, o que demandará uma reestruturação de tais documentos. Mister salientar esta iniciativa em razão do ineditismo desta política municipal. Ao longo deste trabalho foram relatadas as ausências neste atendimento em detrimento de outros municípios da Baixada Fluminense. No fim das contas, mesmo com pequenas vitórias diante de um cenário de reestruturação da educação nacional, os resultados começam a aparecer e isso demonstra para nós, educadores, pesquisadores, servidores, cidadãos que resistir é preciso e vale a pena!

Espera-se que este trabalho possa contribuir com o desenvolvimento desses e outros espaços e equipes. Além disso, os relevantes apontamentos podem contribuir para a construção de políticas adequadas a este público, a saber, a relação público-privado nas ações de conveniamento. E é neste aspecto que existe um cruzamento entre a figura da Pesquisadora com a Gestora da Rede Municipal: a possibilidade de apontar caminhos possíveis e adequados para que os desafios apontados possam ser superados em níveis micro (instituição) e macro (Estado). Ainda visa contribuir para que outros pesquisadores possam aprofundar e acessar o registro deste momento histórico político que marca a atualidade, ampliando-o.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política. *Educação e sociedade.*, v. 28, n. esp., p. 899-919, 2007 Tradução. Acesso em: 21/09/23.

BRASIL. Constituição (1988). Art. 3º. IN: Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 10/04/ 23.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

_____. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em 23/09/23

_____. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em 23/09/23.

_____. Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009. 96 p.

_____. Ministério da Educação e Desporto- Secretaria da Educação Fundamental. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Organizado por Fúlvia Rosemberg e Maria Malta Campos. Brasília: 2009. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf> Acesso em 18/12/23

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf Acesso em 23/09/2023.

Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023: Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.556-de-12-de-junho-de-2023-489126833> .Acesso de 10/10/2023.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto – Portugal. Porto Editora, 1994.

CAVALCANTE, Pedro L.C.; LOTTA, Gabriela (org.). Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação. Brasília: ENAP, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/h7h7TSdQ8pYpMxhnJ9gxbkt/> Acesso em 29/12/2023

CONVIVA EDUCAÇÃO. Videoconferência Educação infantil: Atualizações das políticas e dos programas do MEC. YouTube, 11 de julho de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ITYS4NNjtM. Acesso: 11/07/2023.

COSTA, Alessandra Silva da; COSTA, Rejane Peres Neto; NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. Plano Municipal de Educação e atendimento à creche na Baixada Fluminense: direito ou privilégio?. In: 41ª Reunião Nacional Da ANPED Educação E Equidade: Bases Para Amar-Zonizar o País, 2023, Manaus. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/anped-2023/trabalhos/plano-municipal-de-educacao-e-atendimento-a-creche-na-baixada-fluminense-direito?lang=pt-br> Acesso em: 01 dezembro. 2023.

COSTA, Alessandra Silva da. “A gente precisaria de uma creche inteira só para atender a fila de espera do berçário” - oferta, acesso e matrícula em creches na Baixada Fluminense. 2023. 160 f . Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

DA MATTA, R. O ofício de etnólogo ou como ter Anthropological Blues. Boletim do Museu Nacional. Nova Série, Rio de Janeiro – Antropologia, nº 27, p. 1-12, maio de 1978.

_____. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DISTRITO FEDERAL. Manual de Gestão de Parcerias do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil do Distrito Federal (MROSC/DF) - Lei Nacional nº 13.019/2014 e Decreto Distrital nº 37.843/2016. Brasília-DF, volume I, 2018. Disponível em: <https://www.casacivil.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/11/Manual-MROSC-DF-FINAL.pdf> Acesso em: 21/12/2023

EIRAS, N. S. S. A Educação Rumo à Parceria Público Privada. Educação: Teoria e Prática, [S. l.], v. 18, n. 30, p. 127, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/1407> Acesso em: 30 set. 2023.

FALCIANO, B. T. Políticas Públicas para Educação: o acesso à Educação Infantil na Cidade do Rio de Janeiro. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Infantil da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Infantil, 2014. Disponível: https://grupoinfoc.com.br/publicacoes/monografias/FALCIANO_Bruno_Tovar_-_Políticas_Publicas_para_a_educacao_infantil_Acesso_a_Educacao_Infantil_na_cidade_do_Rio_de_Janeiro..pdf Acesso em 28/11/2020.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE,(2020). «Produto Interno Bruto dos Municípios - 2020». Consultado em 15 de agosto de 2023.

FONTES, V. Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, Julio Cesar França; NEVES, Lucia Maria Wanderley. (Org.). Fundamentos da Educação escolar do Brasil contemporâneo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora

Fiocruz, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Educação está nocauteada. Entrevista publicada por EPSJV/Fiocruz, 15-06-2018. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-educacao-esta-nocauteada> Acesso em 22 de dezembro 2023.

KRAMER, Sonia. Verbete criança. In: Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente. Faculdade de Educação, UFMG, MG, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NOGUEIRA, G. M. Impactos da Política Nacional da Alfabetização para educação infantil: um retrocesso. Revista Brasileira de Alfabetização, v. 1, n. 10, 25 mar. 2020. Disponível em <file:///C:/Users/juxag/Downloads/362-Texto%20do%20Artigo-779-1-10-20200325.pdf> Acesso em 22 de dezembro de 2023.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica/Maria Fernanda Rezende Nunes, Patrícia Corsino e Vital Didonet. – Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELLO, Patrícia Campos. A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. Revista Do Serviço Público. Acesso em: 21 ago. 2023.

PEREIRA, Maria das Gracas Dias, and Amitza Torres Vieira. "Percursos e presenças dos sujeitos em pesquisas na autoetnografia em estudos da linguagem e áreas interdisciplinares." Veredas - Revista de Estudos Linguísticos, vol. 22, no. 1, Jan. 2018. Acesso em 20/12/2023.

PERONI, Vera M. Vidal. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.

_____. Vera Maria Vidal and GARCIA, Teise. Apresentação - Diálogos sobre distintas formas de privatização: caminhadas de pesquisa sobre o tema. Educ. Rev. [online]. 2020, vol.36, e77598. Epub Dec 02, 2020. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77598> . Acesso em 22/09/2023.

_____. V. M. V.; SUSIN, M. O. K.; MONTANO, M. A Relação Público-Privada na Oferta da Educação Infantil em Porto Alegre. Educação & Realidade, [S. l.], v. 46, n. 3, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/105676> . Acesso em: 19 dez. 2023.

RUA, M. das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. das G; CARVALHO, M. I. V. de (Orgs.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo, 1998.

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas / Maria das Graças Rua. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

SANTOS, S. V. A RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UM ESTUDO INICIAL NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 223–236, 2012. DOI: 10.5216/ia.v37i2.20717. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/20717> . Acesso em: 21/08/2023.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico metodológicos para análise de documentos. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: Vista do Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos (ufsc.br). Acesso em 18/05/2023.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. Metodologia da ciência. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

UCZAK, Lucia Hugo, Liane Maria Bernardi, e Alexandre José Rossi. O Governo Temer E a Asfixia Dos Processos De Democratização Da Educação. 2020.

WEINTRAUB, Abraham. Pela 1ª vez, teremos livros didáticos para a educação infantil. Crianças da pré-escola terão contato com as palavras [...]. Brasília, 25 de maio. 2020. Twitter: @AbrahamWeint. Disponível em: <https://twitter.com/abrahamweint/status/1264999676417388544> . Acesso em: 02 de nov. 2021

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓREITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar
Programa de PósGraduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
(PPGEDUC)
ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Município: _____ Entrevistado(a): _____

Função que ocupa: _____ Formação: _____

Idade: _____ Há quanto tempo está na área da educação: _____

Há quanto tempo ocupa a função: _____ Data: ____/____/____

EDUCAÇÃO INFANTIL COMO POLÍTICA PÚBLICA: OS DESAFIOS DA MUNICIPALIZAÇÃO PARA TRÊS CRECHES NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU

Estivemos juntas em 2021 no que posso considerar ser o começo da pesquisa que realizo hoje. Na ocasião falamos sobre os impactos sofridos pela municipalização das creches. Hoje, nosso assunto será a respeito da atualidade. Conversaremos a respeito da Creche hoje, 4 anos após iniciado o processo de municipalização.

1 – Em 2021 conversamos sobre os principais desafios e impactos a respeito do processo de municipalização. E agora? Como está a Creche hoje?

2 – Ainda há no espaço pessoas que participaram do processo de municipalização, considerando equipe técnica e familiares de crianças? Como é a relação dessas pessoas com a Creche atualmente?

3 – Como é sua relação como gestora com a equipe técnica, responsáveis e suas crianças?

4 – Que ações realizadas por sua gestão você acredita que fizeram diferença de forma positiva neste processo?

5 – Que ações, em âmbito geral você acredita que podem ser realizadas para a melhoria da qualidade da creche?

6 – Você acredita que o ambiente desta creche oferece oportunidade para que as crianças se desenvolvam de forma integral e integrada?

7- À época lhe perguntei por que acreditava ter sido convocada para participar deste processo. E agora? Por que você acha que se mantém na gestão deste espaço?

8 – Quais são suas perspectivas de futuro para a Creche?

ANEXO II

EDUCAÇÃO

PORTARIA DE MATRÍCULA SEMED Nº 174 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2022.
ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE PRÉMATRÍCULA ON-LINE E
MATRÍCULA NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA IGUAÇU, no uso de suas atribuições e, CONSIDERANDO:

I - Que o Sistema Municipal de Educação foi constituído através da Lei Municipal nº 3.881/2007, de 05/11/2007;

II - A necessidade de definir normas e procedimentos para a realização de matrículas dos alunos na Rede Municipal de Ensino Público de Nova Iguaçu para o ano letivo de 2023;

III - O art. 208, I, da Constituição Federal, segundo o qual a Educação Básica é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

IV - O cumprimento do Plano Municipal de Educação, Lei 4.504/2015, bem como, em especial atenção o artigo 11, V da LDBEN nº 9394/96, que se refere ao planejamento do ingresso dos alunos nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino;

V - A necessidade de ampliação ao acesso, ao atendimento e à permanência dos alunos nas Escolas da Rede Municipal de Ensino;

VI - As Emendas Constitucionais nº 53/06 e a nº 59/09, que estabelecem a educação básica obrigatória dos 04 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade;

VII - A Lei Federal nº 13.146/2015, que visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadã;

VIII - A Resolução CNE/CP nº 01, de 19/01/2018 define a adoção de nome social nos registros escolares;

IX - O Parecer CNE/CEB nº 24, aprovado em 05 de outubro de 2005, que versa sobre agrupamentos de alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

X - A Deliberação CME-NI nº 003, de 11 de dezembro de 2014, que fixa normas para a Educação Especial no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Nova Iguaçu;

XI - Que a matrícula é um processo gratuito e formal de ingresso de novos alunos e/ou de permanência na Rede Pública Municipal de Ensino de Nova Iguaçu;

XII - A política educacional com objetivo de dar transparência e publicidade de forma contínua ao processo de matrícula,

RESOLVE: Art. 1º - Estabelecer normas e procedimentos para ingresso e permanência de alunos nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Nova Iguaçu para o ano letivo de 2023.

DO PREENCHIMENTO DE VAGAS OFERTADAS

Art. 2º - A distribuição das vagas para alunos da Rede será realizada, observando-se a disponibilidade física de cada Unidade Escolar e o tipo de atendimento prestado por ela, atendendo-se preferencialmente os seguintes critérios classificatórios:

I – Requerentes com deficiência, mediante apresentação de laudo médico especializado comprobatório desta condição, em conformidade à legislação educacional vigente;

II - Proximidade entre a Unidade Escolar e o domicílio do interessado;

III-Alunos com irmãos na Unidade Escolar;

IV-Alunos oriundos da Rede Pública Municipal de Ensino de Nova Iguaçu;

V-Alunos oriundos de Unidades da Rede Estadual de Ensino;

VI-Alunos oriundos de Unidades Privadas de Ensino;

VII-Ordem de inscrição. Art. 3º - A matrícula 2023 seguirá a etapa correspondente à faixa etária do estudante, de acordo com o quadro abaixo, em conformidade ao Art. 8º da Resolução CNE/ CEB nº 07, de 14/12/2010, à Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018 e à Lei Federal nº 12.796/2013:

Modalidade	Etapa	Ano de escolaridade/ Fase Escolar	Faixa Etária
Educação Infantil	I (Creche)	Infantil 3	03 (três) anos completos até 31/03/2023.
	II (Pré-escola)	Infantil 4	04 (quatro) anos completos até 31/03/2023.
	II (Pré-escola)	Infantil 5	05 (cinco) anos completos até 31/03/2023.
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	1º ano ao 5º ano de escolaridade	06 (seis) anos completos até 31/03/2023, para o 1º ano.
	Anos Finais	6º ao 9º ano de escolaridade	—————
Educação de Jovens e Adultos - EJA	Fases Iniciais e Finais	I a IX	A partir de 15 (quinze) anos, conforme Art. 5º da Res. CNE/CEB nº 3 de 15 de junho de 2010, em caráter opcional. Obrigatório a partir dos 18 (dezoito) anos completos.

Art. 4º - À Educação de Jovens e Adultos é estabelecida a idade mínima de 15 anos completos, conforme art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 3 de 15 de junho de 2010.

Art. 5º - Na inscrição do requerente, bem como nas demais situações desta Portaria será observado o critério de bairro, possibilitando a otimização do transporte escolar.

§1º O serviço de transporte escolar será disponibilizado prioritariamente aos alunos que residirem em

área rural, a mais de 01 (um) quilômetro do estabelecimento de ensino.

§2º Não fará jus ao transporte escolar o aluno que, por opção dos pais ou responsáveis, for matriculado em escola mais distante de sua residência, caso haja vaga em escola próxima para a qual não seja necessário transporte ou, ainda, cujo percurso a ser realizado for menor que o estabelecido no §1º.

DA ORGANIZAÇÃO, CRONOGRAMA E PRÉ-MATRÍCULA ON-LINE

Art. 6º - As pré-matrículas para o ano de 2023 serão realizadas somente pela internet, através do endereço eletrônico www.matricula.novaiguacu.rj.gov.br, de acordo com o cronograma constante nesta Portaria. 1ª Fase da Pré-matrícula on-line

Art. 7º - Estabelece o período de pré-matrículas na Rede Pública Municipal de Ensino de Nova Iguaçu, da Educação Infantil ao 9º ano de escolaridade do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos, de 15/12/2022 a 22/12/2022, conforme abaixo descrito:

CRONOGRAMA DE PRÉ-MATRÍCULA ON-LINE E EFETIVAÇÃO DE MATRÍCULAS NA ESCOLA	
ATIVIDADE	PERÍODO
Inscrição Pré-matrícula – INTERNET www.matricula.novaiguacu.rj.gov.br	15 a 22/12/2022 Educação Especial
	15 a 22/12/2022 Educação Infantil Ensino Fundamental Educação de Jovens e Adultos – EJA
Divulgação da relação nominal de todos os alunos contemplados, pela INTERNET www.matricula.novaiguacu.rj.gov.br	30/12/2022
Efetivação de matrículas na Unidade Escolar	10 a 12/01/2023

Art. 8º - No momento da 1ª fase da pré-matrícula on-line, a escolha da Unidade Escolar dar-se-á prioritariamente pelo bairro de origem do aluno e turmas ofertadas. Em caso de não haver vagas na Unidade Escolar selecionada, o sistema disponibilizará as Unidades de Ensino que possuam vagas de acordo com o ano de escolaridade/ fase escolar pretendido(a).

§1º Para cada opção, será ofertado um conjunto de Unidades Escolares com possíveis vagas.

§2º Uma vez que a Unidade Escolar seja selecionada, não aparecerá disponível nas outras opções.

§3º Em caso de esgotamento de vagas no conjunto das Unidades Escolares relacionadas ao bairro de origem do aluno, serão apresentadas para cada opção as escolas pertencentes à Rede de Ensino do município de Nova Iguaçu e que possivelmente disponibilizem a vaga pretendida.

Efetivação da Matrícula

Art. 9º - Após a finalização da 1ª fase da pré-matrícula on-line, será emitido termo de compromisso seguido do nº de protocolo referente à inscrição de Pré-matrícula, que deverá ser apresentado na Unidade Escolar contemplada pelo requerente nos dias 10, 11 e 12/01/2023, conforme artigo 9º (Efetivação de matrícula na Unidade Escolar).

Art. 10 - A efetivação da matrícula será coordenada pela Direção da Unidade Escolar, Secretário Escolar ou por funcionário nela lotado designado para este fim.

Art. 11 - Para a realização das matrículas no segundo semestre da Educação de Jovens e Adultos, o período de inscrição será presencial nas Unidades Escolares que oferecerem esta modalidade, no período de 10 a 14/07/2023.

Art. 12 - A matrícula poderá ser confirmada na Unidade Escolar: I - Pelo próprio interessado, quando maior ou emancipado e capaz; II - Pelo pai, mãe ou responsável legal, na forma da Lei Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente (guardião, tutor ou curador, nos demais casos).

Art. 13 - Para a efetivação da matrícula, é necessária a apresentação da seguinte documentação:

- I- 02 (dois) retratos em tamanho 3x4;
- II- Cópia da Certidão de Registro Civil de Nascimento ou de Casamento ou Cédula de Identidade do requerente, com os respectivos originais para conferência;
- III- Cópia da Identidade e do CPF do responsável ou do próprio requerente, quando maior ou emancipado, com os respectivos originais para conferência;
- IV- Histórico Escolar original ou Declaração de Escolaridade, com validade de 30 (trinta) dias, onde deverão constar o(a) último(a) ano de escolaridade/fase escolar concluído(a) e o ano de conclusão;
- V- Comprovante de residência atualizado referente aos últimos 3 meses;
- VI- Caderneta de vacinação do aluno menor de 07 (sete) anos de idade;
- VII- Cartão do Sistema Único de Saúde – SUS do requerente; VIII- Fator RH.

§ 1º O aluno, a partir dos 07 (sete) anos de idade, que não comprovar escolaridade anterior, será avaliado pela Equipe Técnico-Pedagógica da Unidade Escolar, para classificá-lo no ano de escolaridade adequado, respeitando o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social, em conformidade ao Art. 3º, da Resolução SEMED nº 004, de 11/03/2014.

§ 2º Na falta de documentação que comprove a escolaridade anterior na Educação de Jovens e Adultos - EJA, a Equipe Pedagógica da Unidade Escolar avaliará e classificará o aluno, conforme seu nível de conhecimento e habilidades adquiridas anteriormente.

VIII- Art. 14 - Observando a Portaria do Ministério da Educação (MEC) Nº 156, de 20 de outubro de 2004, que versa sobre a adequação dos dados de matrícula dos requeridos, de acordo com o Censo Escolar, serão exigidas na ficha de matrícula do aluno, as seguintes informações:

- I- NOME COMPLETO DO ALUNO, SEM ABREVIATURAS;
- II- Data de nascimento;
- III- Certidão Civil (nascimento/casamento) ou Carteira de Identidade;

- IV- Nome completo da mãe e do pai, conforme o Registro Civil do aluno, sem abreviatura
- V- Naturalidade (município e UF);
- VI- Sexo;
- VII- Cor / raça, segundo declaração do responsável pelo aluno ou do próprio, se maior ou emancipado;
- VIII- Necessidade educacional especial comprovado por laudo médico; IX- Data de ingresso na Escola. Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Educação poderá, a seu critério, requerer outras informações que julgar necessárias, além das acima exigidas, com vistas a melhor compreensão do perfil dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino de Nova Iguaçu.

Art. 15 - Em observância à Resolução CNE/CP nº 01, de 19/01/2018, o interessado deverá preencher o Requerimento de Inclusão de Uso de Nome Social, conforme o Anexo I desta Portaria, nas Unidades Escolares.

Art. 16 - O número de alunos por classe, respeitando-se o espaço físico da sala de aula, atenderá os seguintes limites:

Etapa/Modalidade de Ensino	Capacidade das Classes
1. Unidades Escolares e Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) 1.1) Educação Infantil: Infantil 3 / Infantil 4 / Infantil 5	Mínimo de 20 (vinte) e máximo de 25 (vinte e cinco) alunos.
2. Ensino Fundamental: 2.1) Anos iniciais 1º, 2º, 3º.	Mínimo de 30 (trinta) e máximo de 35 (trinta e cinco) alunos.
2.2) 4º e 5º anos de escolaridade	Mínimo de 35 (trinta e cinco) e máximo de 40 (quarenta) alunos
2.3) Anos finais 6º ao 9º ano de escolaridade	Mínimo de 40 (quarenta) e máximo de 45 (quarenta e cinco) alunos.
3. Educação de jovens e adultos 3.1) Fases Iniciais 3.2) Fases Finais	Mínimo de 20 (vinte) e máximo de 35 (trinta e cinco) alunos. Mínimo de 30 (trinta) e máximo de 45 (quarenta e cinco) alunos.

Parágrafo Único. Para cada aluno com deficiência matriculado nas classes regulares, reduzir-se-á em dois (02) alunos do quantitativo máximo de estudantes, em conformidade ao estabelecido para o(a) ano de escolaridade / fase escolar.

Art. 17 - As turmas de Educação Infantil receberão como nomenclatura a designação “Infantil” seguida do algarismo correspondente à faixa etária do ano escolar e de letras maiúsculas para distingui-las.

Art. 18 - As turmas do Ensino Fundamental terão como identificação números com três algarismos, onde o algarismo de 3ª ordem corresponda ao ano escolar da turma, seguido de dois algarismos de 2ª e 1ª ordens para distingui-las em cada ano escolar, formando centenas.

Art. 19 - As turmas de Educação de Jovens e Adultos receberão como nomenclatura a designação “Fase” seguida do algarismo romano correspondente ao ano escolar e de letras maiúsculas para

distingui-las.
distingui-las.

DA MATRÍCULA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Art. 20 - A matrícula de alunos público-alvo da Educação Especial (alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação) será oferecida em classes regulares da Rede Pública Municipal de Ensino de Nova Iguaçu, em consonância à Resolução nº 07 - CNE/CEB, de 14/12/2010 e com a Deliberação CMENI nº 003, de 11 de dezembro de 2014, que estão fundamentados no princípio de igualdade e oportunidade de acesso a todos. Sendo ainda observadas as seguintes orientações: O princípio básico do atendimento será a inclusão do aluno, matriculando-o nas classes de Ensino Regular;

I-O Atendimento Educacional Especializado será ofertado nas Salas de Recursos – Tipo I e Tipo II no contraturno da escolarização sem prejuízo no processo de Ensino Aprendizagem na turma do Ensino Regular em função das condições específicas dos alunos;

II-Para os alunos que estejam incluídos nas Classes de Ensino Regular serão observadas as seguintes especificações:

a) O quantitativo de alunos prioritariamente não poderá exceder a 02 (dois) em cada Classe de Ensino Regular.

b) Os referidos alunos serão atendidos com Atendimento Educacional Especializado, em Braille, Língua Brasileira de Sinais oferecida pela Rede Municipal em Unidade Escolar da Cidade de Nova Iguaçu.

c) A Unidade Escolar terá o acompanhamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação. DA FORMAÇÃO DE TURMAS

Art. 21 - Para efeito de efetivação, as turmas serão formadas respeitando-se o mínimo de alunos estabelecido no Art. 16º desta Portaria.

Parágrafo Único. A não observância do que trata este caput, acarretará no processo de adequação e otimização de turmas. Da 2ª fase da Pré-matrícula on-line

Art. 22 - As vagas remanescentes serão inseridas novamente no sistema no período de 13/01/2023 a 18/01/2023, sendo novamente disponibilizadas conforme calendário abaixo:

Inscrição Pré-matrícula – INTERNET www.matricula.novaiquacu.rj.gov.br	De 19 a 23/01/2023
Divulgação da relação nominal de todos os alunos contemplados, pela INTERNET www.matricula.novaiquacu.rj.gov.br	De 26/01/2023
Efetivação de matrículas na Unidade Escolar, mediante prévio agendamento.	De 27 e 30/01/2023

Art. 23 - No momento da 2ª Fase da Pré-matrícula on-line, só aparecerão no sistema as Unidades Escolares que ainda possuírem vagas disponíveis.

Art. 24 - A efetivação de matrícula dar-se-á conforme previsto nos artigos 14 e 15 da presente Portaria.

Art. 25 - Após o dia 30/01/2023, as vagas ainda existentes serão disponibilizadas pela própria Unidade Escolar, sendo a matrícula efetivada na própria escola.

DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Art. 26 - Todo o processo de matrícula será orientado e supervisionado por Comissão designada pela Secretária Municipal de Educação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27 - As matrículas para o ano letivo de 2023, objeto desta Portaria, aplicam-se aos alunos oriundos de outras Redes de Ensino ou de outro Município e que estejam residindo na Cidade de Nova Iguaçu.

Art. 28 - O Manual de Orientações - Matrículas 2023 poderá ser consultado pelo endereço www.matricula.novaiгуacu.rj.gov.br.

Art. 29 - A Secretaria Municipal de Educação divulgará posteriormente listagem com as Unidades Escolares e respectivos bairros para ciência dos requerentes.

Art. 30 - Os casos que não se enquadrarem nas disposições desta Portaria serão analisados pela Comissão de Acompanhamento desta Secretaria Municipal de Educação.

Art. 31 - O descumprimento desta Portaria por quaisquer funcionários e servidores da Secretaria de Educação ficará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Art. 32 - A presente Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

MARIA VIRGÍNIA ANDRADE ROCHA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I REQUERIMENTO DE USO DE NOME SOCIAL (ALUNO MENOR)

Sr (a) Diretor (a) da E.M. _____, Eu,
responsável pelo _____, identidade nº _____,
(a) aluno (a) _____, identidade
nº _____, matriculo Estabelecimento de Ensino, cursando o _____ Ano/Fase de
Escolaridade do Ensino Fundamental/ EJA, venho solicitar a utilização do uso do nome social
_____ nos registros escolares da Educação
Básica, em cumprimento à Resolução nº 01, 19 de janeiro de 2018. Estou ciente que os documentos
oficiais serão emitidos como nome do Registro Civil entregue no ato da matrícula.

Nestes termos, Peço deferimento

Nova Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

REQUERIMENTO DE USO DE NOME SOCIAL (ALUNO MAIOR)

Sr (a) Diretor (a) da E. M _____.
Eu, _____, identidade nº _____,
matriculado (a) nesse Estabelecimento de Ensino, cursando a _____ Fase da Educação de Jovens e
Adultos, venho solicitar a utilização do uso do nome social
_____ nos registros escolares da Educação Básica, em
cumprimento à Resolução nº 01, 19 de janeiro de 2018. Estou ciente que os documentos oficiais serão
emitidos como nome do Registro Civil entregue no ato da matrícula.

Nestes Termos, Peço deferimento

Nova Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável lado (a) neste

ANEXO III

Diário Oficial da União em fase recursal para indeferimento de CEBAS.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 39, segunda-feira, 25 de fevereiro de 2019

81	516	1203793
82	516	1203806
83	516	10438
84	516	1203796
85	516	1203810
86	516	55484
87	516	55485
88	516	68584
89	516	1203801
90	516	1203817
91	516	1203799
92	516	1203814
93	516	10444
94	516	1203804
95	516	1203821
96	516	20923
97	516	1203816
98	516	1203824
99	516	1202818
100	516	1203808
101	516	1203823
102	516	55486
103	516	1203811
104	516	1203820
105	416	16711
106	416	18231
107	416	91125
108	416	47607
109	416	91127
110	416	74542
111	416	66715
112	416	22320
113	416	27612
114	416	50765
115	416	9582
116	416	74536
117	416	55862
118	416	9584
119	416	91133
120	416	9587
121	416	19622

Art. 3º Reconhecer para fins de expedição de Diploma os cursos a seguir elencados:

nº	IES	CURSO
1	254	1279263
2	254	1279255
3	254	6242

4	254	44006
5	254	1171075
6	1581	50741
7	1581	46100
8	516	19243
9	416	47607
10	416	74542

Art. 4º Reduzir o ingresso de novos estudantes em 50% nos cursos a seguir elencados, até a obtenção de conceitos satisfatório em verificação in loco realizada pelo INEP:

Nº	IES	CURSO	Vagas Anuais
1	1581	41222	100
2	1581	91141	100
3	1581	106137	80
4	516	1202823	120
5	416	19617	50
6	416	104394	100
7	416	91129	100
8	416	20403	40

Art. 5º O Grupo Educacional Uniesp deverá ser notificado da presente decisão.

Art. 6º A Uniesp S.A., na pessoa de seus representantes legais, promova os meios necessários para a guarda e gestão do acervo acadêmico inclusive com a entrega aos alunos de toda a documentação por eles requerida.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

PORTARIA Nº 103, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos do Procedimento Comum nº 5023855-72.2018.4.04.7200/SC, da 3ª Vara da Justiça Federal de Florianópolis/SC, e considerando os fundamentos na Nota Técnica nº 39/2019/RECURSO/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES exarada nos autos do processo nº 23000.013551/2017-95, resolve:

Art. 1º. Manter, em grau recursal, a decisão de indeferimento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social CEBAS constante da Portaria nº 430, de 15/06/2018, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 18/06/2018, da Fundação Hermon, inscrita no CNPJ nº 04.532.963/0001-97, com sede em Florianópolis/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO BARROSO FARIA

DESPACHO Nº 1, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

A COORDENADORA-GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, substituída, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 469, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2015, e considerando o disposto no art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no art. 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Abrir, pelo prazo de 15 (quinze) dias a contar da data desta publicação, consulta pública para manifestação da sociedade civil acerca de processos que se encontram em fase recursal contra decisão de indeferimento ou cancelamento da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, referentes às entidades elencadas no Anexo.

Art. 2º A manifestação de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada unicamente em meio eletrônico, por meio do endereço <http://cebas.mec.gov.br/manifestacao-sociedade-civil>.

Art. 3º Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, não serão admitidas manifestações encaminhadas sem a identificação do autor.

Art. 4º Não serão acolhidas manifestações encaminhadas em desconformidade com o estabelecido nos § 1º e 2º.

LEIDIMAR FERNANDES DE ALMEIDA

ANEXO

	INSTITUIÇÃO	CNPJ	Nº PROCESSO
1	A.B.P.N. - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROJETO NORDESTE	04.181.405/0001-24	71000.124878/2015-72
2	ABASE - ALIANÇA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL	62.207.634/0001-77	23000.014048/2017-57
3	ASSISTÊNCIA SOCIAL A COLMEIA	51.150.423/0001-29	71000.052309/2015-18
4	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM PASTOR	53.454.971/0001-78	23123.001526/2011-87
5	ASSOCIAÇÃO CRISTÃ ESTÂNCIA DE LUZ ACEL	65.053.704/0001-78	23000.038437/2016-97
6	ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL SAGRADO CORAÇÃO	31.463.086/0001-12	23123.003114/2010-09
7	ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS TEATINAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO	29.624.236/0001-80	23000.010592/2012-57
8	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EXCEPCIONAL DO PARANÁ	76.675.552/0001-61	23000.010894/2012-93
9	ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E EDUCAÇÃO SANTA TERESA	68.701.929/0001-81	23123.002342/2011-34
10	ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO VICENTINA SANTA LUISA DE MARILLAC - AEVSLM	07.469.653/0001-63	23000.011334/2012-56
11	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO COLÉGIO SÃO JOSÉ	85.604.098/0001-49	23000.006251/2012-45
12	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NOVA ESPERANÇA	27.559.384/0001-33	23123.000320/2012-11
13	ASSOCIAÇÃO DE SÃO VICENTE DE PAULO DE FORTALEZA	07.248.172/0001-28	71000.068457/2012-10
14	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO SERTÃO DO MARUIM	79.831.434/0001-93	23000.041715/2016-93
15	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL EVANGÉLICA LUTERANA	25.116.427/0001-80	71000.030419/2012-86
16	ASSOCIAÇÃO LAR FREI AURÉLIO STULZER	31.801.905/0001-94	71000.020358/2011-68
17	ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA DOS FRANCISCANOS MENORES CONVENTUAIS	57.547.374/0001-49	71010.005082/2009-54
18	ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DE LURDES	09.404.384/0001-82	23123.002526/2011-02
19	ASSOCIAÇÃO PIO LANTERI	76.584.259/0001-99	71000.120384/2014-38
20	ASSOCIAÇÃO RIOPARDENSE DE ASSISTÊNCIA AO MENOR	59.904.540/0001-42	71000.020705/2012-33
21	ASSOCIAÇÃO SÃO DOMINGOS SÁVIO	76.746.511/0001-40	23000.019784/2015-30
22	ASSOCIAÇÃO TANGARAENSE DE ENSINO E CULTURA - ATEC	03.954.203/0001-05	23000.051242/2016-32
23	CÁRITAS DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU	28.732.246/0001-77	71000.078338/2014-29
24	CASA DO PEQUENO TRABALHADOR DE TERESÓPOLIS	29.213.717/0001-01	23000.005589/2015-22
25	CASA DO PEQUENO TRABALHADOR DE TERESÓPOLIS	29.213.717/0001-01	23000.005589/2015-22
26	CASA NOSSA SENHORA DA SOLEDADE	15.145.980/0001-98	23000.005401/2015-46
27	CASA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	15.147.481/0001-30	23000.011712/2015-44
28	CENTRO COMUNITÁRIO SOCIAL TIA ANGELINA	02.290.594/0001-48	23000.007217/2012-98
29	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VILA DIONÍSIA	48.902.381/0001-20	71000.113040/2015-53
30	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃS DE BETÂNIA	00.202.194/0001-08	23000.041729/2016-15
31	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PERSEVERANÇA	75.187.799/0001-76	23000.014066/2017-39
32	CENTRO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA ISRAELITA	33.490.905/0001-46	23000.016739/2012-81
33	CENTRO EDUCACIONAL JOÃO COMBAT	29.350.378/0001-05	23000.009094/2012-20
34	CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	28.955.961/0001-79	23123.001770/2010-69
35	CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE	96.740.238/0001-22	71000.114779/2014-00
36	CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA DA GUIA	07.048.259/0001-51	71000.012521/2014-61
37	CLUBE DE MÃES UNIDAS VENCEREMOS	12.546.412/0001-00	71000.080759/2013-39
38	COLÉGIO SANTO INÁCIO	07.265.242/0001-56	23000.039415/2016-44
39	COMUNIDADE EVANGÉLICA DA PAZ	90.476.771/0001-42	23000.010489/2012-75
40	COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA EM LAJEADO	91.167.585/0001-94	23000.009091/2012-96



ANEXO IV

Extrato da assinatura do termo de colaboração entre Município de Nova Iguaçu e Cáritas Diocesana

6

terça-feira, 05 de fevereiro de 2019



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

PRAZO: 01 DE FEVEREIRO DE 2019 A 31 DE JANEIRO DE 2020
PROGRAMA DE TRABALHO: 02.07.01.12.365.5011.2.015
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.41.00
FONTE DE RECURSOS: FUNDEB
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal de Nova Iguaçu nº 11.252/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Maria Virgínia Andrade Rocha
 Secretária Municipal de Educação
 Mat. nº 11/694.638-8

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 005/SEMED/2019

PROCESSO: 2018/009716
TERMO DE COLABORAÇÃO: 005/SEMED/2019
PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E CENTRO COMUNITÁRIO JÓIAS DE CRISTO
OBJETO: atender 79 crianças na faixa etária de 1 a 5 anos e 11 meses, bem como a promoção de todas as atividades constantes no Plano de Trabalho e na Planilha de custos.
VALOR: R\$ 257.088,12 (duzentos e cinquenta e sete mil, oitenta e oito reais e doze centavos).
PRAZO: 01 DE FEVEREIRO DE 2019 A 31 DE JANEIRO DE 2020
PROGRAMA DE TRABALHO: 02.07.01.12.365.5011.2.015
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.41.00
FONTE DE RECURSOS: FUNDEB
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal de Nova Iguaçu nº 11.252/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Maria Virgínia Andrade Rocha
 Secretária Municipal de Educação
 Mat. nº 11/694.638-8

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 006/SEMED/2019

PROCESSO: 2018/009716
TERMO DE COLABORAÇÃO: 006/SEMED/2019
PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E SOCIEDADE FILANTRÓPICA SÃO VICENTE
OBJETO: atender 275 crianças na faixa etária de 1 a 5 anos e 11 meses, bem como a promoção de todas as atividades constantes no Plano de Trabalho e na Planilha de custos.
VALOR: R\$ 894.927,00 (oitocentos e noventa e quatro mil, novecentos e vinte e sete reais).
PRAZO: 01 DE FEVEREIRO DE 2019 A 31 DE JANEIRO DE 2020
PROGRAMA DE TRABALHO: 02.07.01.12.365.5011.2.015
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.41.00
FONTE DE RECURSOS: FUNDEB
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal de Nova Iguaçu nº 11.252/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Maria Virgínia Andrade Rocha
 Secretária Municipal de Educação
 Mat. nº 11/694.638-8

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 007/SEMED/2019

PROCESSO: 2018/009716
TERMO DE COLABORAÇÃO: 007/SEMED/2019
PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO DA VILA DE CAVA
OBJETO: atender 200 crianças na faixa etária de 1 a 5 anos e 11 meses, bem como a promoção de todas as atividades constantes no Plano de Trabalho e na Planilha de custos.
VALOR: R\$ 108.476,00 (cento e oito mil, quatrocentos e setenta e seis reais).
PRAZO: 01 DE FEVEREIRO DE 2019 A 31 DE JANEIRO DE 2020
PROGRAMA DE TRABALHO: 02.07.01.12.365.5011.2.015
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.41
FONTE DE RECURSOS: FUNDEB
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal de Nova Iguaçu nº 11.252/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Maria Virgínia Andrade Rocha
 Secretária Municipal de Educação
 Mat. nº 11/694.638-8

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 008/SEMED/2019

PROCESSO: 2018/009716
TERMO DE COLABORAÇÃO: 008/SEMED/2019
PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E CÁRITAS DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU
OBJETO: atender 156 crianças na faixa etária de 1 a 5 anos e 11 meses, bem como a promoção de todas as atividades constantes no Plano de Trabalho e na Planilha de custos.
VALOR: R\$ 507.667,68 (quinhentos e sete mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos).
PRAZO: 01 DE FEVEREIRO DE 2019 A 31 DE JANEIRO DE 2020
PROGRAMA DE TRABALHO: 02.07.01.12.365.5011.2.015
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.41.00
FONTE DE RECURSOS: FUNDEB
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal de Nova Iguaçu nº 11.252/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

Maria Virgínia Andrade Rocha
 Secretária Municipal de Educação
 Mat. nº 11/694.638-8

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 009/SEMED/2019

PROCESSO: 2018/009716
TERMO DE COLABORAÇÃO: 009/SEMED/2019
PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E ASSOCIAÇÃO VIDA NO CRESCIMENTO E SOLIDARIEDADE
OBJETO: atender 60 crianças na faixa etária de 1 a 5 anos e 11 meses, bem como a promoção de todas as atividades constantes no Plano de Trabalho e na Planilha de custos.
VALOR: R\$ 195.256,80 (cento e noventa e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).
PRAZO: 01 DE FEVEREIRO DE 2019 A 31 DE JANEIRO DE 2020
PROGRAMA DE TRABALHO: 02.07.01.12.365.5011.2.015
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.41.00
FONTE DE RECURSOS: FUNDEB
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal de Nova Iguaçu nº 11.252/2018.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE FEVEREIRO DE 2019.

ANEXO V

Diário oficial contendo a requisição administrativa por parte do Município, da Creche administrada pela Organização da Sociedade Civil pela Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu.

1

quarta-feira, 20 de março de 2019



Estado do Rio de Janeiro Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

ATOS DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 067 DE 19 DE MARÇO DE 2019.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 065 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018.

Autor: Prefeito Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Os artigos 4º e 12 da Lei Complementar nº 065 de 12 de dezembro de 2018 passam a ter a seguinte redação:

Art. 4º - Ficam alterados e acrescidos os seguintes dispositivos na Lei Complementar 12/2005:

"Art. 8º - Os cargos de Procurador do Município são organizados em carreira escalonada em "Primeira Classe", inicial da carreira; e em "Classe Especial", de final da carreira, sendo iguais os direitos e deveres de seus ocupantes.

Art. 21. As promoções na carreira de Procurador do Município serão feitas da Primeira Classe para a Classe Especial, por critério de antiguidade, após o Procurador de Primeira Classe completar dez anos de serviço público municipal.

Art. 22. Em caso de eventual e futuro desdobramento da carreira em outras classes, categorias, grupos, padrões ou que tais, os Procuradores do Município de Classe Especial assim enquadrados por esta Lei terão direito líquido e certo ao enquadramento na classe, categoria, grupo, padrão ou que tal de maior remuneração, vencimento ou subsídio que vier a ser futura e eventualmente criado, ou então de perceber a equivalente maior remuneração, vencimento ou subsídio decorrente do desdobramento.

Art. 23. Em caso de eventual e futuro desdobramento da carreira em outras classes, categorias, grupos, padrões ou que tais, os Procuradores do Município de Primeira Classe assim enquadrados por esta Lei terão direito líquido e certo ao enquadramento na classe, categoria, grupo, padrão ou que tal de penúltima maior remuneração, vencimento ou subsídio que vier a ser criado, ou então de perceber a equivalente penúltima maior remuneração, vencimento ou subsídio decorrente do desdobramento.

Art. 34. O vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo de Procurador.

Art. 36. O Procurador do Município terá direito a perceber, além do vencimento e demais vantagens previstas em lei, inclusive as concedidas aos servidores públicos municipais em geral, os honorários advocatícios.

Art. 38-D (...)

Parágrafo único – O percentual definido nos incisos I, II e III será aplicado sobre o valor do vencimento ora vigente para o antigo cargo de Procurador do Município de 1ª Categoria, criado pela Lei Complementar 40/2014.

Art. 47 (...)

V – exercer a empresa individual ou administração de sociedade empresária.

Parágrafo único – A vedação prevista no Inciso V não se aplica ao exercício da administração de sociedade simples de prestação de serviços de advocacia da qual seja sócio ou associado ou à constituição de sociedade unipessoal de advocacia.

Art. 84 - São criados por esta lei 9 (nove) cargos de Procurador do Município de Primeira Classe e 18 (dezoito) cargos de Procurador do Município de Classe Especial.

§1º - O vencimento dos Procuradores do Município de Primeira Classe corresponde ao valor do vencimento ora vigente para o antigo cargo de Procurador do Município de 1ª Categoria, criado pela Lei Complementar 40/2014, acrescido esse valor de dez por cento.

§2º - O vencimento dos Procuradores do Município de Classe Especial corresponde ao valor do vencimento acima previsto para Procurador do Município de Primeira Classe, acrescido esse valor de cinquenta por cento.

§3º - Os Procuradores do Município que contem com menos de dez anos de serviço público municipal serão enquadrados como Procuradores do Município de Primeira Classe, e com efeitos financeiros imediatos decorrentes desse enquadramento a partir da publicação desta lei.

§4º - Os Procuradores do Município que contem com dez ou mais anos de serviço público municipal serão enquadrados como Procuradores do Município de Classe Especial, com efeitos financeiros imediatos decorrentes desse enquadramento a partir da publicação desta lei.

§5º - Os Procuradores do Município têm direito às demais vantagens previstas em lei, inclusive as concedidas aos servidores públicos municipais em geral." (NR)

Art. 12. Ficam revogados o inciso XXXVI do art. 4º, e os artigos 24 e 37, todos da Lei Complementar 12/2005; os artigos 1º e 4º, da Lei Complementar 40; e o Decreto Municipal 11.035/2017.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Iguaçu, RJ, 19 de março de 2019.

ROGÉRIO MARTINS LISBOA

DECRETO Nº11.558 DE 19 DE MARÇO DE 2019.

"Requisita administrativamente o serviço educacional pré escolar de atendimento de 156 crianças na faixa etária de 1 ano a 5 anos e 11 meses objeto do termo de colaboração n.º 008/SEMED/2019"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial o art. 5º, inciso XXV da Constituição Federal de 1988 e o art. 1.228, parágrafo 3º, do Código Civil.

Diário oficial contendo a requisição administrativa por parte do Município, da Creche administrada pela Organização da Sociedade Civil pela Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu – fls.02

2

quarta-feira, 20 de março de 2019



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

CONSIDERANDO que a prestação do serviço público educacional pré escolar para atendimento da primeira infância consiste em direito fundamental plasmado no art. 208, inciso V, da Constituição, se erigindo como atribuição primária dos Entes Municipais conforme art. 11, inciso V, da Lei Federal n.º 9.394/96;

CONSIDERANDO os termos da contranotificação extrajudicial emitida pela Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços prestados, de modo a garantir o atendimento pré escolar para os 156 discentes beneficiados.

DECRETA:

Art. 1º - Fica requisitado, para utilização pela Administração Municipal, nos termos do art. 5º, XXV da Constituição Federal de 1988, o serviço educacional pré escolar de atendimento de 156 crianças na faixa etária de 1 ano a 5 anos e 11 meses objeto do termo de colaboração n.º 008/SEMED/2019, pelo prazo necessário à execução integral do plano de trabalho da referida avença ou até que seja ultimada nova parceria para a prestação dos serviços por organização da sociedade civil.

Parágrafo único. A requisição ora decretada tem por objeto toda a infraestrutura e os equipamentos atualmente empregados para a prestação dos serviços objeto do termo de colaboração n.º 008/SEMED/2019.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, 19 de março de 2019.

ROGÉRIO MARTINS LISBOA
Prefeito

DECRETO Nº 11.559 DE 19 DE MARÇO DE 2019.

"ALTERA SIGLA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, criada pela Lei nº 4.830 de 28 de fevereiro de 2019, passa a ser identificada pela sigla SEMDUR em substituição à sigla SMDU.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

ROGÉRIO MARTINS LISBOA
Prefeito

PORTARIA Nº 181 DE 19 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,
RESOLVE:

EXONERAR MARCIO GRACIAS SARAIVA do cargo em comissão de Gestor de Compras - Símbolo GCF, da Fundação Educacional e Cultural

de Nova Iguaçu – FENIG – e NOMEAR para o mesmo cargo JANE CARVALHO DA CUNHA – a contar desta publicação

ROGERIO MARTINS LISBOA
Prefeito

PORTARIA Nº 182 DE 19 DE MARÇO DE 2019

O PREFEITO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, **PAULO DE OLIVEIRA MENDONÇA**, matrícula nº 00682046-8, do cargo de Professor I, conforme consta no processo nº 0018/033679, a contar de 13/09/2018.

ROGERIO MARTINS LISBOA
Prefeito

PORTARIA Nº 183 DE 19 DE MARÇO DE 2019

O PREFEITO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, **ROSEMARY SILVA DA SILVEIRA**, matrícula nº 00682.587-1, do cargo de Professor II, conforme consta no processo nº 0018/032.165, a contar de 04/09/2018

ROGERIO MARTINS LISBOA
Prefeito

PORTARIA Nº 184 DE 19 DE MARÇO DE 2019

O PREFEITO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, **WASHINGTON WILLIAMS DA SILVA**, matrícula nº 10/702.213-0, do cargo de Professor II, conforme consta no processo nº 2018/031278, a contar de 28/08/2018.

ROGERIO MARTINS LISBOA
Prefeito

PORTARIA Nº 185 DE 19 DE MARÇO DE 2019

O PREFEITO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, **NILCÉIA FIGUEIRA MENDES**, matrícula nº 10/673.349-7, do cargo de Professor II, conforme consta no processo nº 2018/027195, a contar de 31/07/2018.

ROGERIO MARTINS LISBOA
Prefeito

PORTARIA Nº 186 DE 19 DE MARÇO DE 2019

O PREFEITO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

Diário oficial contendo o extrato da renovação do Termo de Encerramento entre Município e Cáritas
Diocesana de Nova Iguaçu

7

Quinta-feira, 22 de Agosto de 2019



Estado do Rio de Janeiro Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

SEMED

PORTARIA SEMED Nº 061 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

CONSIDERANDO o direito fundamental à Educação, prevista na Constituição Federal;

CONSIDERANDO a falta de condições estruturais do prédio onde funciona o CIEP 022 Presidente Getúlio Vargas;

CONSIDERANDO a celebração de contrato de locação com o escopo de abrigar a nova instalação da unidade escolar CIEP 022 - Presidente Getúlio Vargas nos termos do processo administrativo nº 2018/025557.

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a mudança de endereço do CIEP 022 - Presidente Getúlio Vargas da Avenida Coronel Bernardino de Mello, s/nº, Bairro da Luz, Nova Iguaçu, RJ, para a Avenida Nilo Peçanha, nº 753, Centro, Nova Iguaçu, RJ.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Maria Virgínia Andrade Rocha
Secretária Municipal de Educação
Mat. nº 10/694.638-8

PORTARIA Nº 062 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Nova Iguaçu, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo discriminados, para integrarem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Ata de Registro de Preços nº 026/CPL/2019, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento às instituições que realizam atendimento à primeira infância (creches) conveniadas com o município de Nova Iguaçu, através da Secretaria Municipal de Educação - processo administrativo nº 2018/018.247.

- Fiscalizadores:
- Sabrina da Silva Dias – matrícula nº 10/710.627-1
- Thainá Figueira Sobrinho – matrícula nº 60/707.498-2
- Gislene Muniz Queiroz – Mat. 60/716.598-8

- Suplente:

- Alice Soriano Ferreira de Paula – Mat. 10/696.473-8

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as portarias de comissão anteriores com o mesmo objeto.

MARIA VIRGÍNIA ANDRADE ROCHA
Secretária Municipal de Educação
matrícula: 10/694.638-8

OMITIDO DO DIA 13/05/2019 EXTRATO DE TERMO DE ENCERRAMENTO

PROCESSO: 2019/016.602
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 008/SEMED/2019.

PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E CÁRITAS DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU.

OBJETO: O município e a Organização da Sociedade Civil, em comum acordo, formalizam o Termo de Encerramento relativo ao Termo de Colaboração nº 008/SEMED/2019, que tem por objeto o atendimento a 156 crianças na faixa etária de 1 ano a 5 anos e 11 meses, bem como a promoção de todas as atividades constantes no Plano de Trabalho e na Planilha de Custos, na forma do Decreto nº 11.558 de 19/03/2019 e da justificativa presente no processo nº 2019/016602.

DATA DA ASSINATURA: 10/05/2019.

MARIA VIRGÍNIA ANDRADE ROCHA
Secretária Municipal de Educação.
Mat.11/694.638-8

EXTRATO CONTRATO

PROCESSO: 2017/047.985

CONTRATO: 025/CPL/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E CASA DO MENOR SÃO MIGUEL ARCANJO

OBJETO: LOCAÇÃO SITUA-SE NA RUA PARANÁ, 252, LOTE 76, TINGUÁ, NOVA IGUAÇU, ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ, DE PROPRIEDADE DA CASA DO MENOR SÃO MIGUEL ARCANJO, ONDE ENCONTRA-SE INSTALADA A ESCOLA AGRÍCOLA DO VALE DO TINGUÁ.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

VALOR: R\$ 106.800,00 (CENTO E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.07.01.12.361.5103.2014

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.10

FONTE DE RECURSOS: 147 – TRANSFERÊNCIAS DE SALÁRIO EDUCAÇÃO

NOTA DE EMPENHO: 01435/2019

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2017/047.985, CUJA REGÊNCIA SE DARÁ PELAS LEIS FEDERAIS Nº 8.245/1991, 8.666/1993 E 10.406/2002 E PELOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 7.206/2005 E 10.662/2016 E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

DATA DA ASSINATURA: 16 DE AGOSTO DE 2019.

MARIA VIRGÍNIA ANDRADE ROCHA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

- I- Convocar os candidatos habilitados no Processo Seletivo Simplificado em Caráter Temporário, do Edital de Seleção – SEMED Nº 01/2018 de 12/04/2018, de Professores I e II para as Escolas Municipais.

Os candidatos abaixo relacionados deverão comparecer à Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu – SEMED – no Setor de RH, localizada à Avenida Abílio Augusto Távora Nº 1806 – Bairro da Luz – Nova Iguaçu – RJ, no dia e horário conforme tabela abaixo, munidos dos seguintes documentos:

- I. Diploma de conclusão (original e duas cópias autenticadas);